

## VISÃO 2030



**18.146 MW**  
capacidade instalada  
de geração



**29.946 km**  
de linhas  
de transmissão



**21**  
usinas  
hidrelétricas



**40,1**  
Bilhões de reais  
em ativos



**97,9%**  
de capacidade  
em fontes  
de energia limpa

Estar entre as três maiores empresas globais de energia limpa e entre as dez maiores do mundo em energia elétrica, com rentabilidade comparável às melhores do setor e sendo reconhecida por todos os seus públicos de interesse.

## INDICADORES

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

**8.668**  
MILHÕES (R\$)

EBITDA

**4.270**  
MILHÕES (R\$)

LUCRO CONSOLIDADO

**3.216**  
MILHÕES (R\$)

## DESTAQUES 2019 (R\$ MILHÕES)



**R\$ 1**  
**BILHÃO**  
de investimentos  
realizados

**R\$ 853**  
MILHÕES  
de reversão de impairment  
e contratos onerosos

1ª emissão de  
debêntures de Furnas  
**R\$ 1,25**  
**BILHÃO** | **R\$ 450**  
MILHÕES  
liquidados  
em 2019

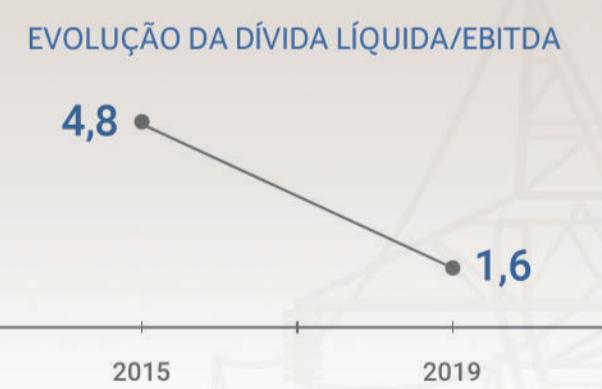
**R\$ 600**  
MILHÕES  
Estruturação do FIDC  
Imperium CCEAR

PARCERIA COM O  
PNUD EM PROL DA  
AGENDA 2030 E  
DOS OBJETIVOS DE  
DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL.

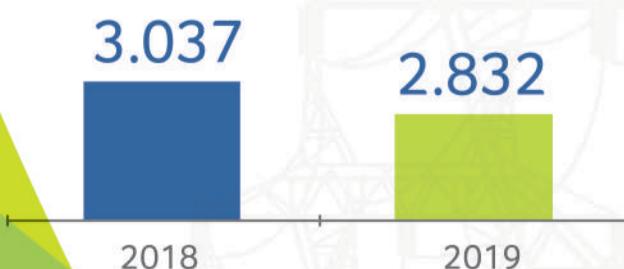
CERTIFICADO BUILDING  
AWARENESS CHAMPION  
2019 CONCEDIDO PELO  
INSTITUTO DOS  
AUDITORES INTERNOS  
DO BRASIL (IIA BRASIL).

NOTA MÁXIMA NA  
4ª CERTIFICAÇÃO  
DO INDICADOR DE  
GOVERNANÇA  
(IG-SEST).

208 ORGANIZAÇÕES  
CONTEMPLADAS NO  
EDITAL FURNAS  
SOCIAL.



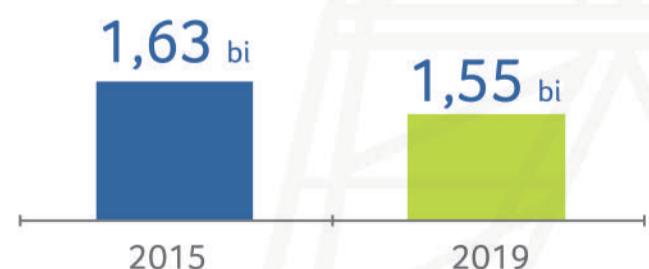
REDUÇÃO DE **6,75%** NO QUADRO  
DE PESSOAL EFETIVO



REDUÇÃO REAL DE **16%** NO CUSTO  
COM PESSOAS



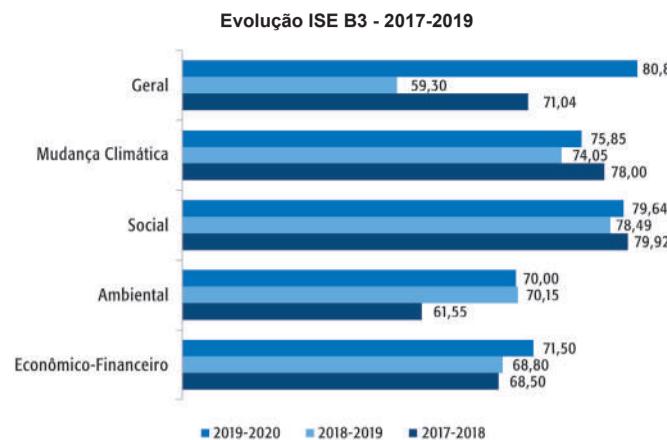
REDUÇÃO REAL DE **5%** NO CUSTO  
COM MATERIAIS, SERVIÇOS E OUTROS



ESSES NÚMEROS SÃO OS DESTAQUES DA ELETROBRAS FURNAS EM 2019.  
NAS PÁGINAS A SEGUIR, APRESENTAMOS A VERSÃO  
COMPLETA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
E DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.



Furnas responde aos questionários do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE B3) na qualidade de controlada da Eletrobras, e seus resultados são utilizados como indicadores de desempenho tanto no processo de planejamento estratégico, como nas atualizações do CMDE, que regem o relacionamento das empresas com a Holding. A evolução do desempenho de Furnas no ISE B3 nos últimos três anos é apresentada no gráfico a seguir.



Furnas vem aperfeiçoando seus mecanismos de relato, em busca de transparência e prestação de contas. Desde 1998, quando foi uma das primeiras empresas brasileiras a publicar o seu balanço social, a Empresa divulga, para seus públicos de interesse, informações sobre o desempenho e os resultados econômicos, sociais e ambientais em seu Relatório de Sustentabilidade, que a partir deste ano passou a ser denominado Relatório Anual, em alinhamento com a Holding.

## GOVERNANÇA CORPORATIVA

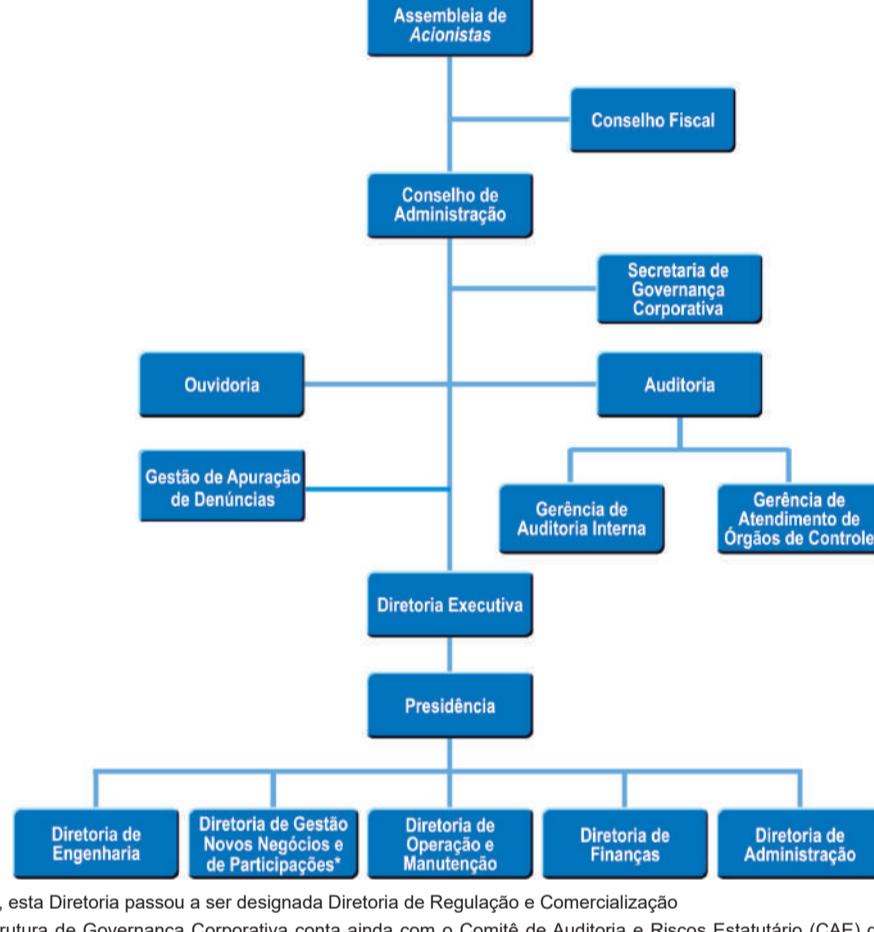
As políticas e práticas de governança corporativa possuem foco na transparência de gestão, em atitude respeitosa no relacionamento com todos os seus stakeholders, no tratamento equitativo e na prestação de contas clara e objetiva de sua atuação, sempre em alinhamento com o Código de Conduta Ética e Integridade das Empresas Eletrobras.

O aprimoramento da governança corporativa é garantido por uma estrutura de gestão, práticas e instrumentos que seguem as recomendações do Manual de Organização da Empresa, no qual estão incluídos o Estatuto Social, o Regimento Interno, as Políticas e Normas de Organização, as diretrizes que norteiam a atuação dos Comitês Internos que apoiam a Diretoria Executiva, e as descrições de atribuições de todas as unidades formais da estrutura organizacional.

O modelo se fundamenta, também, no estabelecimento claro dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva no que se refere à formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes relativas à condução dos negócios da Empresa, bem como do Conselho Fiscal, na fiscalização dos atos e contas da Administração.

### Estrutura de Governança Corporativa

A governança corporativa de Furnas é assegurada pelos processos internos e relacionamentos da administração superior, composta pela Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Auditoria Interna.



\* Em 2020, esta Diretoria passou a ser designada Diretoria de Regulação e Comercialização

Obs: A estrutura de Governança Corporativa conta ainda com o Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário (CAE) que auxilia os Conselhos de Administração das Empresas Eletrobras em assuntos estratégicos.

Em cumprimento ao disposto na legislação que regulamenta o funcionamento das sociedades anônimas, a Eletrobras contrata serviços de auditoria independente para todas as subsidiárias, com a finalidade de atestar a adequação de atos ou fatos e conferir confiabilidade a atividades mediante utilização de procedimentos técnicos específicos. No caso das demonstrações financeiras, tem por objetivo a emissão de pareceres sobre a adequação das contas da Empresa às práticas contábeis adotadas no Brasil - Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) - e com a legislação específica pertinente.

### Assembleia Geral de Acionistas

Além dos casos previstos em lei, a Assembleia Geral de Acionistas reúne-se extraordinariamente para: alienar, no todo ou em parte, ações de seu capital social ou de suas controladas; proceder à abertura e aumento do capital social; alienar debêntures de que seja titular, de empresas das quais participe e emitir debêntures conversíveis em ações; promover operações de cisão, fusão, transformação ou incorporação; permitir ações ou outros valores mobiliários; reformar o Estatuto Social; e deliberar sobre outros assuntos propostos pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal.

Em 2019 a Assembleia Geral Ordinária (AGO) ocorreu em 29 de abril para aprovar, entre outros assuntos, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras de 2018, a Destinação do Resultado do Exercício Social de 2018 e a remuneração anual global dos administradores e membros do Conselho Fiscal.

Em 2019, foram realizadas três Assembleias Gerais Extraordinárias (AGE) em:

- 28.05.2019 - para deliberar sobre a Retificação do voto da acionista Eletrobras, manifestado na Assembleia Geral Ordinária desta Empresa, realizada em 29.04.2019, relativa ao Item II da Ordem do Dia "Destinação do resultado do exercício social de 2018";
- 22.08.2019 - para deliberar sobre a Eleição de membro do Conselho de Administração da Empresa, representante do Ministério da Economia\*;
- 29.10.2019 - para apreciar a primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em duas Séries, da Companhia, no valor de até R\$1.250.000.000,00 (um bilhão, duzentos e cinquenta milhões de reais) ("Debêntures"), a ser distribuída através de Oferta Pública de Distribuição com Esforços Restritivos de Colocação.

### Conselho de Administração

Instância máxima da Administração de Furnas, o Conselho de Administração é composto por sete membros, brasileiros, com reputação ilibada e idoneidade moral, eleitos pela Assembleia Geral, dentre os quais é designado o Presidente do Conselho, com prazo de gestão unificado de dois anos, sendo permitidas, no máximo, três recontruções consecutivas.

Dentre os membros, um é indicado pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (Atual Ministério da Economia) e outro é eleito como representante dos empregados, escolhido pelo voto direto de seus pares dentre os empregados ativos, em eleição organizada pela Empresa, em conjunto com as autoridades sindicais que os representam, nos termos da legislação vigente. Os demais membros são indicados pelos acionistas, dentre os quais dois serão independentes, nos termos da legislação aplicável.

Usualmente, o Diretor-Presidente de Furnas é indicado como membro do Conselho de Administração.

No exercício de 2019, este colegiado reuniu-se 31 vezes.

### Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário (CAE)

O CAE, órgão auxiliar do Conselho de Administração (CA) da Eletrobras, instalado em 2018, tem por finalidade assessorar os Conselhos de Administração das Empresas Eletrobras e estabelecer estruturas de controle, supervisão e fiscalização da atuação das empresas, dirigentes e empregados.

Em atendimento às disposições da Lei Sarbanes-Oxley, o CAE é composto por membros independentes e visa atender a uma série de dispositivos legais e regulatórios, com destaque para a Lei nº 13.303/16, instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Programa em Governança de Estatais da B3 e Indicador de Governança da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais.

### Conselho Fiscal

A atribuição do Conselho Fiscal é a de fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento de seus deveres legais e estatutários. Compõe-se de três membros efetivos e respectivos suplentes, brasileiros, residentes no País, acionistas ou não, eleitos por AGO, com prazo de atuação de dois anos, permitidas, no máximo, duas recontruções consecutivas, observando-se os requisitos e impedimentos fixados pela legislação vigente.

Um de seus membros efetivos e respectivo suplente são indicados pelo Ministério da Economia, como representantes do Tesouro Nacional, que deverão ser servidores públicos com vínculo permanente com a administração pública federal; outro membro e respectivo suplente será indicado pelo Ministério de Minas e Energia; e, por fim, caberá a Holding a indicação de um membro e respectivo suplente.

Em 2019, este colegiado reuniu-se 16 vezes.

### Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é composta por um Diretor-Presidente e cinco Diretores, gestores dos negócios da Empresa, brasileiros, eleitos pelo Conselho de Administração, que exercem suas funções em regime de tempo integral, com prazo de gestão unificado de dois anos, sendo permitidas, no máximo, três recontruções consecutivas. Eles atuam nas seguintes áreas: Presidência; Administração; Finanças; Engenharia; Operação e Manutenção; e Gestão de Novos Negócios e de Participações.

As decisões regulamentares e estatutárias da Diretoria Executiva são tomadas em reunião semanal e constituem o processo deliberativo em que as matérias de interesse de cada Diretoria são submetidas. Em 2019, foram realizadas 59 reuniões.

### Secretaria de Governança Corporativa

A Secretaria de Governança Corporativa tem como principais atribuições:

- Planejar, coordenar, executar e controlar as atividades de apoio ao funcionamento das Assembleias de Acionistas, do Conselho de Administração e de seus Comitês de Assessoramento, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva;
- Controlar as alterações do Estatuto Social e dos Regimentos Internos da Empresa e seus Colegiados, promovendo as ações necessárias à sua publicação;
- Coordenar o processo de desenvolvimento, aprimoramento e atualização do sistema de governança, atuando nas interações entre os agentes e os órgãos de governança;

- Coordenar o fluxo de informações, assegurando que estas sejam direcionadas, tempestivamente, às instâncias deliberativas, executiva, fiscalizadora e consultiva;
- Contribuir para que a divulgação de informações, pela organização, esteja alinhada aos princípios de governança e para difusão destes nas empresas subsidiárias, coligadas e controladas.

### Auditória Interna

A Auditoria Interna é vinculada ao Conselho de Administração e promove o exame das atividades desenvolvidas pelas unidades organizacionais com o objetivo de analisar a gestão, verificar procedimentos, sistemas informatizados, registros e documentos, avaliando os controles existentes, bem como o cumprimento de diretrizes, normativos internos e preceitos da legislação vigente.

Em 2019 foram cumpridas as 24 atividades de auditoria programadas no Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), o que resultou na emissão de 34 relatórios, incluindo os referentes às demandas especiais solicitadas pela Alta Administração que surgiram ao longo do exercício.

Adicionalmente, a Auditoria realizou o 1º serviço de consultoria conforme programado no PAINT, o que resultou na emissão de uma Informação Técnica.

Dessa forma, o resultado da atuação direta da Auditoria Interna subsidia a alta administração de informações para a tomada de decisão.

Em continuidade ao processo de adequação do ambiente de controle interno à lei norte-americana Sarbanes-Oxley (SOX), a Auditoria Interna providenciou a avaliação dos controles internos da Empresa no exercício de 2019, a partir dos riscos corporativos considerados críticos, determinados segundo a materialidade definida pela Eletrobras.

O relacionamento da Empresa com a Controladoria Geral da União (CGU) e com o Tribunal de Contas da União (TCU) ocorre ao longo do exercício, a fim de prover atendimento, pela administração, aos referidos órgãos de fiscalização e controle.

### Comitês e Comissões Internos

Grupos consultivos, de ação permanente, compostos por representantes de todas as diretorias, que têm por finalidade avaliar determinados temas e suportar as decisões da Diretoria Executiva no cumprimento das políticas internas de gestão.

Durante o ano de 2019, Furnas optou pela redução do número de colegiados com a intenção de reforçar a função executiva das Superintendências responsáveis, mantendo, basicamente, os colegiados que possuem exigências legais.

### Políticas Internas

As Políticas Internas da Empresa são instrumentos balizadores dos atos deliberativos da Diretoria Executiva e estabelecem princípios básicos e critérios para orientar as diferentes áreas quanto ao trato de assuntos, que cobrem, dentre outros, os temas: Logística de Material; Tecnologia da Informação; Gestão de Pessoas; Segurança Empresarial; Responsabilidade Ambiental; Responsabilidade Social Sociocultural; Segurança no Trabalho e Saúde Ocupacional; Segurança Patrimonial; Propriedade Intelectual; Gestão Socioambiental; Gestão de Resíduos; Contratação; Comunicação; e Investimento Social.

### Políticas das Empresas Eletrobras

As Políticas das Empresas Eletrobras são instrumentos aprovados pelos Conselhos de Administração da Holding e de cada companhia subsidiária, estabelecendo e uniformizando os princípios e critérios básicos a serem utilizados pela Diretoria Executiva de Furnas, visando garantir que haverá maior integração das diretrizes orientadoras por todas as empresas do grupo.

### Princípios Éticos e Compromissos de Conduta

Desde 2010 Furnas adota o Código de Ética Único das Empresas Eletrobras que estabelece os princípios que norteiam os compromissos de conduta nas ações, comportamento e decisões profissionais de empregados, gerentes, Diretores, Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, colaboradores, fornecedores e demais públicos de relacionamento.

O código foi atualizado em dezembro de 2016, incluindo as legislações referentes a Lei nº 12.813/13 - Conflitos de Interesse e à Lei nº 12.846/13 - Lei Anticorrupção Brasileira. Uma nova atualização ocorreu em dezembro de 2018 passando a se chamar Código de Conduta Ética e de Integridade. Em 2019 foi atualizada a Instrução Normativa número 007/2016, relativa ao Conflito de Interesses.

A Empresa disponibiliza canais independentes para recebimento de denúncias. Por força de lei, a Comissão de Ética possui canal exclusivo de atendimento. No Portal Ética, podem ser feitas denúncias identificadas ou anônimas. A Comissão de Ética também recebe denúncias através do Canal Único da Eletrobras.

Na Intranet, no Portal Ética, encontram-se a legislação vigente, perguntas e respostas relativas à gestão da ética em empresas públicas, os serviços Fale Conosco e o Canal de Consulta de Denúncias de Desvios Éticos. Constam também os dados dos casos analisados pela Comissão de Ética, entre outras informações.

Para disseminação do Código de Conduta Ética e Integridade, ações educativas são realizadas para conscientizar os colaboradores no cumprimento dos princípios éticos e compromissos de conduta. O objetivo é ser eficaz em orientar e aconselhar sobre a ética profissional do empregado, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente a imputação ou o procedimento suscetível de censura.

A Comissão de Ética realizou no dia 12 de junho de 2019 o seminário "Ética e Sustentabilidade Humana", tendo como foco principal as questões relativas ao assédio moral nas organizações.

A Comissão de Ética, em 2019, realizou diversas palestras, em conjunto com o sistema de integridade, com esquetes teatrais sobre discriminação e sobre assédio moral. Na ocasião foi realizada também reunião com os gestores. Áreas visitadas: Passos, Aparecida de Goiânia, Foz do Iguaçu, Mogi das Cruzes e Jacarepaguá.

Em 2019, a Comissão de Ética recebeu 42 denúncias. Após a devida análise, 26 casos estão encerrados, 1 está sobreposto e 15 processos estão em andamento.

### Ouvidoria

A Ouvidoria atua no diálogo entre o cidadão e a Empresa, de modo que as manifestações decorrentes do exercício da cidadania induzem à contínua melhoria dos serviços públicos prestados por Furnas e de seus processos.

A Ouvidoria, órgão imparcial e independente, vinculado ao Conselho de Administração, é responsável por receber, examinar e encaminhar, reclamações, solicitações, elogios, sugestões referentes a procedimentos e ações de Furnas e, também, é responsável pela gestão do canal de Serviço de Informação ao Cidadão (SIC).

O acesso à Ouvidoria é assegurado por meio de formulário eletrônico no website de Furnas, fax, telefone, contato pessoal, carta ou, ainda, algum outro documento. Em todas as formas de comunicação, o nome do manifestante é mantido em sigilo e o conteúdo da mensagem tratado com seriedade, isenção e de forma reservada.

Todas as manifestações, independentemente do meio de comunicação, são registradas em Sistema de Ouvidoria, que é o da Holding, no qual fica armazenada a base de dados. O sistema foi projetado de forma a não permitir a exclusão ou alteração das informações nele registradas.

Após o seu registro, a Ouvidoria realiza o devido tratamento

## CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS (CSC)

O CSC tem como principal objetivo atualizar e padronizar os processos de suporte administrativo ao negócio da Empresa.

Após a autorização da ANEEL, em 2019, foi assinado o contrato de compartilhamento de serviços entre as Empresas Eletrobras. Furnas, como pioneira na experiência de compartilhamento, logrou liderar o CSC Sudeste, onde atua prestando serviços para a Holding e Eletronuclear.

Este modelo de compartilhamento de serviços visa aumentar a rentabilidade a partir da redução de custos no atendimento às demandas das Empresas Eletrobras com atuação no Sudeste e tornar os procedimentos mais eficientes para os macroprocessos de finanças e tesouraria, contabilidade e fiscal, recursos humanos, suprimentos e logística, infraestrutura e serviços gerais, tecnologia da informação e jurídico.

O CSC também apoia atendimentos a emergências, principalmente em linhas de transmissão e equipamentos, que têm impacto significativo no desempenho operacional e, consequentemente, na receita e imagem da Empresa.

Para aprimorar o atendimento a essas demandas, foi implantada a ferramenta *Remedy* que permitiu atender 6.550 solicitações de Cadastro de Materiais e Serviços, com os atendimentos realizados em até 2 dias úteis. E, adicionalmente, entrou em execução o Projeto de Classificação das Sobressalentes Fora de Estoque que resultou em 117 Contratos e 3.610 sobressalentes, classificados. Nesses casos, foram atingidos 100% dos indicadores de qualidade da Coordenação Global do CSC.

Outra iniciativa para reduzir custos, refere-se ao processo de aquisição de um Almoxarifado Virtual. Com previsão de implantação em 2020, essa ferramenta trará agilidade, economia e maior controle dos materiais administrativos utilizados pela Empresa, através de um sistema via web.

No que concerne ao uso da tecnologia, destacamos o início de outros dois projetos significativos neste ano: a implantação do *Power BI* para a Gestão de Contratos, que permitirá acompanhar prazos e status de forma mais eficiente sobre um portfólio que atualmente excede a marca de 400 Termos Contratuais vigentes, além da robotização do "Contas a Pagar", que por meio de um projeto piloto demonstrou ser possível reduzir em 75% o tempo de liberação de faturas.

### Programa de Integridade (Compliance)

Furnas adota o Programa Eletrobras 5 Dimensões, previsto no PDNG 2019-2023, implantado em todas as Empresas Eletrobras, com o objetivo de cumprir com as normas internacionais de governança corporativa e de fortalecer a gestão de integridade corporativa. O programa baseia-se nas diretrizes propostas pelo Guia de Implantação de Programa de Integridade nas Empresas Estatais da Controleadora Geral da União (CGU) e pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO).

O Programa de Integridade das Empresas Eletrobras é desenvolvido a partir da integração dos representantes de compliance de cada empresa do grupo, viabilizada por meio de reuniões semanais na Comissão Diretiva de Compliance (CDC), para o alinhamento das práticas e adoção das medidas necessárias ao amadurecimento do programa.

Assim, a partir da CDC são estabelecidos mecanismos e procedimentos para: 1) Desenvolvimento do ambiente de gestão do programa de integridade; 2) Análise periódica de riscos; 3) Estruturação e implantação de políticas e procedimentos do programa de integridade; 4) Comunicação e treinamento; 5) Monitoramento do programa, medidas de remediação e aplicação de penalidades.

O Programa de Integridade de Furnas está fundamentado nos princípios e valores éticos previstos no Código de Conduta Ética e Integridade das Empresas Eletrobras, bem como na Política Anticorrupção das Empresas Eletrobras, Política de Administração de Conflito de Interesses, Política de Consequências das Empresas Eletrobras e Regulamento do Programa de Integridade das Empresas Eletrobras.

Furnas promove, anualmente, a revisão da matriz de riscos de fraude e corrupção, bem como ações contínuas de conscientização e treinamentos. Em 2019 Furnas promoveu Seminários de Integridade e de Ética e treinamentos presenciais para toda a Diretoria Executiva, Conselho de Administração e gestores. Adicionalmente, implementou ações de sensibilização sobre o tema integridade alcançando diversas unidades regionais, por meio do Projeto Integridade Itinerante.

Em relação aos riscos de integridade no relacionamento com terceiros, no ano de 2019 Furnas emitiu mais de 350 pareceres de integridade.

Furnas participa ativamente do GT Anticorrupção da Rede Brasileira do Pacto Global da ONU, do GT de Integridade do Instituto Ethos e do Fórum de Integridade das Estatais, com representantes de compliance das principais estatais federais sediadas na cidade do Rio de Janeiro.

Em novembro de 2019, a área de Apuração de Denúncias da Empresa foi criada.

### Gestão de Riscos

A partir de 2019, com a implantação do módulo *Risk Management* (RM) pertencente à solução GRC - Governança, Risco e Conformidade do sistema SAP foi adotada uma metodologia única de gestão de riscos, cuja implantação é conduzida pela Holding, para todas as Empresas Eletrobras.

Em linha com as melhores práticas de gestão de riscos, o sucesso da estratégia de negócios de uma empresa depende de sua capacidade em gerir riscos, buscando identificar, avaliar, priorizar, tratar, monitorar e reportar os potenciais eventos de risco, a fim de fornecer razoável certeza no alcance dos objetivos estratégicos da Empresa.

Em 2019, foram priorizados 12 eventos de riscos da Matriz de Riscos Corporativos de Furnas para avaliação, que somados aos eventos avaliados em 2015, 2016, 2017 e 2018, perfazem o total de 36 avaliações dos 56 eventos de riscos.

A Matriz de Riscos de Furnas, oriunda da Matriz de Riscos da Holding, foi submetida a uma revisão em 2019, sendo composta por 4 pilares: Estratégico, Financeiro, Operacional e Conformidade, que se subdividem em 21 categorias, dos quais 12 eventos foram avaliados em 2019, a saber: Marco Regulatório, Direitos Humanos, Novos Negócios, Fluxo de Caixa, Gestão de Negócio de SPEs, Comercialização de Energia, Segurança de Barragens, Operação e Manutenção na Transmissão, Gestão Socioambiental de Empreendimentos, Formação e Gestão do Contencioso, Fraude e Corrupção e Demonstrações Contábeis e Financeiras.

Os eventos de riscos corporativos são monitorados periodicamente para acompanhamento dos planos de ação, bem como das ações de tratamento e a efetividade dos pontos de controles existentes.

### Controles Internos

O ambiente de controles internos da Empresa visa assegurar a efetividade e eficiência de suas operações, proporcionar a confiabilidade nos relatórios financeiros, bem como cumprimento de normas e regulamentos. Auxilia na mitigação de riscos corporativos; no alcance de metas; e no crescimento sustentável do negócio, propiciando maior transparéncia e credibilidade.

Desde 2010, a Eletrobras possui registro na Bolsa de Valores de Nova York com emissão de ADRs Nível II, exigindo de suas subsidiárias adequação aos requisitos da lei norte-americana Sarbanes Oxley -SOx, em alinhamento com as melhores práticas de governança corporativa e gerenciamento de riscos.

Anualmente, a Eletrobras divulga suas Demonstrações Financeiras e a Certificação Anual de Controles Internos à Securities and Exchange Commission (SEC) dos EUA, a fim de consolidar os controles mitigadores dos riscos.

O escopo dos processos mais relevantes para a certificação SOx compreende os que possuem materialidade diante das demonstrações financeiras da Empresa. Em 2019, foram selecionados 31 processos, associados a: Compra de Energia; Gestão Contábil; Gestão de Contingências; Entity Level Controls; Empréstimos e Financiamentos; Gestão Financeira; Gestão do Ativo Fixo; Gestão de Materiais; Benefício Pós-Emprego; Gestão de Participações; Venda de Energia; Recursos Humanos; Gestão Tributária; e Processos de Tecnologia.

O programa prevê ações visando o fortalecimento do ambiente de controles internos da Empresa e acesso direto e prioritário aos órgãos superiores de decisão.

A Empresa adota o framework do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO) e, em linha com o PDNG 2019-2023, um dos objetivos estratégicos é a redução das deficiências de controles internos mais relevantes, classificadas como fraquezas materiais (*Material Weakness - MW*), em linha com a diretriz estratégica "Aprimoramento da Governança e da Integridade Empresarial."

Os trabalhos relacionados à certificação SOx desdobram-se em três etapas: Mapeamento; Programa de Remediação e Testes propriamente ditos.

A figura a seguir apresenta, de forma esquemática, o funcionamento das três Linhas de Defesa, no gerenciamento eficaz de riscos e controles internos:

## Conselho de Administração e Conselho Fiscal

### Alta Administração



Obs: O gerenciamento de riscos conta ainda com o apoio do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário (CAE) que auxilia os Conselhos de Administração das Empresas Eletrobras em assuntos estratégicos.

### Segurança da Informação

Furnas possui uma área de Segurança da Informação que articula, em âmbito corporativo, as ações para garantir as propriedades essenciais que conferem valor às seguintes informações: Disponibilidade, Integridade, Confidencialidade e Autenticidade (DICA). O exercício de 2019 foi marcado por ações de fortalecimento do arcabouço normativo e sua disseminação em todas as áreas da Empresa.

Os principais pontos de destaque são relativos à Classificação da Informação, em conformidade à Lei nº 12.527/2001 - Lei de Acesso à Informação e à implementação das iniciativas priorizadas no Plano de Segurança da Informação das Empresas Eletrobras, com ações voltadas, principalmente, para diminuição do risco cibernético.

Em relação à Lei nº 13.709/2018 (LGPD), Furnas criou uma estrutura de Projeto, com representantes de diversas frentes funcionais, para adequação da Empresa à citada Lei.

## GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

No desempenho de suas atividades estatutárias de prestação de serviços públicos de energia elétrica, Furnas desenvolve atividades nas áreas de geração e de transmissão de energia elétrica.

### Geração

A tabela a seguir apresenta, por tipo de geração, os principais grupos de empreendimentos em operação, próprios ou de propriedade compartilhada, com as respectivas potências instaladas.

Geração (MW)	2018	2019
Hidráulica		
Renovadas	4.617	4.617
Não Renovadas	2.944	2.944
Regime Compartilhamento	1.485	1.485
Em SPE	8.684	8.719
Térmica		
Não Renovada*	530	380

\* Solicitada à ANEEL prorrogação da concessão da UTE Santa Cruz nos termos e prazo legais.

### Projetos de Geração em Implantação

A Empresa participa, via SPEs, da implantação de 5 parques eólicos, com potência instalada total de 123 MW, com as seguintes características:

Empreendimento	Participação de Furnas (%)	Município	Capacidade Instalada	Garantia Física
São Januário	100	Fortim	21	9,00
Nossa Senhora de Fátima	100	Fortim	30	12,80
Jandaia	100	Fortim	27	14,10
São Clemente	100	Fortim	21	9,30
Jandaia 1	100	Fortim	24	9,90

A Empresa implanta, também, o ciclo combinado da UTE Santa Cruz, de 150 MW, com previsão de entrada em 2021.

### Segurança de Barragem

As usinas hidrelétricas de Furnas dispõem de Planos de Segurança de Barragens (PSB) que obedecem ao preconizado pela Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB). Os planos contemplam informações gerais, documentação técnica dos empreendimentos, planos e procedimentos de operação e manutenção a serem seguidos, registros e controles de inspeções e manutenções realizadas e os planos de ação de emergência (PAEs). Os PAEs são encaminhados às prefeituras e às instituições de defesa civil das áreas onde se localizam as barragens.

O corpo técnico de Furnas realiza inspeções periódicas das estruturas, complementando-as com a análise de registros da instalação instalada nas mesmas, objetivando a verificação e garantia contínua dos critérios de segurança consolidados no projeto. Os resultados são compilados em relatórios de inspeção técnica e de estudos de comportamento, com frequências compatíveis às características de cada empreendimento, disponíveis para apreciação de conformidade pelos órgãos reguladores, em específico a ANEEL.

As usinas do Sistema Furnas de geração atendem os ditames de segurança operacional, em conformidade com a Lei de Segurança de Barragem, regulamentada a partir da Resolução Normativa ANEEL nº 696.

Segundo a PNSB, cabe à entidade que concede ou autoriza o uso do potencial hidráulico a fiscalização e ao empreendedor a provisão dos recursos necessários à garantia da segurança da barragem.

### Transmissão

O parque de transmissão de Furnas apresenta capacidade de transformação de 141.691 MVA, decorrente da operação das 69 subestações próprias ou em parcerias via SPEs.

Subestações	2019
Renovadas	46
Não Renovadas	8
Em SPEs	15

As linhas de transmissão operadas pela Empresa alcançam 29.945,67 km de extensão, distribuídas ao longo de 4 regiões geográficas do País, a saber: Norte, Sul, Sudeste e Centro Oeste.

Linhos de Transmissão (km)	2019
Renovadas	20.434,50
Não Renovadas	1.635
Em SPEs	7.876,17

O detalhamento da estrutura operacional de Furnas é encontrado na Nota Explicativa 2 deste Relatório.

## OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO (O&M)

### Operação do Sistema

A operação do sistema elétrico por Furnas tem sido caracterizada pela busca contínua do aprimoramento de seus processos e atividades com o objetivo de preservar a confiabilidade e a qualidade do fornecimento de energia elétrica em toda a sua área de atuação. O sistema de transmissão é supervisionado, de forma geral, pelo Centro de Operação do Sistema, localizado no Escritório Central, no Rio de Janeiro, em articulação com os centros de operação regionais. Informações das mais remotas áreas são transmitidas por meio de tecnologias de comunicação aos

## COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

Visando maximizar seus resultados, Furnas sempre persegue a melhor estratégia de comercialização, considerando as análises de riscos nos diversos cenários do mercado de energia, contemplando as incertezas inerentes a cada negócio e diversificando seu portfólio de contratos. Vêm sendo estabelecidas estratégias de participação nos diversos certames, contemplando suas especificidades, de modo a ganhar competitividade nos ambientes de comercialização de energia.

A comercialização de energia é exercida com empresas distribuidoras de energia, comercializadoras e consumidores livres de todo o território nacional.

Os contratos de compra de energia de longo prazo são apresentados a seguir.

	MW médios			
	2019	2018	2017	2016
Serra da Mesa	328,1	328,1	345,0	345,0
Manso	3,5	3,5	3,5	3,5
Outros	135,1	132,8	76,9	42,3
<b>Total</b>	<b>446,7</b>	<b>464,5</b>	<b>425,4</b>	<b>390,7</b>

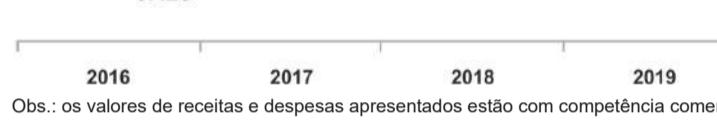
O total de energia elétrica vendida por Furnas, em 2019, foi de 39.988 GWh, o que representa acréscimo de 2,5% em relação a 2018, proporcionando um faturamento 8,9% maior, totalizando R\$ 5,68 bilhões em 2019. O gráfico a seguir apresenta a evolução da energia vendida.

Energia Elétrica Vendida por Furnas (GWh)



Em 2019, Furnas comprou 4.089 GWh de energia, ao custo (valor bruto) de R\$ 778,4 milhões, o que representa acréscimo de 0,5%, em relação à quantidade de energia comprada em 2018.

Energia Elétrica Comprada por Furnas (GWh)



Obs.: os valores de receitas e despesas apresentados estão com competência comercial

Tendo em vista a prorrogação da concessão das UHEs Furnas, Luiz Carlos Barreto de Carvalho, Marimbondo, Porto Colômbia, Funil e Corumbá I, a comercialização de suas respectivas energias se dá, desde 1º de janeiro de 2013, por meio do rateio de cotas entre as distribuidoras do SIN, e da aplicação de tarifas definidas pela ANEEL.

Em 2015, foi publicada a Lei nº 13.182/2015, alterada posteriormente pela Lei nº 13.299/2016, autorizando Furnas a participar do Fundo de Energia do Sudeste e do Centro-Oeste (FESC), criado com o objetivo de prover recursos para empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica, respeitado o percentual de 50% nas regiões Sudeste e Centro-Oeste.

A Lei estabeleceu prazos e condições (periodicidade de leilões a serem promovidos por Furnas, preços de referência, montantes, decaimento contratual, etc.) para celebração de contratos de suprimento de energia elétrica entre Furnas e consumidores finais com unidades consumidoras localizadas no submercado Sudeste/Centro-Oeste, tendo como lastro a garantia física da UHE Itumbiara, observando a destinação da parte da receita contratual ao FESC a partir de março de 2020. Tendo já promovido leilões e celebrado diversos contratos com os referidos consumidores, Furnas faz jus à prorrogação da concessão da UHE Itumbiara por 30 anos, a partir da data de encerramento original da concessão (abril de 2020).

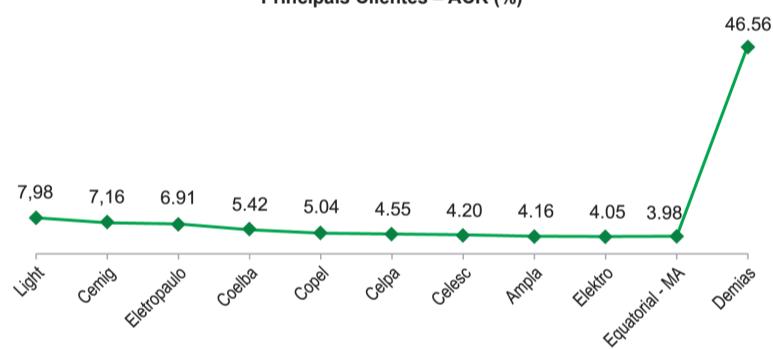
Em 2016, a ANEEL anuiu ao pedido de repactuação do risco de GSF para as UHEs Simplicio, Batalha, Macearenhas de Moraes, Serra da Mesa e Itumbiara e para o APM Manso, que vinha acarretando, desde 2014, significativos ônus a Furnas.

Areapactuação, em conformidade com a Resolução ANEEL nº 688/2015, prevê a transferência integral às distribuidoras de energia, dos ônus (GSF) e dos bônus (energia secundária) atinentes ao risco hidrológico aplicável às usinas hidrelétricas de Furnas, tendo como contrapartida pagamento de prêmio de risco de R\$ 9,50 / MWh (referência Jan/2015), a partir de julho de 2020.

Em termos da base de diversificação de clientes, o risco de inadimplência é bem diluído, pois a Empresa deteve 335 contratos bilaterais celebrados no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e no Ambiente de Contratação Livre (ACL), entre eles grandes consumidores e as principais comercializadoras de energia do País. Além disso, conta com 324 contratos no regime de cotas de garantia física, com as principais empresas de distribuição de energia.

No âmbito regulado (ACR + cotas de garantia física), Furnas obteve receita em 2019 de aproximadamente R\$ 3,38 bilhões, resultantes do relacionamento comercial com 54 concessionárias. Cabe destacar que 10 concessionárias respondem por 53,4% desse montante, restando evidente a pulverização dos clientes, o que mitiga eventuais riscos de inadimplemento. O gráfico a seguir demonstra essa diversificação.

Principais Clientes – ACR (%)



## Transmissão

No que tange à transmissão, as transações comerciais são realizadas segundo duas modalidades, no ambiente de serviço público (concessão) e no ambiente de interesse exclusivo do acessante (outras receitas).

A prestação de serviço público de transmissão de energia elétrica é caracterizada no Contrato de Concessão (CTT). O Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão (CPST) regula as condições técnicas e comerciais relativas à disponibilidade das instalações de transmissão para a operação interligada.

O CTT também prevê o compartilhamento, com outros concessionários, de instalações e infraestrutura, bem como o acesso de usuários do sistema de transmissão. Estão incluídos nesta categoria os Contratos de Compartilhamento de Instalações (CCI) e os Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT).

O CTT permite o desenvolvimento de outras atividades mediante recebimento de receitas que não fazem parte da prestação do serviço público regulado pela ANEEL, regido por instrumento contratual próprio a título oneroso. Nesta categoria estão incluídos os Contratos de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção (CPSOM) e os Contratos de Prestação de Serviços de Manutenção (CPSM).

A tabela a seguir apresenta a evolução da receita dos contratos de transmissão nos dois últimos anos, especificada por tipo de contrato:

Contrato	R\$ mil	
Natureza do Contrato	2019	2018
Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT)		
Encargos Definidos por Resolução Homologatória da ANEEL	129.814	105.430
Furnas Geração <sup>(1)</sup>	26.708	26.893
Encargos Negociados entre as partes	24.725	22.730
<b>Total CCT</b>	<b>181.247</b>	<b>155.054</b>
Contratos de Compartilhamento de Instalações (CCI)	13.774	12.222
Contratos de Prestação de Serviços de Manutenção (CPSM)	0	1.983
Contratos de Prestação de Serviços de Manutenção e Operação (CPSOM)	4.436	4.779
Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão (CPST) <sup>(2)</sup>	4.885.752	4.914.835
<b>Total Geral</b>	<b>5.085.219</b>	<b>5.088.872</b>

<sup>(1)</sup> Parcela devida por Furnas Geração a Furnas Transmissão (Resolução Homologatória ANEEL nº 2.408/2018 e Resolução Homologatória ANEEL nº 2.565/2019).

<sup>(2)</sup> Inclui a receita dos empreendimentos Ibiúna - Bateias, Macaé - Campos C3, Ouro Preto 2 - Bom Despacho 3, Tijucó Preto - Itapeti - Nordeste, Macearenhas - Linhares, Zona Oeste, Xavantes - Pirineus e Transporte Itaipu.

O Contrato de Concessão nº 062/2001, para transmissão de energia elétrica, foi prorrogado nos termos da Lei nº 12.783/2013, de forma que o serviço de transmissão passou, então, a ser remunerado apenas pelas parcelas de operação e manutenção do sistema. No presente momento, a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.565/2019 estabelece as receitas de transmissão para o ciclo tarifário 2019/2020.

## COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS (CFURH)

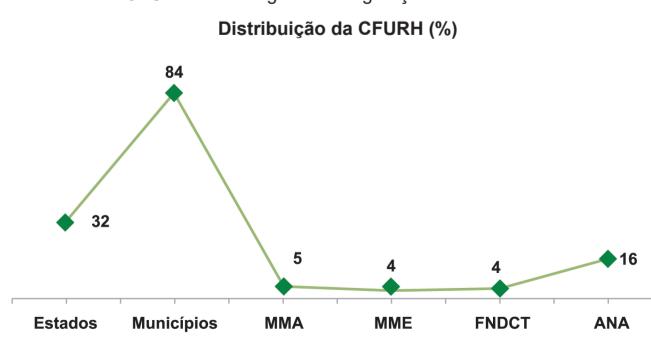
A CFURH é um encargo setorial pago pelas concessionárias de geração hidrelétrica e demais empresas autorizadas a produzir energia hidrelétrica, em virtude da utilização dos recursos hídricos.

Em 2019, o valor total pago por Furnas à ANEEL foi de R\$ 145,2 milhões. Deste total, e conforme legislação vigente, 11% foram repassados à Agência Nacional de Águas (ANA). Os restantes 89% são distribuídos pela ANEEL da seguinte forma: Estados (25%), Municípios (65%) e União (10%).

A parte que cabe à União é dividida entre os Ministérios do Meio Ambiente (MMA) e de Minas e Energia (MME), que recebem 30% cada, e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que recebe 40%.

A divisão final do total dos recursos da CFURH tem a seguinte configuração:

Distribuição da CFURH (%)



Furnas também possui participação acionária em oito usinas hidrelétricas, que desembolsaram pela utilização dos recursos hídricos em 2019 o total de R\$ 205 milhões. São elas, com os respectivos percentuais de participação: Baguari (30,612%) e Retiro Baixo (49%), em Minas Gerais; Peixe Angical (40%), no Tocantins; Foz do Chapecó (40%), entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul; Serra do Facão (49,4737%), em Goiás; Santo Antônio (43,0554%), em Rondônia; Teles Pires (24,74%) e São Manoel (33,333%), entre Mato Grosso e Pará; e Três Irmãos (49,9%), em São Paulo.

## GESTÃO DE PARTICIPAÇÕES

Furnas participa diretamente de 25 Sociedades de Propósito Específico (SPEs) e tem aprimorado continuamente os mecanismos de gestão, dentre eles o mapeamento de processos, a consolidação de instrumentos normativos e do sistema informatizado para suporte aos gestores de Furnas e profissionais que desempenham as funções de conselheiros fiscais e de administração nessas SPEs.

No sentido de melhorar o desempenho das SPEs, Furnas vem adotando as melhores práticas de controle de governança. Além disso, todos os Planos de Negócios das Companhias foram atualizados e/ou revisados, baseados em parâmetros estabelecidos com o objetivo de acompanhamento e gestão do negócio.

Os bons resultados dessas estratégias já podem ser observados. Os benefícios provenientes de ações de redução de capital e de recebimento de dividendos atingiram R\$ 236 milhões.

## PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO (P&D+I)

### Projetos Regulados pela ANEEL

Para fazer frente aos desafios impostos pelas mudanças regulatórias e tecnológicas no setor elétrico, a gestão de P&D+I é estratégica, sustentada por forte integração com as áreas técnicas, propiciando acompanhamento dos projetos, com a efetiva internalização de tecnologias e novos conhecimentos.

O objetivo principal é a permanente transformação dos estudos realizados em novos serviços ou produtos patenteados, garantindo vantagem competitiva à Empresa.

Como os projetos de P&D+I integram uma verba obrigatória para investimento a Empresa busca desenvolver projetos que darão retorno, por meio do aperfeiçoamento de processos e pela criação de novas tecnologias para solução de problemas existentes ou para a demanda de inovação do setor.

A prioridade são projetos com foco em sustentabilidade, ligados a fontes limpas de geração de energia elétrica, com abertura de novos nichos de mercado ou aprimoramento dos negócios atuais.

Nos últimos três anos a Empresa realizou chamadas públicas de projetos de pesquisa que resultaram na apresentação de 198 propostas e, também, captou propostas com a participação de indústrias e instituições de ensino e pesquisa de todas as regiões do País.

O processo de coleta pública de ideias, junto aos colaboradores de Furnas e ao público externo, continua sendo monitorado permanentemente. Destacamos também a participação de Furnas na Chamada Estratégica da ANEEL sobre Mobilidade Elétrica, através de um projeto apresentado pelo ITA em parceria com a AVL South America LTDA, no qual teremos a participação do Serra do Facão Energia S.A., em cooperação com Furnas.

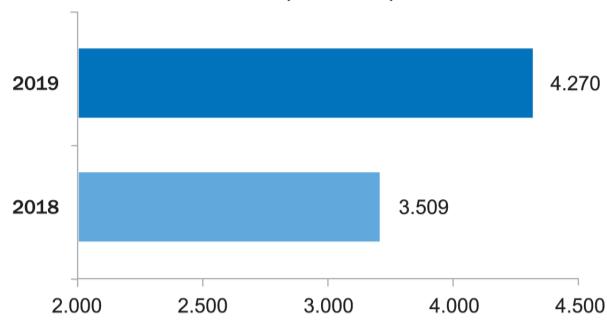
Esse processo propicia novas parcerias com instituições de ensino, centros de pesquisa e com empresas de base tecnológica. Desde então, foram contratados projetos avançados de P&D+I, diversos deles visando ao aproveitamento sustentável de recursos naturais para geração de energia, desenvolvimento de projetos inovadores em geração de energia fotovoltaica e energia eólica, bem como um projeto para possibilitar a transmissão de grandes blocos de energia, a longas distâncias, com reduzida faixa de passagem. Entre as diversas áreas destacam-se:

- armazenamento de energia;
- gestão de reservatórios de usinas hidrelétricas;
- laboratório de aerodinâmica e túnel de vento;
- recuperação energética de resíduos sólidos urbanos;
- mobilidade

**Ebitda**

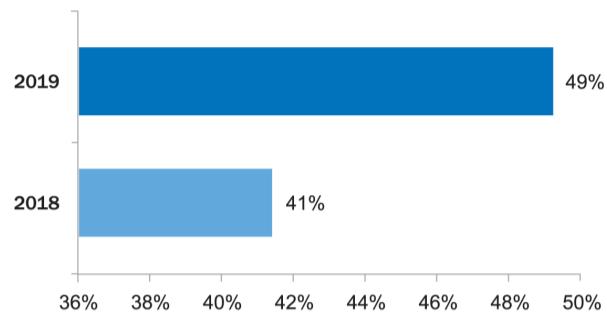
Além dos impactos descritos que sensibilizaram as receitas, custos e despesas, houve melhoria no resultado de equivalência patrimonial (R\$ 358 milhões). Com isso, verificou-se um aumento de 22% no Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização), que atingiu R\$ 4.270 milhões no período.

Ebitda (R\$ Milhões)

**Margem Ebitda (Ebitda/ROL)**

A Margem Ebitda foi de 49% em 2019, ante 41% em 2018.

Margem Ebitda

**Resultado Financeiro**

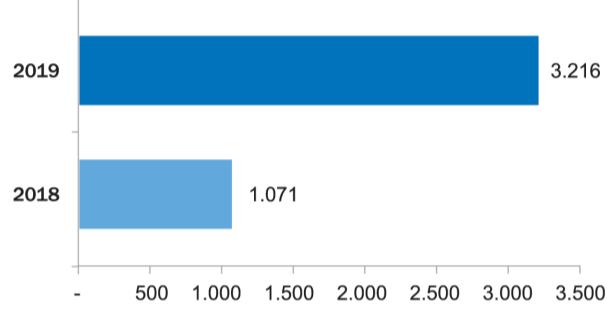
A redução do endividamento da Companhia, bem como a redução do custo da dívida, aliada à revisão da metodologia de cálculo do recebível da RBSE, com alteração de premissas, dentre elas a alteração da taxa utilizada para o ajuste a fair value (NTN-B para o WACC regulatório), ocasionaram uma melhora de 65% em relação ao Resultado Financeiro de 2018, passando de R\$ 1.580 milhões para R\$ 552 milhões em 2019.

**Lucro Líquido**

Furnas apresentou Lucro Líquido de R\$ 3.216 milhões, 200% maior em relação a 2018, em função principalmente:

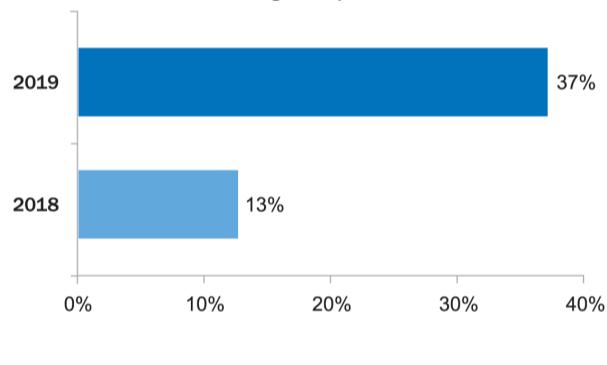
- da evolução de 22% do Ebitda (R\$ 761 milhões);
- da melhoria de 65% (R\$ 1.028 milhões) do Resultado Financeiro, e;
- da redução do IR/CSLL em 62% devido ao reconhecimento do Ativo Fiscal Diferido no valor de R\$ 1,16 bi.

Lucro Líquido (R\$ Milhões)

**Margem Líquida (Lucro Líquido/ROL)**

A Margem Líquida foi de 37% em 2019, ante 13% em 2018.

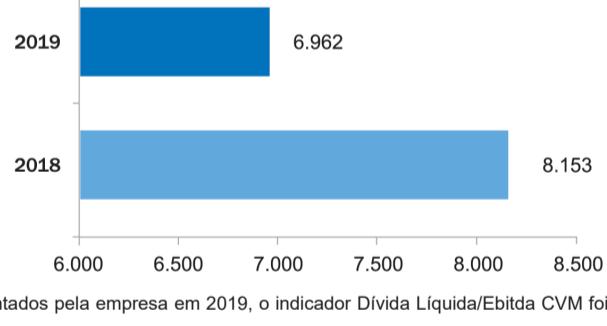
Margem Líquida

**Endividamento**

Diante da taxa básica de juros da economia a patamares mínimos da história, a Companhia seguiu a estratégia de buscar a melhoria no perfil da dívida, liquidando antecipadamente contratos mais onerosos e ao mesmo tempo alongando o prazo de pagamento da dívida, mantendo a liquidez necessária para cumprir seus compromissos de curto prazo. Nesse contexto destacam-se as operações realizadas no âmbito do mercado de capitais, como a estruturação do FIDC Imperium (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios), no valor de R\$ 600 milhões, e a Primeira Emissão de Debêntures da Companhia, no valor total de R\$ 1.250 milhões, dos quais R\$ 450 milhões foram liquidados em dezembro de 2019.

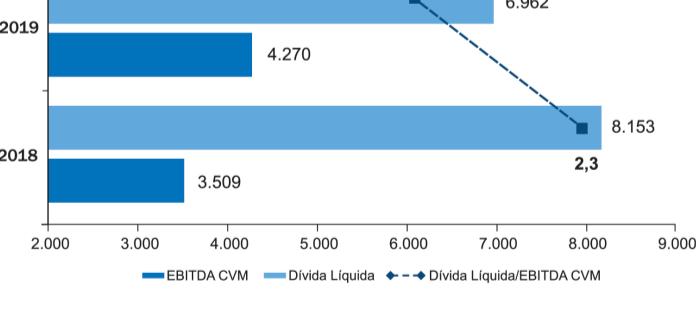
De 2018 para 2019 a Dívida Líquida foi reduzida em 15% (R\$ 1.192 milhões).

Dívida Líquida (R\$ Milhões)



Com os resultados apresentados pela empresa em 2019, o indicador Dívida Líquida/Ebitda CVM foi significativamente reduzido, de 2,3 para 1,6.

Dívida Líquida / Ebitda CVM

**GESTÃO DE PESSOAS**

A política de gestão de pessoas atua como agente do fortalecimento organizacional, contribuindo para a competitividade, rentabilidade e sustentabilidade do negócio. Com o objetivo de aumentar a satisfação e melhorar a qualidade de vida dos colaboradores, a gestão de pessoas está direcionada a soluções que proporcionem condições adequadas ao desenvolvimento, valorização e retenção de seu quadro de pessoal.

Quadro de Pessoal

	2019	2018
Empregados Efetivos		
Entradas	111	15
Saídas	316	166
Total	2.832	3.037
<b>Não Efetivos - Mão de Obra Direta</b>		
Quantidade	–	1.046
Variação	(1.046)	(17)
<b>Estagiários</b>		
Quantidade	191	301
<b>Deficientes (IBAP)</b>		
Quantidade	192 (2)	196 (1)

(1) Refere-se à soma de 25 empregados efetivos e 171 profissionais vinculados ao contrato firmado com o IBAP

(2) Refere-se à soma de 23 empregados efetivos e 169 profissionais vinculados ao contrato firmado com o IBAP

A redução do quadro de pessoal efetivo é explicada pela implantação do Plano de Demissão Consensual (PDC) que acarretou o desligamento de 276 empregados. Para apoiar esse momento de transição houve um programa específico de preparação para a aposentadoria.

No âmbito de acordo entre a Companhia, o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), a companhia desligou 1.043 empregados terceirizados.

Para garantir a manutenção da excelência do trabalho, a Empresa dispôs das seguintes ferramentas: Programa do Repasse do Conhecimento, que busca garantir a manutenção do capital intelectual e a qualidade da operação; e o Banco de Talentos e Oportunidades que possibilita a implementação de um plano de sucessão adequado, com processos e critérios alinhados ao Regulamento de Gestão de Pessoas das Empresas Eletrobras para que a sucessão ocorra de forma planejada.

**Plano de Carreira e Remuneração (PCR)**

Furnas adota o Plano de Carreira e Remuneração (PCR) das Empresas Eletrobras, que utiliza como base o conceito de competências como principal referência para gestão de pessoas. O modelo de carreira utilizado visa alinhar políticas e práticas de gestão de pessoas ao direcionamento estratégico empresarial, bem como integrar os processos de gerenciamento de pessoas na busca da melhoria do desempenho organizacional.

O PCR está baseado na descrição de cargos, separados por natureza e complexidade. Para as remunerações são considerados os cargos, as faixas de complexidade em que o empregado se enquadra e os critérios para progressões horizontais e verticais, concedidas de acordo com o desempenho do empregado.

**Participação nos Lucros e Resultados (PLR)**

Furnas concede a seus empregados efetivos a participação nos lucros e resultados após o encerramento de cada exercício financeiro, desde que as seguintes metas sejam alcançadas:

- Metas coletivas: indicadores financeiros (margem operacional líquida e índice de custeio) e operacionais (disponibilidade operacional do sistema de geração e transmissão);
- Meta individual: fator de contribuição individual, que corresponde à relação entre os dias (ou horas) efetivamente trabalhados pelo empregado e o total de dias (ou horas) exigidos.

Além das metas, há ainda pré-requisitos fundamentais para este pagamento, que estão relacionados à distribuição de dividendos aos acionistas da Eletrobras e de Furnas, à razão de 50% do resultado das metas da Holding e 50% de sua subsidiária. O montante a ser distribuído aos empregados não pode ultrapassar o limite de quatro remunerações. A PLR está em conformidade com o estabelecido na Resolução do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (CCE) nº 10/1995 e na Lei nº 10.101/2000.

A Lei nº 13.303/2016 introduziu a possibilidade de pagamento de remuneração variável aos Diretores das empresas estatais, atrelado ao atendimento das metas e dos resultados na execução do plano de negócios, nos termos estabelecidos pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

**Benefícios**

Como parte da política de valorização e retenção de seus empregados, Furnas agrupa, aos benefícios e vantagens a que está obrigada por lei e aos que concede por força de Acordos Coletivos de Trabalho, outros, de forma espontânea, com base nas premissas da sua política de recursos humanos. Os principais benefícios são: plano de saúde e odontológico, auxílio-alimentação ou refeição, auxílio-creche, auxílio-educacional, auxílio-óculos, auxílio-funeral, cesta natalina, reembolso de medicamentos de uso contínuo e seguro de vida, entre outros.

**Desenvolvimento e Capacitação dos Empregados**

Em 2019, Furnas disponibilizou ações educacionais e de gestão do conhecimento para capacitação de seus empregados, por meio do Plano Global de Aprendizagem, contribuindo, assim, para o alcance dos objetivos definidos no Planejamento Estratégico da Empresa.

O Plano Global de Aprendizagem foi estruturado com ações relativas a cinco eixos de desenvolvimento que apoiam o negócio de Furnas: Liderança, Ações Estratégicas, Específicas das Áreas de Negócio da Empresa, Saúde e Segurança e Plano de Desenvolvimento Individual (PDI).

Foram ofertadas ações previstas no Plano Global de Aprendizagem tais como cursos de longa duração (Pós-Graduação e MBA, alinhados aos processos de trabalho dos participantes indicados), bem como cursos sobre temas importantes alinhados aos eixos de aprendizagem relacionados acima, como Contratos, Compliance e Legislação Trabalhista, dentre outros.

Os quadros a seguir apresentam o sumário dos eventos e a média de horas de treinamento por participante em 2019, discriminadas por categoria funcional e gênero:

Eventos	Participantes	Participações	Horas de Treinamento	Participantes s/ Força de Trabalho (%)
892	2.538	7.707	138.438	88,49

**Horas de Treinamento**

Cargo/Gênero	Média de Horas por Participante
Gerencial feminino	28,12
Gerencial masculino	36,76
Nível superior feminino	81,07
Nível superior masculino	72,47
Sem nível superior feminino	27,61
Sem nível superior masculino	33,44

**Avaliação de Desempenho**

Desde a implantação do Plano de Carreira e Remuneração (PCR) unificado para o Sistema Eletrobras, a Empresa adota o Sistema de Gestão de Desempenho (SGD), o qual contempla, além da avaliação de competências, a avaliação de metas. O processo vem evoluindo, tendo incorporado, desde 2015, a avaliação dos gerentes por suas respectivas equipes.

Os resultados da avaliação são utilizados como subsídio para o desenvolvimento das potencialidades dos empregados e servem de base para progressões salariais individuais e para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI).

**Segurança e Saúde Ocupacional**

A Política de Segurança no Trabalho e Saúde Ocupacional de Furnas tem como objetivo melhorar a qualidade de vida laboral e pessoal de seus empregados e está alinhada à política das Empresas Eletrobras, com foco na prevenção.

Os empregados de Furnas estão representados por 26 Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA), além de 11 Unidades de Segurança (Usengs), e 5 Designados, que assumem as atribuições das CIPAs em unidades nas quais, pela legislação de segurança e medicina do trabalho, não há obrigatoriedade de instalação de CIPA.

Furnas oferece treinamento e capacitação em segurança e saúde ocupacional a seus empregados, com conscientização em saúde e prevenção de riscos em suas dependências, realizando anualmente um programa que aborda temas como primeiros socorros, prevenção de acidentes e riscos no ambiente de trabalho.

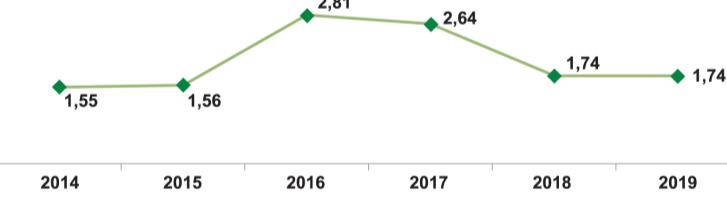
No que se refere a equipamentos e sistemas de proteção coletiva, a Empresa fornece equipamentos de proteção individual a seus empregados, contando com todos os recursos necessários à preservação da integridade física e da saúde da força de trabalho.

**Taxas de Frequência e de Gravidade de Acidentes do Trabalho**

A Taxa de Frequência (TF) e a Taxa de Gravidade (TG) são os indicadores de segurança do trabalho e saúde ocupacional, representando, respectivamente, o número de acidentes ocorridos no período por milhão de horas humanas em exposição a risco e o número de dias perdidos e dias debitados por milhão de horas humanas em exposição a risco.

A partir de 2012, o número de horas trabalhadas foi padronizado em 167 horas humanas/mês nas Empresas Eletrobras, o que corresponde a 2.000 horas humanas/ano, conforme a norma NBR 14.280.

Os gráficos a seguir apresentam o histórico da TF e da TG desde 2014.

**Taxa de Frequência de Acidentes Anual**

Taxa de Frequência de Acidentes Mensal	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez

<tbl\_r cells="13" ix="1" maxcspan="1" maxrspan

## RELACIONES SINDICAIS

Furnas tem como prática a plena liberdade de associação. Atualmente, negocia diretamente com 15 entidades, organizadas em duas representações (Intersindical Furnas e União Intersindical Furnas). As decisões provenientes desses processos de negociação são estendidas a todos os empregados da Empresa.

Nas negociações dos Acordos Coletivos de Trabalho, Furnas atua com o objetivo de assegurar a solução de impasses, buscando resguardar os interesses da Empresa e maximizar a satisfação de seus empregados.

O Acordo Coletivo de Trabalho, cuja data-base é maio, é negociado anualmente e possui duas pautas, uma Nacional, que abrange todos os empregados das Empresas Eletrobras e outra, Específica, que abrange todos os empregados de Furnas.

## FORNECEDORES

Furnas efetua uma série de contratações para garantir a excelência e eficiência dos serviços prestados, dentre as quais: obras e serviços de engenharia, aquisição de bens e serviços em geral, inclusive terceirizados. O quadro de fornecedores é composto por empresas de variados segmentos, desde microempresas até empresas de grande porte. Todas seguem as seguintes diretrizes:

- Todo o processo de aquisição é norteado pela Lei nº 13.303, de 2016, pelo Regulamento de Licitações e Contratos das Empresas Eletrobras (RLCE) e pelos demais diplomas legais relativos aos processos de aquisição por empresas estatais;
- Os processos iniciados com patrocínio da Lei nº 8.666/93 permanecem por ela regidos até o encerramento dos respectivos contratos;
- Os editais de licitações possuem cláusulas específicas de sustentabilidade, com a finalidade de integrar critérios ambientais, sociais e econômicos na tomada de decisão do processo licitatório;
- Nos contratos cujo objeto seja terceirização de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, os fornecedores são fiscalizados quanto ao cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária, tendo que demonstrar situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, por meio da apresentação de provas de regularidade fiscal e trabalhista relativas à Seguridade Social, Justiça do Trabalho e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), nos atos da habilitação e durante a vigência do respectivo instrumento contratual.

A homologação dos processos licitatórios é precedida de análise de integridade para as seguintes contratações: contratações diretas (exceto casos de dispensa por valor e contratos de adesão); agentes públicos; serviços de consultoria; consultorias de tecnologia da informação e desenvolvimento de software (quando a alcada de aprovação seja de um ou mais diretores); terceirização de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra; obras e serviços de engenharia (quando a alcada de aprovação seja de um ou mais diretores) e empresas de publicidade (quando a alcada de aprovação seja de um ou mais diretores).

Caso seja verificada a classificação de risco "alto" ou "muito alto", para o agente econômico analisado, será emitido "Parecer de Integridade" pela Instância de Integridade Corporativa. As classificações de risco de integridade são subsídios para a tomada de decisão na gestão de fornecedores e podem requerer o aumento dos controles de monitoramento, planos de remediação ou, em última instância, a descontinuidade do relacionamento com o fornecedor.

Furnas realiza chamada pública convocando empresas de qualquer segmento e porte que desejem se cadastrar como fornecedores.

## RESPONSABILIDADE SOCIOCULTURAL

A Responsabilidade Sociocultural de Furnas tem como propósito promover o bem estar da sociedade, a cidadania, o respeito à diversidade, a difusão das mais diversas manifestações culturais, o respeito e o cuidado com o indivíduo e com o meio ambiente.

Furnas amplia as perspectivas de futuro de milhares de brasileiros por meio de seus Programas Sociais. Utiliza-se de recursos próprios ou incentivados por renúncia fiscal, através de leis de Incentivo à Cultura, ao Esporte, Doações ao Fundo da Infância e da Adolescência (FIA) e Organizações da Sociedade Civil.

### Atuação Social

Está alinhada à gestão estratégica da empresa, às diretrizes da Eletrobras, aos programas do Governo Federal e às políticas públicas. Também se alinha aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e aos princípios do Pacto Global das Nações Unidas, do qual a Empresa é signatária.

#### Programa Furnas Social

Em 2019, Furnas investiu por meio do Edital Furnas Social, cerca de R\$ 3 milhões para 208 organizações da sociedade civil, selecionadas de sete estados, além do Distrito Federal, que promovem a cidadania, a educação, geração de trabalho e renda, saúde e segurança alimentar, esporte e lazer, infraestrutura, garantia dos direitos da criança e do adolescente, meio ambiente e cultura, em comunidades ao redor dos empreendimentos da Empresa. A seleção de projetos considerou o alinhamento aos ODS 4, 8 e 17.

#### Projetos Sociais em Parceria

Em 2019, Furnas renovou sua parceria com instituições que promovem a educação, a cidadania e a geração de trabalho e renda em comunidades do redor dos seus empreendimentos, prevendo a destinação de um montante em torno de R\$ 2,8 milhões ao longo de dois anos. Destacamos:

- Edital de Projetos Sociais das Empresas Eletrobras 2019**

Furnas investiu R\$ 400 mil em três projetos sociais alinhados à Política de Responsabilidade Social das Empresas Eletrobras, tendo como foco o incentivo à educação profissionalizante. Este edital está alinhado aos ODS 4 e 8.

- Programa de Capacitação para Oportunidades de Trabalho e Renda (RJ)**

Em 2019, Furnas, em parceria com o Banco da Providência, instituição ligada à Arquidiocese do Rio de Janeiro, capacitou 645 jovens e adultos em diversos cursos profissionalizantes, com o objetivo de oportunizar a inserção no mercado de trabalho, contribuindo, assim, com a diminuição do quadro de pobreza extrema na zona oeste do município do Rio de Janeiro. A proposta está alinhada aos ODS 1, 4, 8 e 17.

- Centro Comunitário Vila Santa Teresa (Belford Roxo-RJ)**

No ano de 2019, aconteceu o segundo ano do Projeto Raízes Locais, realizado em parceria com a Associação Brasileira Terra dos Homens (ABTH). Foram desenvolvidas oficinas de futebol, capoeira, teatro social, culinária e preparação ao mercado de trabalho para um total de 1.421 beneficiários de todas as faixas etárias. O projeto está alinhado aos ODS 4, 10 e 17.

- Instituto Ciranda Música e Cidadania (Chapada dos Guimarães – MT)**

A parceria celebrada com o Instituto Ciranda-Música e Cidadania teve por objetivo contribuir com o desenvolvimento artístico e cultural de 160 crianças, adolescentes e jovens oriundos das escolas públicas das comunidades de Água Fria e João Carro, zona rural do município de Chapada dos Guimarães, utilizando a música como ferramenta de cidadania em atividades oferecidas no contra turno escolar. O projeto está alinhado aos ODS 4 e 17.

- Projeto Caminhos (Foz do Iguaçu – PR)**

A iniciativa utiliza o esporte como ferramenta para construção da educação, cidadania e coletividade, promovendo a inclusão de adolescentes no mercado de trabalho por meio do acesso ao programa Jovem Aprendiz. Os jovens têm acesso a atividades de reforço escolar, ensino de línguas estrangeiras, brincadeiras e atividades físicas, psicólogos, além de alimentação, transporte e uniforme completo, graças a um convênio entre Furnas e a Sociedade Civil Nossa Senhora Aparecida. Atualmente, o projeto atende cerca de 250 jovens. O projeto está alinhado aos ODS 8, 10 e 17.

- Programa de Desenvolvimento Territorial (Núcleos de Integração)**

Em 2019, foram elaborados os diagnósticos sociais participativos realizados nas comunidades dos municípios de Angra dos Reis-RJ, Itatiaia-RJ, Ibiraci-MG, Mogi das Cruzes-SP e Foz do Iguaçu-PR em parceria com o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). Também foram elaborados os planos de ação de desenvolvimento comunitário que estabelecem propostas e diretrizes prioritárias referentes aos temas: educação, saúde, emprego e renda, assistência social, infraestrutura urbana, esporte, lazer e cultura, para o progresso de cada região. O programa está alinhado com os ODS 1, 5, 8, 10 e 17.

- Programa Energia Social Furnas**

O Programa Energia Social Furnas promove a cidadania e fortalece as políticas públicas por meio de palestras, debates, atividades pedagógicas e lúdicas para professores e alunos da rede pública. Seu ciclo de atividades em 2019 contou com aproximadamente 9,5 mil atendimentos, em oito municípios localizados nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná. O Programa aborda temas como sustentabilidade, cidadania, uso racional de energia e água, valorização e respeito ao indivíduo, alimentação saudável, maternidade e paternidade na adolescência e a questão do *bullying*, despertando o interesse das crianças e jovens para temas importantes para o crescimento sociocultural que fazem parte do dia a dia. O Programa está alinhado com os ODS 3, 4 e 5.

#### Promoção dos Direitos Humanos e da Diversidade

- Direitos da Criança e do Adolescente**

Em 2019, Furnas selecionou quatro Conselhos e Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente na primeira edição de seu Edital de Chamada Pública. A Empresa destinou um valor total de R\$ 500 mil para projetos que promovem a cidadania e o desenvolvimento humano, alinhados com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), na proteção à criança e ao adolescente. O valor deste investimento social será revertido em 100% de renúncia fiscal no imposto de renda de Furnas.

Em parceria com a Fundação Abrinq, Furnas sediou o Seminário Conselhos Fortes, Direitos Assegurados-Caminhos para a Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nas Cidades. O seminário reuniu secretários municipais de assistência social, conselheiros de defesa de direitos, conselheiros tutelares, assistentes sociais e psicólogos de 65 municípios de 12 estados, atuantes na Política Pública de Proteção a Crianças e Adolescentes.

Furnas promoveu o 1º Encontro sobre a Atuação da Empresa no Enfrentamento do Trabalho Infantil e a Valorização da Aprendizagem Profissional, com o objetivo de debater as ações das organizações no fortalecimento dos direitos humanos de crianças e adolescentes. Na ocasião também foi entregue o Selo Empresa Amiga da Criança, da Fundação Abrinq, em reconhecimento ao engajamento de Furnas na prevenção e combate à exploração do trabalho infantil.

As iniciativas estão alinhadas com os ODS 4, 8, 16 e 17.

- Programa de Equidade de Gênero**

Em 2019, Furnas recebeu da coordenação da Rede Global de Bancos de Leite Humano do Ministério da Saúde o Certificado de Homenagem por sua atuação em prol da amamentação.

Furnas sediou a Oficina da Promoção da Equidade de Gênero e Raça para os comitês das empresas Eletrobras (*Holding*, Cepel, Eletronuclear e Furnas), da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e Petrobras Distribuidora. Os participantes se reuniram para a elaboração do caderno de ferramentas "Promoção do Respeito à Diversidade nas Empresas". A iniciativa contribui ainda, para os Indicadores de Direitos Humanos do Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) e para elevar as notas das empresas nos Índices de Sustentabilidade Empresarial.

Foi realizado o 11º Café com Empreendedoras do Rio de Janeiro. O evento, promovido pela Rede Mulher Empreendedora e aberto para todos os colaboradores de Furnas, trouxe em sua programação, histórias inspiradoras e representou uma oportunidade para os participantes ampliarem seu networking.

As iniciativas estão alinhadas com os ODS 3, 5 e 17.

- Direitos Humanos**

Furnas promoveu duas edições do painel "O Refugiado e a Empregabilidade no Brasil". A primeira debateu a inclusão no mercado de trabalho de pessoas que buscaram refúgio no país e a segunda debateu sobre o sistema financeiro brasileiro, as cooperativas de crédito e o micro empreendedorismo individual (MEI). A iniciativa está alinhada ao ODS 8, 10 e 17.

#### Patrocínio Cultural

Em 2019, por meio do Edital do Programa Cultural das Empresas Eletrobras, Furnas formalizou 12 patrocínios em projetos de artes cênicas, destinando um montante de R\$ 3,5 milhões. O valor deste investimento social será revertido em 100% de renúncia fiscal no imposto de renda de Furnas.

#### Patrocínio a Eventos

Em 2019, Furnas patrocinou 13 eventos, sendo 11 por meio do Edital de Seleção Pública de Patrocínio a Eventos do Setor Elétrico (Edital Eletrobras) e dois por modalidade de Escolha Direta.

#### Patrocínio Esportivo

Em 2019, foi lançado o Programa de Patrocínio Esportivo das Empresas Eletrobras. Inspirado na energia renovável das águas, principal insufo de nossos negócios, o programa investiu em esportes aquáticos e náuticos como canoagem, nado artístico, natação, polo aquático, remo, saltos ornamentais, surf e vela. Furnas formalizou quatro patrocínios, destinando um montante de R\$ 600 mil. O valor deste investimento social será revertido em 100% de renúncia fiscal no imposto de renda de Furnas. Esta iniciativa está alinhada aos ODS 4, 5, 10 e 17.

#### Atuação Voluntária

- Programa Furnas de Voluntariado**

Em 2019, os voluntários do Programa realizaram uma série de atividades voltadas para as comunidades do entorno da empresa. Entre as ações estão: arrecadação de alimentos, de produtos de higiene e de mochilas, aulas de libras, de elétrica, de artesanato, de reforço escolar e de judô, sinalização de trilha para deficientes visuais e palestras sobre semeadura e coleta de alimentos. O Programa está alinhado com os ODS 10 e 17.

- Aldeia da Cidadania**

Furnas realizou a 62ª edição do projeto Aldeia da Cidadania, no Ciep Alberto da Veiga Guignard, localizado em Parque Mambucaba. Ao longo do dia foram realizados serviços gratuitos de cuidados preventivos da saúde, como vacinação, aferição de pressão arterial, teste de glicemia, orientação sobre higiene bucal, doenças sexualmente transmissíveis e sobre a dengue. Os participantes também receberam dicas sobre o uso racional da energia elétrica, participaram de espetáculo que abordou a Campanha Setembro Amarelo de Prevenção ao Suicídio, assistiram a números de dança, percussão, oficinas de pintura entre outras atividades recreativas. O Projeto está alinhado com os ODS 3, 16 e 17.

- Horta Comunitária**

Foram iniciados os trabalhos de ampliação dos espaços de convivência da Horta Faixa Verde localizada na Subestação de Mogi das Cruzes-SP. Semanalmente estes espaços receberam a visita de alunos da rede municipal de ensino da região, que participaram de palestras, oficinas, atividades de semeadura e colheita de alimentos. Esta iniciativa incentivou o consumo de legumes e verduras, além de ensinar o combate ao desperdício de alimentos. Além disso, as verduras colhidas durante as atividades pedagógicas foram doadas às escolas visitantes para utilização na merenda escolar. O Projeto está alinhado com os ODS 2 e 17.

### Atuação Institucional

- Programa Coleta Seletiva Solidária/Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)**

Ao longo do ano de 2019, os pontos de coleta de lixo eletrônico do projeto Eco Eletro recolheram 1,4 tonelada de equipamentos eletrônicos descartados pelos colaboradores de Furnas. O lixo eletrônico foi entregue à Cooperativa Amigos do Meio Ambiente (Coopama), que atuava no lixão de Gramacho, em Duque de Caxias-RJ e hoje lida com diversos tipos de resíduos recicláveis, prestando consultoria para empresas e condomínios. Além de gerar renda para a cooperativa, a reutilização do resíduo eletrônico produziu placas de LED que estão sendo utilizadas para iluminação da instituição.

Além disso, o Programa recuperou oito toneladas de resíduos sólidos na Usina Hidrelétrica Simplicio, em Além Paraíba (MG). Desse total, cerca de 2,4 toneladas correspondiam a plásticos, retirados dos canais e reservatórios da Usina. Os resíduos, que não são produzidos por Furnas, chegam até os reservatórios trazidos pelas águas dos rios e se não retirados, obstruem as grades da Tomada d'Água e danificam os equipamentos. Os resíduos coletados foram doados para a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Além Paraíba, beneficiando 14 famílias.

O Programa de Coleta Seletiva Solidária de Furnas encerrou o ano de 2019 destinando mais de 1,6 mil litros de óleo vegetal residual, 90 toneladas de papel, 18 toneladas de plástico, 52 toneladas de metal e 600 kg de vidro para cooperativas de reciclagem. O Programa está alinhado com os ODS 1, 5, 8, 10, 12, 15 e 17.

- Comunidade Indígena Kaingang de Queimadas**

No ano de 2019, foram disponibilizadas 4.200 cestas alimentícias e apoiadas festividades tradicionais na Terra Indígena Queimadas em Ortigueira (PR). Para 2020, foi celebrado convênio com o Instituto Çarakura (OSCIP), para implantação do projeto social em parceria: "Infraestrutura, Esporte e Cultura Kaingang que tem por objetivo implementar espaços de socialização comunitária, contribuindo com o fortalecimento da identidade étnica dos Kaingang. As ações executadas na Terra Indígena Queimadas estão alinhadas aos ODS 2 e 10.

- Espaço Furnas Cidadania**

São oferecidos, gratuitamente à população do Rio de Janeiro, serviços de emissão de Carteira de Identidade e Carteira de Trabalho e Previdência Social por meio de acordos de cooperação técnica com o Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro (Detran-RJ) e com a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE-RJ). Durante o seu funcionamento, o

## Educação Ambiental

Os Programas de Educação Ambiental (PEAs) têm sido implementados junto às populações afetadas por empreendimentos da Empresa. A partir de diagnósticos socioambientais conduzidos nas comunidades, vem sendo possível conhecer as dificuldades e potencialidades locais e, com isso, desenvolver processos educativos específicos. Em várias unidades operacionais, funcionários de Furnas foram treinados pelos Programas de Educação para Trabalhadores (PEATs). No total, 3.867 indivíduos participaram das ações dos programas de educação ambiental em 2019.

Número de pessoas assistidas por empreendimento

Empreendimento	PEA	PEAT	Total
AHE			
Simplicio	323	10	333
UHE			
Batalha	4	—	4
Funil	702	43	745
Itumbiara	437	—	437
Marimbondo	883	—	883
Porto Colômbia	203	—	203
LT			
Anta-Simplicio-Rocha Leão	14	—	14
Batalha - Paracatu	64	—	64
Bateia - Ibuna	441	—	441
Norte - Sul	491	—	491
Mascarenhas - Linhares	118	—	118
Luiz Carlos Barreto de Carvalho	134	—	134
<b>Total</b>	<b>3.814</b>	<b>53</b>	<b>3.867</b>

## Comunicação Ambiental

Cerca de 2.578 pessoas, das comunidades afetadas por empreendimentos de Furnas, foram atendidas nos Programas de Comunicação Social. O objetivo é informar à população que vive nos municípios atingidos sobre os diferentes aspectos do empreendimento, sobretudo aqueles relacionados aos seus impactos reais e potenciais, respectivas medidas de mitigação e a contribuição do empreendimento no contexto de políticas públicas nacionais e do desenvolvimento regional.

Os contatos foram feitos nas usinas: Corumbá, Batalha, Porto Colômbia, Funil, Serra da Mesa e AHE Simplicio. Proprietários e estudantes são o principal público-alvo das campanhas e palestras.

## Água, Efluentes e Resíduos

Foram realizadas inspeções técnicas para elaboração e atualização dos Planos de Monitoramento de Efluentes e Qualidade da Água (PMEQAs), Planos de Gerenciamento de Resíduos (PGRs) e Planos de Atendimento a Emergência (PAEs) nos empreendimentos apresentados a seguir.

Planos para Águas, Efluentes e Resíduos

	PMEQA	PGR	PAE
Subestação (SE)	Angra, Brasília Sul, Brasília Geral, Samambaia, Cachoeira Paulista, Grajaú, Foz do Iguaçu, Ibuna, Linhares e Mascarenhas, Rio Verde, São José	Gurupi, Barro Alto, Niquelândia, Foz do Iguaçu, Ivaiporã, Rio Verde	Araraquara, Barro Alto, Cachoeira Paulista, Campinas, Foz do Iguaçu, Ibuna, Ivaiporã, São José
Usina Hidrelétrica (UHE)	Corumbá, Funil, Itumbiara, Serra da Mesa	APM Manso, Itumbiara, Serra da Mesa, Simplicio	Anta, Batalha, Corumbá, Funil, Furnas, Itumbiara, Luiz Carlos Barreto de Carvalho, APM Manso, Marimbondo, Mascarenhas de Moraes, Porto Colômbia, Serra da Mesa, Simplicio
Usina Termelétrica (UTE)		Campos	Campos, Santa Cruz

Atendendo à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), foram capacitados 245 trabalhadores, entre empregados e terceirizados, em gestão de resíduos sólidos no APM Manso, nas UHEs Itumbiara, Serra da Mesa e Simplicio, na UTE Campos e nas SEs Rio Verde, Gurupi, Barro Alto, Foz do Iguaçu, Ivaiporã e Niquelândia.

## Reflorestamento

São realizadas ações de reflorestamento em Áreas de Preservação Permanente, além da reposição florestal em áreas remanescentes dos reservatórios de usinas hidrelétricas e de linhas de transmissão. Em 2019, foram reflorestados cerca de 732 hectares.

No âmbito do licenciamento da LT Santa Cruz – Jacarepaguá foi concluído o plantio de dois hectares, na Floresta Nacional Mário Xavier (FLONA Mário Xavier), com mudas de espécies nativas da Mata Atlântica. A área restaurada vai ser monitorada através de campanhas de manutenção.

## Projetos de Recuperação de Nascentes (MG)

Projeto em parceria com as comunidades lideiras e prefeituras para recuperação de matas ciliares do entorno do reservatório da UHE Furnas, a partir do plantio de mudas em nascentes situadas nos municípios da Alago (Associação dos Municípios do Lago de Furnas). O projeto em sua totalidade será implantado em 400 nascentes contemplando uma área total de plantio de 50,4 hectares, considerando um raio de 20 m no entorno de cada nascente.

Em 2019, cerca de 62.000 mudas foram plantadas em 31 nascentes de 31 municípios da ALAGO (Aguanil, Alterosa, Boa Esperança, Botelhos, Cabo Verde, Camacho, Campo do Meio, Campos Gerais, Candeias, Capitólio, Coqueiral, Divisa Nova, Formiga, Ilicínea, Juruaia, Machado, Monte Belo, Muzambinho, Nepomuceno, Perdões, Poço Fundo, São João Batista do Glória, São José da Barra, Varginha, Campo Belo, Carmo do Rio Claro, Cristais, Elói Mendes, Fama, Guapé e Paraguaçu), contemplando uma área por volta de 40 hectares.

## Fauna Terrestre e Ictiofauna

Furnas, em parceria com o ICMbio (PAN Paraíba do Sul) e o Projeto Piabinha Centro Socioambiental, realizou a reintrodução experimental de 80 espécimes de peixes no rio Paraíba do Sul, próximo à barragem da Usina de Anta, entre os quais 60 exemplares de espécies ameaçadas de extinção (Piabinha, Surubim-do-paráiba e Grumatá), bem como 20 exemplares de Curimbatás, importante espécie migratória. Todos os peixes receberam um rádio transmissor que permitirá o seu rastreamento através da rede telemétrica instalada por Furnas na região, com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre a ecologia dessas espécies, a partir da movimentação e o comportamento dos mesmos.

Além dessa atividade pontual, foram realizados monitoramentos referentes à ictiofauna em diversas unidades no ano-base 2019 como apresentado na tabela a seguir:

Monitoramento da Ictiofauna

Empreendimento/UHE	Ictiofauna	Ictioplâncton	Pesca	Sistema de Transposição	Telemetria
Simplicio	x	x		x	x
Funil	x	x			
Batalha	x	x	x		
Itumbiara		x	x		
Porto Colômbia	x	x	x		
Marimbondo	x	x	x		
Luiz Carlos Barreto de Carvalho	x	x	x		

Outro destaque do ano foi o início do monitoramento das populações do Mutum-de-Penacho (*Crax fasciolata*) e do Aracuã (*Ortalis remotus*) no entorno da UHE Marimbondo. São duas aves criticamente ameaçadas de extinção segundo a mais recente revisão da lista nacional de espécies ameaçadas (2014).

Os seguintes monitoramentos da fauna terrestre e de águas continentais foram realizados em 2019:

Monitoramento da Fauna Terrestre e de Águas Continentais

Empreendimento/UHE	Fauna Terrestre	Quirópteros	Vetores	Crustáceos Exóticos	Mutum-de-Penacho e Aracuã
Simplicio	x	x	x		
Funil	x				
Batalha			x		
Porto Colômbia	x		x	x	
Marimbondo					x

## Gestão Fundiária

O desembolso referente à liberação e regularização fundiária do ano-base 2019 é apresentado, por empreendimento, na tabela a seguir:

Liberação e Regularização Fundiária - Indenização

Empreendimento	Benfeitorias Reprodutivas e Não Reprodutivas	Custos Cartórios	Servidão Administrativa	Compensação de Reserva Legal	Total
LT Mascarenhas -Linhares	—	5.042,85	—	—	5.042,85
UHE Batalha	—	28.126,22	—	—	28.126,22
LT Xavantes - Pirineus	—	949,06	—	—	949,06
LT Bom Despacho - Ouro Preto	—	9.559,74	—	—	9.559,74
LT Tijuco Preto - Itapeti	—	653,76	—	—	653,76
UHE Simplicio	—	3.878,32	—	—	3.878,32
<b>Total</b>		<b>48.209,95</b>			<b>48.209,95</b>

## RECONHECIMENTO

### Certificação do Indicador de Governança (IG-SEST)

Furnas recebeu a nota máxima na 4ª Certificação do Indicador de Governança (IG-SEST), avaliação feita pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). O reconhecimento considera o nível de governança corporativa nas estatais e subsidiárias do governo federal. Ao todo, foram avaliadas 61 empresas. Deste total, 14 tiraram nota máxima, entre elas Furnas, por implementar boas práticas de gestão, mecanismos de controle e auditoria, divulgação de informações de forma transparente, comitês e conselhos.

### Prêmio Mario Bhering de Preservação da Memória 2019

O projeto Memória Furnas conquistou o Prêmio Mario Bhering de Preservação da Memória, promovido pelo Centro de Memória da Eletricidade do Brasil, e que tem como objetivo estimular ações de resgate e valorização da história do setor elétrico.

### Childhood Brasil

O empenho de Furnas pelas atividades de valorização dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes foi reconhecido pela Fundação Childhood Brasil por meio do Programa Na Mão Certa. A certificação acontece desde 2009 para mobilizar empresas, governos e sociedade civil no enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras.

### Prêmio Abrasca Melhor Relatório Anual 2019

O Relatório de Sustentabilidade de Furnas foi um dos finalistas na categoria "Empresas Fechadas" do Prêmio Abrasca 2019, que reconheceu os melhores relatórios produzidos no exercício de 2018. A premiação, entregue pela Associação Brasileira das Companhias Abertas, possui caráter educacional e incentiva o aprimoramento da qualidade das publicações corporativas, com mais clareza e transparência.

### Certificado Building Awareness Champion 2019

O Instituto dos Auditores Internos do Brasil (IIA Brasil) concedeu a Furnas o Certificado Building Awareness Champion 2019, em cerimônia do 39º Congresso Brasileiro de Auditoria Interna (Conbrai). O prêmio reconhece as instituições que se destacaram nas ações promovidas durante o Mês International de Conscientização da Auditoria Interna (IIA May). O IIA é considerado a principal entidade mundial na área de auditoria interna e congrega mais de 200 mil membros em 170 países.

### Certificação Ministério da Saúde

Em cerimônia comemorativa ao Dia Nacional de Doação do Leite, em Brasília, Furnas recebeu certificado do Ministério da Saúde pela sala de apoio à amamentação na sede da empresa, no Rio de Janeiro. O espaço foi concebido em 2018 para que as colaboradoras da companhia que retornam da licença-maternidade possam retirar e armazenar o próprio leite, permitindo que seus bebês continuem se beneficiando do alimento.

## INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

	2019	2018
<b>1. Geração e Distribuição de Riqueza</b>		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA) - apresentada, na íntegra, no conjunto das Demonstrações Contábeis.	Governo 14% Acionistas 7% Empregados 12% Financiadores 61% Outros 6%	Governo 25% Acionistas 0% Empregados 16% Financiadores 52% Outros 7%
<b>2. Recursos Humanos</b>		
<b>2.1. Remuneração</b>	R\$ mil	R\$ mil
Folha de Pagamento Bruta (FPB) (R\$ Mil)	1.143.603	1.151.343
- Empregados (R\$ mil)</		

## BALANÇO PATRIMONIAL (em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018		31.12.2019	(Reapresentado)	31.12.2019	(Reapresentado)
<b>CIRCULANTE</b>										
Caixa e equivalente de caixa	6	9.640	28.093	72.607	73.161	Fornecedores	19	535.789	437.559	553.318
Títulos e valores mobiliários	7	684.930	479.284	684.930	479.284	Financiamentos e empréstimos	20	1.627.157	2.071.013	1.629.430
Clientes	8	1.133.403	1.152.180	1.145.914	1.153.067	Debêntures - encargos	20.8	543	—	543
Créditos CCEE Repactuação GSF	9	10.458	65.529	10.458	65.529	Impostos e contribuições sociais	21	1.671.439	1.387.802	1.672.807
Remuneração das participações societárias	16.4	108.294	126.294	108.294	126.294	Remuneração aos acionistas	30	763.284	248.277	763.284
RBSE - concessão de serviço público	14	3.641.821	3.460.565	3.641.821	3.460.565	Concessões a pagar - uso do bem público	25	1.710	1.777	1.710
Ativo contratual de transmissão	14	109.108	306.754	115.572	313.218	Obrigações estimadas	22	228.079	257.611	228.852
Impostos e contribuições sociais	10	1.281.482	1.023.991	1.283.752	1.024.862	Encargos setoriais	23	89.751	57.350	90.242
Almoxarifado	11	34.785	39.850	34.785	39.850	Benefícios pós-emprego	24	11.447	10.534	11.447
Créditos homologatórios ANEEL	15	—	246.143	—	246.143	Outros	29	43.977	34.959	50.355
Outros ativos	15	306.886	147.865	307.256	148.162					
		<b>7.320.807</b>	<b>7.076.548</b>	<b>7.405.389</b>	<b>7.130.135</b>			<b>4.973.176</b>	<b>4.506.882</b>	<b>5.001.988</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>										
Realizável a longo prazo						<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Clientes	8	266.852	—	266.852	—	Fornecedores	19	—	—	1.588
Créditos CCEE Repactuação GSF	9	—	10.459	—	10.459	Financiamentos e empréstimos	20	5.753.000	6.634.459	6.089.622
Impostos e contribuições sociais	10	29.019	29.019	29.019	29.019	Debêntures - principal	20.8	450.000	—	450.000
Almoxarifado	11	112.475	111.187	112.475	111.187	Impostos e contribuições sociais	21	2.783.365	4.602.732	2.788.670
Cauções e depósitos vinculados	13	849.354	811.388	849.362	811.388	Concessões a pagar - uso do bem público	25	33.817	34.023	33.817
Adiantamento para futuro aumento de capital	16.5	44.691	295.678	1.541	1.541	Provisões para contingências	26	1.538.908	1.179.786	1.538.908
RBSE - concessão de serviço público	14	13.867.481	14.864.021	13.867.481	14.864.021	Benefícios pós-emprego	24	1.768.647	209.852	1.768.647
Ativo contratual de transmissão	14	3.121.079	2.708.502	3.194.880	2.782.199	Adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC)	27	61.705	58.242	67.684
Ativos financeiros de geração	14	1.329.674	1.280.320	1.329.674	1.280.320	Provisão para contratos onerosos	28	222.881	408.352	222.881
Outros ativos	15	22.674	107.290	41.142	107.290	Encargos setoriais	23	294.180	304.247	294.180
		<b>19.643.299</b>	<b>20.217.864</b>	<b>19.692.426</b>	<b>19.997.424</b>	Outros	29	260.084	82.372	294.085
								<b>13.166.587</b>	<b>13.514.065</b>	<b>13.550.082</b>
Investimentos	16	6.870.379	6.046.985	6.456.004	6.015.644	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	30			<b>13.529.706</b>
Imobilizado	17	5.699.531	5.212.521	6.267.617	5.342.294	Capital social		6.531.154	6.531.154	6.531.154
Intangível	18	163.394	187.843	289.130	290.988	Reservas de capital		5.053.045	5.053.045	5.053.045
		<b>32.376.603</b>	<b>31.665.213</b>	<b>32.705.177</b>	<b>31.646.350</b>	Reservas de lucros:				
						Reserva legal		756.649	595.957	756.649
						Reserva especial de dividendos não distribuídos		3.737.481	2.074.939	3.737.481
						Reserva de lucros a realizar		8.209.219	8.209.219	8.209.219
						Dividendos adicionais propostos		377.314	191.723	377.314
						Outros resultados abrangentes		(3.107.215)	(1.935.223)	(3.107.215)
						Participação dos acionistas não controladores				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>39.697.410</b>	<b>38.741.761</b>	<b>40.110.566</b>	<b>38.776.485</b>					

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

(em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>(Reapresentado)</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>(Reapresentado)</u>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	31	<b>8.648.965</b>	<b>8.462.226</b>	<b>8.668.451</b>	<b>8.470.683</b>
<b>CUSTO OPERACIONAL</b>	32	<b>(4.182.022)</b>	<b>(4.147.860)</b>	<b>(4.210.948)</b>	<b>(4.161.669)</b>
<b>Custo com energia elétrica</b>		(1.465.857)	(1.290.698)	(1.480.355)	(1.290.374)
Energia elétrica comprada para revenda		(836.314)	(693.432)	(850.960)	(693.432)
Encargos de uso da rede elétrica		(629.543)	(597.266)	(629.395)	(596.942)
<b>Custo de operação</b>		(2.716.165)	(2.857.162)	(2.730.593)	(2.871.295)
Pessoal, material e serviços de terceiros		(1.868.118)	(1.891.067)	(1.881.928)	(1.904.985)
Combustível e água para produção de energia elétrica		(558.052)	(685.526)	(558.052)	(685.526)
Depreciação e amortização		(274.593)	(260.542)	(274.648)	(260.592)
Outros		(15.402)	(20.027)	(15.965)	(20.192)
<b>CUSTO DE CONSTRUÇÃO</b>	32	<b>(304.548)</b>	<b>(306.542)</b>	<b>(306.454)</b>	<b>(306.542)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>4.162.395</b>	<b>4.007.824</b>	<b>4.151.049</b>	<b>4.002.472</b>
<b>(DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	33	<b>(131.019)</b>	<b>(538.071)</b>	<b>(132.869)</b>	<b>(373.543)</b>
<b>RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>		<b>4.031.376</b>	<b>3.469.753</b>	<b>4.018.180</b>	<b>3.628.929</b>
<b>RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL</b>	16	<b>(32.570)</b>	<b>(246.027)</b>	<b>(22.629)</b>	<b>(380.383)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	34	<b>(556.388)</b>	<b>(1.581.636)</b>	<b>(552.427)</b>	<b>(1.580.094)</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS</b>		<b>3.442.418</b>	<b>1.642.090</b>	<b>3.443.124</b>	<b>1.668.452</b>
Imposto de renda e contribuição social	35	(1.445.554)	(1.186.370)	(1.446.145)	(1.186.864)
Imposto de renda e contribuição social diferido	35	1.219.402	589.657	1.219.273	589.496
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>3.216.266</b>	<b>1.045.377</b>	<b>3.216.252</b>	<b>1.071.084</b>
Parcela atribuída aos controladores		3.216.266	1.045.377	3.216.266	1.045.377
Parcela atribuída aos acionistas não controladores		—	—	(14)	25.707

Page 10 of 10 | Last Page

**Controladora** \_\_\_\_\_ **Cor.** \_\_\_\_\_

	<b>31.12.2019</b>	<b>31.12.2018</b>	<b>31.12.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
Lucro do exercício	3.216.266	1.045.377	3.216.252	1.071.084
Outros resultados abrangentes:				
Ganho (perda) em benefícios pós-emprego	(1.754.648)	(114.833)	(1.754.648)	(114.833)
IRPJ e CSLL diferidos sobre resultado atuarial	582.656	–	582.656	–
Ajuste acumulado de conversão em investida	–	30	–	30
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>2.044.274</b>	<b>930.574</b>	<b>2.044.260</b>	<b>956.281</b>

(em milhares de reais)

	<u>Capital Social</u>	<u>Reservas de Capital</u>	<u>Reservas de Lucros</u>	<u>Adicional Proposto</u>	<u>(Prejuízo) Acumulado</u>	<u>Resultados Abrangentes</u>	<u>Líquido Controladores</u>	<u>Líquido Não Controladores</u>	<u>Líquido Consolidado</u>
<b>SALDO EM 01 DE JANEIRO DE 2018</b>	<b>6.531.154</b>	<b>5.053.045</b>	<b>10.273.773</b>	<b>—</b>	<b>126.817</b>	<b>(1.820.420)</b>	<b>20.164.369</b>	<b>847</b>	<b>20.165.216</b>
Ajuste acumulado de conversão em investida	—	—	—	—	—	30	30	—	30
Ajuste benefício pós-emprego (CVM nº 600/2009)	—	—	—	—	—	(114.833)	(114.833)	—	(114.833)
Lucro do exercício	—	—	—	—	1.045.377	—	1.045.377	16	1.045.393
Destinação do resultado:									
Reserva legal	—	—	52.269	—	(52.269)	—	—	—	—
Reserva especial de dividendos não distribuídos	—	—	553.108	—	(553.108)	—	—	—	—
Reserva de lucros a realizar	—	—	126.817	—	(126.817)	—	—	—	—
Dividendo mínimo	—	—	—	—	(248.277)	—	(248.277)	—	(248.277)
Dividendo Adicional Proposto	—	—	—	191.723	(191.723)	—	—	—	—
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 - Anteriormente apresentado</b>	<b>6.531.154</b>	<b>5.053.045</b>	<b>11.005.967</b>	<b>191.723</b>	<b>—</b>	<b>(1.935.223)</b>	<b>20.846.666</b>	<b>863</b>	<b>20.847.529</b>
Reserva de lucros a realizar	—	—	(125.852)	—	—	—	(125.852)	—	(125.852)
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 - Reapresentado</b>	<b>6.531.154</b>	<b>5.053.045</b>	<b>10.880.115</b>	<b>191.723</b>	<b>—</b>	<b>(1.935.223)</b>	<b>20.720.814</b>	<b>863</b>	<b>20.721.677</b>
Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós emprego	—	—	—	—	—	(1.754.648)	(1.754.648)	—	(1.754.648)
IRPJ e CSLL diferidos sobre resultado atuarial	—	—	—	—	—	582.656	582.656	—	582.656
Prejuízo acumulado	—	—	—	—	(2.434)	—	(2.434)	—	(2.434)
Lucro do exercício	—	—	—	—	3.216.266	—	3.216.266	(14)	3.216.252
Destinação do resultado:									
Reserva legal	—	—	160.692	—	(160.692)	—	—	—	—
Reserva especial de dividendos não distribuídos 2018	—	—	(250.000)	—	—	—	(250.000)	—	(250.000)
Reserva especial de dividendos não distribuídos 2019	—	—	1.912.542	—	(1.912.542)	—	—	—	—
Reserva de lucros a realizar	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Dividendo mínimo	—	—	—	—	(763.284)	—	(763.284)	—	(763.284)
Dividendo Adicional Proposto 2018	—	—	—	(191.723)	—	—	(191.723)	—	(191.723)

~~6,521,151~~ ~~5,525,245~~ ~~10,702,310~~ ~~377,314~~ ~~(377,314)~~ ~~(2,167,215)~~ ~~21,557,647~~

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
 (em milhares de reais)

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>			<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>Nota</b>	<b>31.12.2019</b>	<b>(Reapresentado)</b>	<b>31.12.2019</b>	<b>(Reapresentado)</b>	<b>Nota</b>	<b>31.12.2019</b>	<b>(Reapresentado)</b>	<b>31.12.2019</b>
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>									
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	35	3.442.418	1.642.090	3.443.124	1.668.452				
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações:									
Depreciação e amortização	32	274.593	260.542	274.648	260.592				
Variações monetárias/cambiais líquidas		70.040	90.755	70.046	90.755				
Encargos financeiros		537.159	1.543.668	537.159	1.543.668				
Renda de aplicação financeira	34	(43.845)	(44.630)	(48.068)	(46.099)				
Juros s/refinanciamentos de créditos e empréstimos concedidos	34	(5.050)	(4.887)	(5.050)	(4.887)				
Receita de ativo financeiro – RBSE	14.3	(2.241.887)	(2.492.438)	(2.241.887)	(2.492.438)				
Receita de ativo contratual de transmissão	14.3	(136.535)	(153.127)	(141.664)	(153.127)				
Receita de construção	14.3	(338.273)	(339.545)	(340.176)	(344.772)				
Resultado da equivalência patrimonial	16.1	32.570	246.027	22.629	380.383				
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	33	120.069	92.162	120.069	92.162				
Provisão (reversão) para riscos com ações fiscais, trabalhistas e cíveis	33	359.122	309.114	359.122	309.114				
Provisão (reversão) para redução ao valor recuperável de ativos	33	(312.684)	(50.411)	(312.684)	(68.919)				
Provisão (reversão) contrato oneroso	33	(185.472)	249.234	(185.472)	203.678				
Provisão (reversão) para plano de incentivo ao desligamento de pessoal	29	1.460	26.768	1.460	26.768				
Provisão (reversão) para acordo judicial entre Furnas e empregados plano BD		(2.282)	(46.027)	(2.282)	(46.027)				
Provisão (reversão) para perda com investimentos	33	(496.790)	(276.143)	(496.790)	(276.143)				
Provisão (reversão) GAG Melhoria	33	62.695	52.832	62.695	52.832				
Baixa de investimentos		–	23.188	–	23.188				
Baixa de imobilizado	17.5	879	86	879	86				
Baixa de financiamento - dação em pagamento	33	(32.760)	–	(32.760)	–				
Encargos setoriais		561.058	470.143	561.036	470.418				
Ganho atuarial - benefícios pós-emprego	33	(144.807)	(143.063)	(144.807)	(143.063)				
Participação dos não controladores		–	–	14	(25.707)				
<b>(Acréscimos)/decréscimos nos ativos operacionais</b>		<b>1.521.678</b>	<b>1.456.338</b>	<b>1.501.241</b>	<b>1.520.914</b>				
Cientes		26.035	(200.396)	14.411	(200.216)				
Repactuação do Risco Hidrológico – GSF	9	65.530	65.529	65.530	65.529				
Almoxarifado	11	3.777	(9.781)	3.777	(9.781)				
Cauções e depósitos vinculados		(19.537)	51.514	(19.545)	51.514				
Tributos a recuperar		73.155	(64.648)	71.755	(65.105)				
Despesas pagas antecipadamente	15.4	(21.288)	(10.679)	(21.288)	(10.679)				
Créditos com fornecedores		(139.730)	–	(139.730)	–				
Outros		(37.011)	(16.637)	(51.094)	(17.139)				
<b>Acréscimos/(decréscimos) nos passivos operacionais</b>		<b>(49.069)</b>	<b>(185.098)</b>	<b>(76.184)</b>	<b>(185.877)</b>				
Fornecedores		92.272	98.798	108.588	96.445				
Obrigações estimadas		(29.551)	(107.540)	(29.593)	(107.094)				
Tributos a recolher		675.055	854.580	675.228	850.115				
Outros		9.052	(4.506)	12.127	31.062				
<b>Total</b>		<b>746.828</b>	<b>841.332</b>	<b>766.350</b>	<b>870.528</b>				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM**  
 (em milhares de reais)

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>		
	<b>31.12.2018</b>	<b>Reapresentado</b>	<b>31.12.2019</b>	<b>Reapresentado</b>	
<b>1. GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>					
Receitas de vendas de energia e serviços			10.344.497	9.976.971	10.368.736
Outras receitas operacionais			226.860	257.047	223.008
Menos:					
Insumos					
Custo de energia comprada			(1.465.857)	(1.290.698)	(1.480.355)
Materiais			(29.016)	(35.496)	(29.125)
Serviços de terceiros			(704.991)	(758.257)	(709.200)
Outros custos operacionais			(1.657.216)	(1.349.315)	(1.660.971)
<b>2. VALOR ADICIONADO BRUTO</b>			<b>6.714.277</b>	<b>6.800.252</b>	<b>6.712.093</b>
Depreciação e amortização			(274.593)	(260.542)	(274.648)
Constituição/reversão de provisões			455.342	(397.938)	455.342
<b>3. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO</b>			<b>6.895.026</b>	<b>6.141.772</b>	<b>6.892.787</b>
Receitas financeiras (transferências)			3.059.333	943.965	3.063.615
Equivalência patrimonial			(32.570)	(246.027)	(22.629)
<b>4. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>			<b>9.921.789</b>	<b>6.839.710</b>	<b>9.933.773</b>
<b>5. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>					
Remuneração do trabalho			1.134.111	1.097.314	1.143.603
Governo (impostos e contribuições)			1.395.169	1.702.185	1.396.859
Encargos financeiros e variação monetária			3.615.721	2.525.601	3.616.042
Encargos setoriais			560.522	469.233	561.017
Remuneração aos acionistas			763.284	248.277	763.284
Participação dos acionistas não controladores			–	–	(14)
Lucro do exercício retido			2.452.982	797.100	2.452.982
<b>Total</b>			<b>9.921.789</b>	<b>6.839.710</b>	<b>9.933.773</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS**

Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas" ou "Empresa") é uma empresa de economia mista de capital fechado, com sede à Rua Real Grandeza, 219, Botafogo, Rio de Janeiro, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras. Atua na geração, transmissão e comercialização de energia elétrica na região abrangida pelo Distrito Federal e os Estados de São Paulo, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, do Paraná, do Espírito Santo, de Goiás, do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, do Pará, do Tocantins, de Rondônia, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Ceará e da Bahia. A comercialização de energia é exercida com empresas distribuidoras de energia, comercializadoras e consumidores livres de todo o território nacional.

Furnas detém diversas concessões de serviço público de energia elétrica, sintetizadas a seguir:

**Geração**  
 23 usinas em operação, cujas concessões são 100% de Furnas ou em parceria com a iniciativa privada ou em regime de Sociedade de Propósito Específico (SPE) e que contam com 18.145,97 MW(\*) de potência instalada total, das quais:

a) 21 (vinte e uma) são hidrelétricas (UHEs) com 17.765,97 MW(\*) de potência instalada, sendo:  
 - 4 (quatro) 100% Furnas, 6 (seis) sob administração especial – afetadas pela Lei nº 12.783/2013, 2 (duas) em parceria com 9.046,20 MW de potência instalada e

- 9 (nove) em SPEs, com 8.719,77 MW(\*) de potência instalada.



**2.2.3. Parcerias de Furnas com outras sociedades (SPEs) em projetos de transmissão:**

Investida	Linha	km <sup>(1)</sup> (*)	Subestação	Capacidade de Transformação (MVA)	Data da Outorga	Prazo da Concessão
Baguari Energia	LT 230 kV UHE Baguari - Baguari C1 e C2 <sup>(3)</sup>	1,21	—	—	15.08.2006	35 anos
	LT 230 kV UHE Baguari - Baguari C3 e C4 <sup>(3)</sup>	1,36	—	—		
Belo Monte Transmissora de Energia	LT 800 kV Xingu-Estreito C1 e C2	2.076,00	Estação Conversora 4.000 MW na SE Xingu <sup>(2)</sup> Estação Conversora 3.850 MW na SE Estreito <sup>(2)</sup>	4.752,00 4.660,80	16.06.2014	30 anos
Caldas Novas Transmissão	—	—	SE Corumbá - Ampliação da SE UHE Corumbá I <sup>(2)</sup>	150,00	16.06.2011	30 anos
Empresa de Energia São Manoel	LT 500 kV UHE São Manoel - Paranaita C1	40,00	SE UHE São Manoel	780,00	10.04.2014	35 anos
Chapoeense Geração	LT 230 kV UHE Foz do Chapecó - Foz do Chapecó C1 e C2 <sup>(3)</sup>	2,93	—	—	07.11.2001	35 anos
	LT 230 kV UHE Foz do Chapecó - Foz do Chapecó C3 e C4 <sup>(3)</sup>	2,90	—	—		
Enerpeixe	LT 500 kV Peixe Angical - Peixe 2	20,00	SE UHE Peixe Angical	525,00	07.11.2001	35 anos
Goiás Transmissão	LT 500 kV Rio Verde Norte - Trindade C1 e C2 <sup>(3)</sup>	374,00	SE Trindade	1.600,00	12.07.2010	30 anos
	LT 230 kV Trindade - Xavantes C1 e C2 <sup>(3)</sup>	74,00				
	LT 230 kV Trindade - Carajás C1	30,00				
Interligação Elétrica do Madeira	LT 600 kV Coletora Porto Velho - Araraquara 2 C1 e C2	2.384,56	Estação Retificadora 3.150 MW na SE Coletora Porto Velho <sup>(2)</sup> Estação Inversora 2.950 MW na SE Araraquara 2 <sup>(2)</sup>	3.832,00 3.632,00	26.02.2009	30 anos
Lago Azul Transmissão	LT 230 kV Barro Alto-Itapaci C2	69,00	—	—	14.05.2014	30 anos
	LT 500 kV UHE Santo Antônio - Coletora Porto Velho C1	12,90				
Madeira Energia	LT 500 kV UHE Santo Antônio - Coletora Porto Velho C2	13,55	SE UHE Santo Antônio	4.130,00	13.06.2008	35 anos
	LT 500 kV UHE Santo Antônio - Coletora Porto Velho C3 e C4 <sup>(3)</sup>	29,20				
	LT 230 kV UHE Santo Antônio - Porto Velho C1 e C2 <sup>(3)</sup>	39,60				
MGE Transmissão	LT 500 kV Mesquita - Viana 2 C1	252,00	SE Viana 2	900,00	12.07.2010	30 anos
	LT 345 kV Viana 2 - Viana C1 e C2 <sup>(3)</sup>	16,00				
Paranaíba Transmissora de Energia	LT 500 kV Barreiras II-Rio das Éguas	239,10	—	—	02.05.2013	30 anos
	LT 500 kV Rio das Éguas-Luziânia	346,20				
	LT 500 kV Luziânia-Pirapora 2	368,10				
Retiro Baixo Energética	LT 138 kV Retiro Baixo - Curvelo 2 C1	45,06	SE UHE Retiro Baixo	100,00	15.08.2006	35 anos
Serra do Facão Energia	LT 138 kV Serra do Facão - Catalão C1 e C2 <sup>(3)</sup>	65,60	SE UHE Serra do Facão	237,00	07.11.2001	35 anos
Teles Pires Participações	LT 500 kV Teles Pires - Paranaíta C1 e C2 <sup>(3)</sup>	18,60	SE UHE Teles Pires <sup>(4)</sup>	2.025,00	07.06.2011	35 anos
Transenergia Goiás	LT 230 kV UHE Serra da Mesa-Niquelândia C2	100,00	—	—	09.11.2009	30 anos
	LT 230 kV Niquelândia-Barro Alto C2	89,00				
	LT 230 kV Barra dos Coqueiros - Quirinópolis C1	51,30	SE Edéia	300,00		
	LT 138 kV Quirinópolis - UTE Quirinópolis C1	33,90				
Transenergia Renovável	LT 138 kV Quirinópolis - UTE Boa Vista C1	16,40	SE Jataí	450,00	23.04.2009	30 anos
	LT 230 kV Chapadão - Jataí C1 e C2 <sup>(3)</sup>	276,00				
	T 138 kV Jataí - Mineiros C1	61,40	SE Mineiros	—		
	LT 138 kV Jataí - UTE Jataí C1	51,60	SE Morro Vermelho	—		
	LT 138 kV Jataí - UTE Água Emendada C1	32,60	SE Quirinópolis	225,00		
	LT 138 kV Mineiros - Morro Vermelho C1	46,90				
	LT 138 kV Morro Vermelho - UTE Alto Taquari C1	30,10				
	LT 230 kV Palmeiras - Edéia C1	58,60				
	LT 138 kV Edéia - UTE Tropical Bioenergia I e II C1	48,50				
Transenergia São Paulo	—	—	SE Itatiba	1.200,00	19.11.2009	30 anos
Triângulo Mineiro Transmissora	LT 500 kV Marimbondo II - Assis	296,50	—	—	14.08.2013	30 anos
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia	LT 500 kV Luziânia - Brasília Leste C1	67,00	SE Brasília Leste	1.080,00	09.10.2013	30 anos
	LT 500 kV Luziânia - Brasília Leste C2	67,00				
	LT 345 kV Samambaia - Brasília Sul C3	14,00				
	LT 230 kV Brasília Sul - Brasília Geral C3 (subterrânea)	13,50				
Mata de Santa Genebra Transmissão	LT 500 kV Itatiba - Bateias <sup>(5)</sup>	414,26	SVC 300 MVar na SE Santa Bárbara D'Oeste <sup>(2)</sup>	—		
	LT 500 kV Araraquara 2 - Itatiba(5)	222,59	SVC 300 MVar na SE Itatiba <sup>(2)(5)</sup>	—	14.05.2014	30 anos
	LT 500 kV Araraquara 2-Fernão Dias <sup>(5)</sup>	249,60	SE Fernão Dias (1º Bco de Autotrafos - 1200 MVA, 2º Bco de Autotrafos 2400 MVA) <sup>(5)</sup>	3.600,00		
Brasil Ventos Energia - Fortim	LT 230 kV Jandaia - Russas II <sup>(5)</sup>	68,00	SE Jandaia <sup>(5)</sup>	140,00	17.07.2012	35 anos

<sup>(1)</sup> Valores aproximados.<sup>(2)</sup> A subestação não pertence à SPE.<sup>(3)</sup> Circuito Duplo – quilometragem dobrada.<sup>(4)</sup> Subestação de manobra, sem capacidade de transformação.<sup>(5)</sup> Empreendimentos em construção.

Nota: LT = linha de transmissão; SE = subestação.

(\*) Informação não auditada.

**2.3. Prorrogação das concessões de serviço público de energia elétrica**

Em 11 de janeiro de 2013, o Governo Federal publicou a Lei nº 12.783/2013, regulamentada pelo Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.

Por meio da aludida Lei, as concessões de energia elétrica, tratadas nos artigos 17, §§º, 19 e 22 da Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995, cujos prazos de vencimento ocorreriam a partir de 2015, foram prorrogadas por mais 30 anos, conforme condições estabelecidas na referida Lei e nos respectivos aditivos aos Contratos de Concessão.

A prorrogação considerou a antecipação do vencimento dessas concessões e a assinatura de Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão com o Poder Concedente estabelecendo as novas condições. Pressupôs, ainda, a aceitação expressa dos critérios de remuneração, alocação da energia e padrões de qualidade, constantes da Lei nº 12.783/2013, estando ainda prevista à indenização ou a incorporação na base tarifária, a critério do Poder Concedente, dos ativos ainda não amortizados ou depreciados com base no Valor Novo de Reposição (VNR).

Adicionalmente, o Ministério de Minas e Energia (MME) e o Ministério da Fazenda (MF) emitiram, em 1º de novembro de 2012, a Portaria Interministerial nº 580, por meio da qual fixaram os valores das indenizações dos ativos de geração e transmissão afeitos pela Medida Provisória nº 579, referenciados a preços de junho de 2012 e outubro de 2012, respectivamente. Os valores de indenização dos ativos de geração foram ajustados em 29 de novembro de 2012, por meio da Portaria Interministerial nº 602.

Essas indenizações se referem, no caso de transmissão, apenas aos ativos atinentes à RBNI. Já no caso de geração, os valores fixados pelo MME correspondem aos investimentos identificados no Projeto Básico das usinas.

**2.3.1. Ativos de concessões prorrogadas cuja indenização ainda não foi homologada pelo Poder Concedente**

Desritivo	Controladora	31.12.2019	31.12.2018
<b>Geração</b>			
Modernizações e melhorias	995.718	995.718	
Geração térmica	987.585	805.462	
<b>Total</b>	<b>1.983.303</b>	<b>1.801.180</b>	

**2.3.2. Os efeitos da Lei nº 12.783/2013, por segmento de negócio**

Conforme previu a Lei nº 12.783/2013, a ANEEL estabeleceu os critérios e procedimentos para que fossem encaminhadas à Agência as informações necessárias para o cálculo do Valor Novo de Reposição - VNR dos ativos ainda não totalmente depreciados. Nesse sentido, foi publicada uma Resolução Normativa para cada segmento.

**2.3.2.1. Transmissão**

Para a transmissão, a ANEEL mediante a Resolução Normativa nº 589 de 10 de dezembro de 2013, disciplinou os critérios para cálculo do VNR, para fins de indenização dessas instalações. Essa Resolução estabeleceu que a concessionária contratassem uma empresa credenciada junto à ANEEL para elaborar um laudo de avaliação contemplando os ativos existentes em 31 de maio de 2000, não depreciados até 31 de dezembro de 2012.

Em 2019, o pagamento do valor residual dos ativos de transmissão considerados não depreciados existentes em 31 de maio de 2000 - Rede Básica do Sistema Existente (RBSE) completou o segundo ciclo de recebimento, na forma do Despacho ANEEL nº 1.779/2017, que excluiu provisoriamente a parcela de remuneração (Ke) do pagamento, em razão de decisão judicial liminar proferida a favor da ABRAECE e Outros. No que concerne às ações judiciais sobre o tema, em 2019 foram proferidas diversas sentenças de improcedência integral dos pedidos, conferindo, assim, direito ao pagamento integral do valor em comento, incluindo a parcela da remuneração (Ke). Em que pese as decisões de primeira instância, verificamos a interposição dos recursos cabíveis e a remessa obrigatória à segunda instância, sendo certo que estão pendentes de decisão pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

**2.3.2.2. Geração Hidrelétrica – Investimentos após o projeto básico**

Desritivo	Controladora	31.12.2019	31.12.2018
Valor contábil líquido do Pleito	Valor contábil líquido em 31.12.2019	VNR	Valor a receber (*)
Usinas	514.825	665.211	606.859
UHE Furnas	480.893	419.669	659.483
<b>Total</b>	<b>995.718</b>	<b>1.084.880</b>	<b>1.266.342</b>

(\*) Valores sujeitos à homologação da ANEEL

Desritivo	Controladora	31.12.2019	31.12.2018




<tbl\_r cells="4" ix

### 3.2.8. Investimentos

Furnas possui participações em Sociedades de Propósitos Específicos (SPEs), sob controle compartilhado com outros acionistas. Todos têm o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, de forma colegiada sem exercer o controle individual.

Os resultados destas SPEs são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial.

Quando a participação da Empresa nas perdas acumuladas das investidas iguala ou ultrapassa o valor do investimento, a Empresa não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha assumido obrigações ou feito pagamentos em nome dessas sociedades. Nesses casos, a participação nas perdas acumuladas é registrada no passivo.

Quando necessário, as políticas contábeis das empresas investidas são ajustadas para garantir consistência com as políticas adotadas pela Empresa.

Os demais investimentos estão registrados pelo custo de aquisição deduzido de provisões para perdas, quando aplicável.

### 3.2.9. Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição líquido da depreciação acumulada. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo e calculada pelo método linear, e apropriada ao resultado do exercício, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). As taxas anuais de depreciação estão determinadas na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, conforme previsto pela Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão (item 111).

A vida útil estimada de cada bem, os valores residuais e os métodos de depreciação são efetuados em conformidade com as regras estabelecidas pelo Poder Concedente, representado pela ANEEL. Adicionalmente, a mesma também é responsável por estabelecer a apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como razoável e adequada para efeitos contábeis e regulatórios e representa a melhor estimativa de vida útil econômica dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado. Somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em outras receitas (ou despesas) operacionais líquidas na demonstração do resultado.

Os bens de geração, não afetados pela Lei nº 12.783/2013 (terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos – não qualificáveis na ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão) estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável (Nota 17).

São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso. A depreciação desses ativos se inicia quando estes estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Ressalta-se que, segundo as normas contábeis, os terrenos não sofrem depreciação.

### 3.2.10. Ativa intangível

As faixas de servidões permanentes são registradas pelo custo de aquisição. Os softwares de manutenção de sistema corporativo são registrados e avaliados custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Neste grupo, também estão incluídos os valores provenientes do direito de uso da infraestrutura para ser utilizada pela outorgante, que são estabelecidos no contrato de concessão para exploração do potencial de energia hidráulica, os quais são registrados pelo valor das retribuições ao Poder Concedente pelo aproveitamento do potencial hidrelétrico, descontados a valor presente, a taxa implícita do projeto.

#### 3.2.10.1. Baixa de ativo intangível

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

#### 3.2.10.2. Ativo intangível proveniente do direito da exploração das concessões

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões de Furnas decorre de Uso do Bem Público (UBP), o qual determinadas concessões de geração foram concedidas mediante a contraprestação de pagamentos para a União a título de UBP. O registro desta obrigação a valor presente na data da assinatura dos respectivos contratos teve como contrapartida a conta de ativo intangível. Estes valores, capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação, estão sendo amortizados linearmente pelo período remanescente da concessão.

#### 3.2.11. Provisão ao valor recuperável de ativos imobilizados e intangíveis

No fim de cada exercício, o valor contábil de seus ativos imobilizados e intangíveis são revisados para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante da provisão.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, calcula-se o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponível para uso, são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano ou sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente, pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da provisão de perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

### 3.2.12. Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

#### 3.2.12.1. Classificação como instrumento de dívida ou de patrimônio

Instrumentos de dívida e de patrimônio emitidos são classificados como passivos financeiros, ou patrimônio, de acordo com a natureza do acordo contratual e as definições de passivo financeiro e instrumento de patrimônio.

#### 3.2.12.2. Instrumentos de patrimônio

Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os mesmos são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

#### 3.2.12.3. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, tanto no circulante como no não circulante, nas rubricas "fornecedores", "financiamentos e empréstimos" e "outros". São mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros no respectivo exercício. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

#### 3.2.12.3.1. Baixa de passivos financeiros

A baixa de passivos financeiros é procedida somente quando as obrigações são extintas, canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

#### 3.2.12.3.2. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximas de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

#### 3.2.13. Impostos correntes

As provisões para Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSSL) estão baseadas no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui valores (receitas ou despesas) tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

As provisões para IR e CSSL são calculadas individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Furnas adota o regime de tributação com base no lucro real. A base de cálculo do IR e da CSSL é o lucro, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o IR e de 9% para a CSSL e estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

Conforme facultado pela legislação tributária algumas controladas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do IR e da CSSL é calculada à razão de 8% no cálculo de IR e 12% no cálculo de CSSL sobre as receitas brutas provenientes da venda de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o IR e de 9% para a CSSL.

#### 3.2.14. Impostos diferidos

O IR e CSSL diferidos (impostos diferidos) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a empresa espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se os critérios definidos pela regra fiscal forem atendidos.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando corresponde a itens registrados em outros resultados abrangentes, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

#### 3.2.15. Benefícios a empregados

A Empresa opera um fundo de pensão em que os planos são financiados por pagamentos a seguradoras, ou fundos fiduciários, determinados por cálculos atuariais periódicos. Existem planos de benefício definido (BD) e, também, de contribuição definida (CD). Em geral, os planos de BD estabelecem um valor de benefício que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como: idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial, com relação ao plano de pensão de BD, é o valor presente da obrigação de BD na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos.

A obrigação de BD é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de BD é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos do mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os custos de serviços passados são reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido).

Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

O plano de CD é um plano de pensão segundo o qual são feitas contribuições fixas a uma entidade separada. Para a empresa, não existem obrigações legais nem constitutivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados, os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período correto e anterior.

Com relação ao plano de CD, são feitas contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contábil ou voluntária. Não há nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada.

As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso, em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros, estiver disponível.

Furnas possui outros benefícios pós-emprego relacionados com seguro de vida e plano de saúde que também foram determinados atuarialmente e que se encontram provisionados.

A Empresa contabiliza os ganhos e perdas atuariais reconhecendo-os de forma integral na rubrica outros resultados abrangentes (ORA) no Patrimônio Líquido (PL), conforme previsto no CPC 33 (R1), líquido dos efeitos tributários.

#### 3.2.16. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas nos CPC 25 e ICPC 08 (R1), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos, e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Empresa estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos.

Desse modo, no encerramento do exercício social, e após as devidas destinações legais, a Empresa registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório no passivo circulante e os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como dividendo adicional proposto no patrimônio líquido.

Os lucros não destinados deverão ser distribuídos como dividendos, nos termos da Lei nº 10.303/2001.

#### 3.2.17. Reconhecimento de receita

A Empresa aplica um modelo de cinco etapas, sendo elas, identificação do contrato, identificação das obrigações de desempenho, determinação do preço da transação, alocação do preço de transação e reconhecimento da receita, para determinar quando reconhecer a receita, e por qual valor. O modelo especifica que a receita deve ser reconhecida quando (ou conforme) uma entidade transfere o controle de bens ou serviços para os clientes, pelo valor que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo se determinados critérios são cumpridos, a receita é reconhecida:

- Com o passar do tempo, de uma forma a refletir o desempenho da entidade da melhor maneira possível; ou
- Em um determinado momento, quando o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente.

A norma determina que a Empresa só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos. Contratos celebrados com clientes que apresentam longo histórico de inadimplência e que por diversos motivos não estão com o fornecimento de energia suspenso deixarão de ter as respectivas receitas reconhecidas. Os contratos de concessão de transmissão foram considerados como ativos contratuais e registrados de acordo com o CPC 47/IFRS 15.

#### 3.2.18. Ativo de Contrato de Transmissão

De acordo com o contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia elétrica até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir, e (ii) manter e operar a infraestrutura.

Ao

### 3.4. Arrendamento

#### 3.4.1. Contratos de arrendamento (*leasing*)

A Empresa avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento e aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração, exceto para arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor individual.

#### 3.4.2. Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

#### 3.4.3. Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento, uma vez que a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. O fluxo de pagamentos futuros compreende pagamentos variáveis que dependam de índice ou taxa.

Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, e remensurado (com correspondente ajuste no direito de uso relacionado) quando há modificação, mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos futuros motivada, por exemplo, por atualizações monetárias, ou alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Sendo assim, passou a apresentá-las com as alterações que seguem nos quadros abaixo:

#### 3.6.1. Demonstração do Resultado (DRE)

##### RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

##### CUSTO OPERACIONAL

##### Custo com energia elétrica

Energia elétrica comprada para revenda

Encargos de uso da rede elétrica

##### Custo de operação

Pessoal, material e serviços de terceiros

Combustível e água para produção de energia elétrica

Depreciação e amortização

Outros

##### CUSTO DE CONSTRUÇÃO

##### LUCRO BRUTO

##### (DESPESAS) OPERACIONAIS

##### RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA

##### RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

##### RESULTADO FINANCEIRO

##### RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social diferido

##### LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Parcela atribuída aos controladores

Parcela atribuída aos acionistas não controladores

#### 3.6.2. Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

##### ATIVIDADES OPERACIONAIS

Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social

##### Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações:

Encargos financeiros

Receita de ativo financeiro – RBSE

Receita de construção

Outros

Caixa líquido gerado pelas (usados nas) atividades operacionais

##### ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Caixa líquido gerado pelas (usados nas) atividades de financiamento

##### ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Aquisição de ativo financeiro

Outros

Caixa líquido gerado pelas (usados nas) atividades de investimento

Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício

Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício

#### 3.6.3. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

##### 1. GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Receitas de vendas de energia e serviços

Outras receitas operacionais

Menos:

Insumos

Custo de energia comprada

Materiais

Serviços de terceiros

Outros custos operacionais

##### 2. VALOR ADICIONADO BRUTO

Depreciação e amortização

Constituição/reversão de provisões

##### 3. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO

Receitas financeiras (transferências)

Equivalência patrimonial

##### 4. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR

##### 5. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Remuneração do trabalho

Governo (impostos e contribuições)

Encargos financeiros e variação monetária

Encargos setoriais

Remuneração aos acionistas

Participação dos acionistas não controladores

Lucro (Prejuízo) líquido do período retido

TOTAL

#### 3.6.4. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

##### SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 Apresentado

Destinação do resultado:

Reserva de lucros a realizar

##### SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 Reapresentado

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorrem. A Empresa aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

#### 3.5. ICP 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro (IFRIC 23 - Uncertainty over Income Tax Treatments)

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos do imposto de renda sobre o lucro. A Interpretação requer que a Empresa: (1) determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo; e (2) avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização pela Empresa. Em caso positivo, a entidade deve determinar sua posição fiscal e contábil em linha com o tratamento fiscal utilizado ou a ser utilizado nas suas declarações de imposto de renda. Em caso negativo, a Empresa deve refletir o efeito da incerteza na determinação da sua posição fiscal e contábil. A Empresa avaliou os requerimentos da norma e não identificou impacto quando da sua adoção em 1º de janeiro de 2019.

#### 3.6. Reapresentação

Em decorrência da adoção inicial dos CPC nº 47 - Receita de contratos com clientes e CPC nº 48 - Instrumentos Financeiros, a Empresa procedeu a reapresentação das demonstrações financeiras do exercício de 2018 na DRE, na DFC, na DVA e na DMPL.

	Controladora	Consolidado				
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>7.646.297</b>	<b>815.929</b>	<b>8.462.226</b>	<b>7.654.754</b>	<b>815.929</b>	<b>8.470.683</b>
<b>CUSTO OPERACIONAL</b>	<b>(4.147.860)</b>	<b>–</b>	<b>(4.147.860)</b>	<b>(4.161.669)</b>	<b>–</b>	<b>(4.161.669)</b>
<b>Custo com energia elétrica</b>	<b>(1.290.698)</b>	<b>–</b>	<b>(1.290.698)</b>	<b>(1.290.374)</b>	<b>–</b>	<b>(1.290.374)</b>
Energia elétrica comprada para revenda	(693.432)	–	(693.432)	(693.432)	–	(693.432)
Encargos de uso da rede elétrica	(597.266)	–	(597.266)	(596.942)	–	(596.942)
<b>Custo de operação</b>	<b>(2.857.162)</b>	<b>–</b>	<b>(2.857.162)</b>	<b>(2.871.295)</b>	<b>–</b>	<b>(2.871.295)</b>
Pessoal, material e serviços de terceiros	(1.891.067)	–	(1.891.067)	(1.904.985)	–	(1.904.985)
Combustível e água para produção de energia elétrica	(685.526)	–	(685.526)	(685.526)	–	(685.526)
Depreciação e amortização	(260.542)	–	(260.542)	(260.592)	–	(260.592)
Outros	(20.027)	–	(20.027)	(20.192)	–	(20.192)
<b>CUSTO DE CONSTRUÇÃO</b>	<b>(306.542)</b>	<b>–</b>	<b>(306.542)</b>	<b>(306.542)</b>	<b>–</b>	<b>(306.542)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>3.191.895</b>	<b>815.929</b>	<b>4.007.824</b>	<b>3.186.543</b>	<b>815.929</b>	<b>4.002.472</b>
<b>(DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b>(538.071)</b>	<b>–</b>	<b>(538.071)</b>	<b>(373.543)</b>	<b>–</b>	<b>(373.543)</b>
<b>RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>	<b>2.653.824</b>	<b>815.929</b>	<b>3.469.753</b>	<b>2.813.000</b>	<b>815.929</b>	<b>3.628.929</b>
<b>RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL</b>	<b>(246.027)</b>	<b>–</b>	<b>(246.027)</b>	<b>(380.383)</b>	<b>–</b>	<b>(380.383)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(765.707)</b>	<b>(815.929)</b>	<b>(1.581.636)</b>	<b>(764.165)</b>	<b>(815.929)</b>	<b>(1.580.094)</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS</b>	<b>1.642.090</b>	<b>–</b>	<b>1.642.090</b>	<b>1.668.452</b>	<b>–</b>	<b>1.668.452</b>
Imposto de renda e contribuição social	(1.186.370)	–	(1.186.370)	(1.186.864)	–	(1.186.864)
Imposto de renda e contribuição social diferido	589.657	–	589.657	589.496	–	589.496
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>1.045.377</b>	<b>–</b>	<b>1.045.377</b>	<b>1.071.084</b>	<b>–</b>	<b>1.071.084</b>
Parcela atribuída aos controladores	1.045.377	–	1.045.377	1.045.377	–	1.045.377
Parcela atribuída aos acionistas	–	–	–	25.707	–	25.707

	Controladora	Consolidado		
	Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado	

**NOTA 6 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Descriitivo	Controladora		Consolidado		Descriitivo	Saldo em 31.12.2018	Realização/Amortização	Saldo em 31.12.2019
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018				
Caixa e bancos	9.640	28.093	23.391	28.604	Ativo intangível	19.316	(3.800)	15.516
Aplicações Financeiras	–	–	49.216	44.557	UHE Mascarenhas	52.090	(2.395)	49.695
<b>Total</b>	<b>9.640</b>	<b>28.093</b>	<b>72.607</b>	<b>73.161</b>	UHE Serra da Mesa	9.930	(7.944)	1.986

As aplicações financeiras apresentam a seguinte composição:

Instituição Financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31.12.2019	31.12.2018
Banco do Brasil S.A.	CDB	95% CDI	873	–
Banco do Brasil S.A.	Compromissada	97% CDI	16.030	–
Banco Bradesco S.A.	Compromissada	99% CDI	27.654	49.216
<b>Total</b>			<b>49.216</b>	<b>44.557</b>

**NOTA 7 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Conforme estabelecido pela Resolução nº 3.284/05, emitida pelo Banco Central do Brasil, as aplicações financeiras resultantes das receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta, somente podem ser efetuadas por intermédio da Caixa Econômica Federal (CEF), Banco do Brasil (BB) ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por elas liderados. Logo, a Empresa e suas controladas aplicam seus recursos nos Fundos extramercados lastreados em títulos públicos substancialmente de vencimento de longo prazo, cuja utilização contempla tanto o programa de investimento corporativo no curto prazo como também a manutenção do caixa operacional da Empresa.

Esta rubrica compõe-se como segue:

Descriitivo	Controladora e Consolidado		Descriitivo	Controladora	Consolidado
	31.12.2019	31.12.2018			
Fundos de investimentos	684.895	479.251			
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	35	33			
<b>Total circulante</b>	<b>684.930</b>	<b>479.284</b>			

Em 31 de dezembro de 2019, o valor de R\$ 684.930, refere-se a aplicações em fundos de investimentos e títulos públicos conforme a seguir:

- a) R\$ 384.702 (R\$ 259.382 em 31.12.2018), registrados no BB Extramercado FAE Fundo de Investimento em Renda Fixa e BB Extramercado FAE 2 Fundo de Investimento em Renda Fixa;
- b) R\$ 300.173 (R\$ 219.851 em 31.12.2018), registrados no Fundo de Investimento CAIXA Extramercado Comum IRFM-1 Renda Fixa e Fundo de Investimento CAIXA Extramercado VI IRF-M 1 Renda Fixa;
- c) R\$ 20 (R\$ 18 em 31.12.2018), registrados no Santander FIC FI Extra Renda Fixa Referenciado DI;
- d) R\$ 35 (R\$ 33 em 31.12.2018), registrados em Notas do Tesouro Nacional – Série P.

Nos exercícios de 2019 e 2018 as aplicações tiveram os seguintes rendimentos:

Descriitivo	2019	2018
BB Extramercado FAE e FAE 2	21.403	19.729
CEF FI Extra Comum e VI	22.435	24.894
Santander FIC FI Extra Referenciado DI	2	3
Notas do Tesouro Nacional – Série P	2	2
<b>Total</b>	<b>43.842</b>	<b>44.628</b>

**NOTA 8 – CLIENTES**

Descriitivo	Controladora					Descriitivo	Controladora	Consolidado
	Vencidos até 60 dias	Vencidos + de 60 dias	Parcelamento	31.12.2019	31.12.2018			
Suprimento de energia	360.418	11.513	1.890	373.822	356.601	Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) – antecipações do exercício	900.569	900.569
Usa da rede elétrica	510.822	9.480	5.355	525.657	511.715	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – antecipações do exercício	329.002	244.161
Parcelamento (Nota 8.2)	–	–	–	17.988	17.988	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	23.766	25.258
Energia de curto prazo	300	–	175.227	175.527	228.538	ICMS a recuperar	787	788
Consumidores industriais	63.873	–	–	63.873	61.331	INSS	6.382	6.349
(-) PCLD (Nota 8.1)	(308)	(633)	(6.327)	(16.195)	(23.463)	PASEP / Cofins a Compensar	1.217	1.925
<b>Total circulante</b>	<b>935.105</b>	<b>20.360</b>	<b>176.145</b>	<b>1.793</b>	<b>1.133.403</b>	IRPJ e Contribuição Social Exercícios Anteriores	17.392	17.392
Suprimento de energia	–	–	9.548	9.548	Outros	80	26	
Usa da rede elétrica	–	–	4.348	4.348	Imposto de Renda a compensar – Lei nº 11.770	2.287	1.806	
Comercialização de energia	–	–	293.560	293.560	<b>Total circulante</b>	<b>1.281.482</b>	<b>1.023.991</b>	
Parcelamento (Nota 8.2)	–	–	–	604.889	604.889	ICMS a recuperar	118.004	109.218
(-) PCLD (Nota 8.1)	–	–	(307.456)	(338.037)	(-) Provisão para perdas	(118.004)	(118.004)	
<b>Total não circulante</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>Paes a Recuperar</b>	<b>29.019</b>	<b>29.019</b>	
<b>Total</b>	<b>935.105</b>	<b>20.360</b>	<b>176.145</b>	<b>1.793</b>	<b>Total não circulante</b>	<b>29.019</b>	<b>29.019</b>	

Descriitivo	Consolidado					Descriitivo	Controladora	Consolidado
	Vencidos até 60 dias	Vencidos + de 60 dias	Clientes	Parcelamento	31.12.2019			
Suprimento de energia	360.418	11.513	1.890	–	373.821	356.601	Almoxarifado	139.790
Usa da rede elétrica	510.822	9.480	5.355	–	525.657	511.715	Destinado a alienação	7.213
Parcelamento (Nota 8.2)	–	–	–	17.988	17.988	Outros	141	145
Energia de curto prazo	300	–	175.227	–	175.527	Subtotal de materiais	147.144	150.921
Consumidores industriais	63.873	–	–	63.873	61.331	Adiantamentos a fornecedores	116	116
(-) PCLD (Nota 8.1)	(308)	(633)	(6.327)	(16.195)	(23.463)	<b>Total</b>	<b>147.260</b>	<b>151.037</b>
<b>Total circulante</b>	<b>947.616</b>	<b>20.360</b>	<b>176.145</b>	<b>1.793</b>	<b>1.145.914</b>	Circulante	34.785	34.785
Suprimento de energia	–	–	9.548	9.548	–	Não Circulante	112.475	112.475
Usa da rede elétrica	–	–	4.348	4.348	–	Os itens classificados em almoxarifado são para consumo normal no curso das atividades da Empresa e, quando usados, são levados a resultado como despesa do exercício.	–	–
Comercialização de energia	–	–	293.560	293.560	–			
Parcelamento (Nota 8.2)	–	–	–	604.889	604.889			
(-) PCLD (Nota 8.1)	–	–	(307.456)	(338.037)	(645.493)			
<b>Total não circulante</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>			
<b>Total</b>	<b>947.616</b>	<b>20.360</b>	<b>176.145</b>	<b>1.793</b>	<b>1.153.067</b>			

A Empresa mantém registrados em 31 de dezembro de 2019, o mesmo montante de 2018, ou seja, R\$ 293.560, a valores históricos, relativos à comercialização de energia no âmbito da CCEE.

#### 14.1.1. Obrigações de desempenho

Furnas identificou duas obrigações de desempenho na atividade de transmissão, operação e construção. O reconhecimento da receita é mediante satisfação dessas obrigações e são refletidas no resultado da Empresa como Receita de Construção e de Operação e Manutenção.

O efeito no resultado do ativo contratual segue abaixo:

Resultado do Ativo Contratual	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Receita Financeira contratual	136.535	153.127	141.664	153.127
Receita de construção	288.920	311.997	290.823	317.223
Receita de operação e manutenção	255.776	181.801	261.461	187.079
Custo de construção	(255.195)	(278.994)	(257.101)	(278.994)
<b>Total</b>	<b>426.036</b>	<b>367.931</b>	<b>436.847</b>	<b>378.435</b>

#### 14.1.2. Realização do ativo contratual

Ao longo da operação da concessão, o ativo contratual é realizado por dois fluxos de caixa: (i) pelo recebimento de RAP, para a parcela que será amortizada até o término da concessão, e (ii) mediante indenização após a reversão da infraestrutura não amortizada ao Poder Concedente.

Abaixo segue a estimativa da Empresa de realização desses componentes contratuais:

Resultado do Ativo Contratual	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Ativo Contratual - RAP	2.763.888	2.641.432	2.829.740	2.707.180
Ativo Contratual - Indenização	466.299	373.824	480.712	388.237
<b>Total</b>	<b>3.230.187</b>	<b>3.015.256</b>	<b>3.310.452</b>	<b>3.095.417</b>

#### 14.2. Ativos de Transmissão – Lei nº 12.783/2013 (RBSE)

Com a adoção inicial do IFRS 09, o componente RBSE foi mensurado a valor justo por meio do resultado.

Ao longo dos exercícios de 2018 e 2019, a Administração identificou que a mensuração utilizando marcação a mercado com o índice NTN-B resultou em grande volatilidade no resultado, descolando da realidade econômica e financeira deste ativo, assim como do modelo de negócio o qual prevê a manutenção de recebimento dos fluxos de caixa do ativo.

Na mensuração inicial, o uso da NTN-B se justificou por ser uma taxa observável em contratos de empréstimo com a União, considerada como contraparte e por haver ausência do risco de demanda dos ativos financeiros de transmissão, bem como o ente governamental como garantidor final desses ativos. Apesar de haver a mitigação do risco de demanda desses ativos, o pagamento se faz substancialmente via usuários da Rede Básica de energia, ou seja Geradoras, Distribuidoras, Consumidores Livres e Potencialmente Livres e Comercializadoras.

#### 14.3. Mutação do Ativo Contratual e RBSE

Movimentação	Controladora			Ativo contratual de transmissão			Ativos financeiros de geração			Total
	RBSE (CT nº 062/2001)	RBNI (CT nº 062/2001)	Demais contratos de transmissão	3.015.256	Modernização de usina (*)	UHE Prorrogadas				
<b>Saldo em 31.12.2018</b>	<b>18.324.586</b>						<b>1.280.320</b>			<b>22.620.162</b>
Circulante	3.460.565		275.741	31.013						3.767.319
Não Circulante	14.864.021		2.120.989	587.513			<b>995.718</b>	<b>284.602</b>		<b>18.852.843</b>
Transferência	181.256		(191.475)	(6.171)						(16.390)
<b>Circulante 2019</b>	<b>3.641.821</b>		<b>84.266</b>	<b>24.842</b>						<b>3.750.929</b>
Ingressos	–		288.920	–						49.354
Atualização Monetária	2.241.887		103.360	33.175						2.378.422
Ajuste Fair Value	222.484		–	–						222.484
Recebimento (RAP)	(3.279.655)		–	–						(3.279.655)
Amortização	–		(143.823)	(66.701)						(210.524)
Transferência	(181.256)		191.475	6.171						16.390
<b>Não Circulante 2019</b>	<b>13.867.481</b>		<b>2.560.921</b>	<b>560.158</b>			<b>995.718</b>	<b>333.956</b>		<b>18.318.234</b>
<b>Saldo em 31.12.2019</b>	<b>17.509.302</b>		<b>3.230.187</b>				<b>1.329.674</b>			<b>22.069.163</b>
Movimentação	Consolidado			Ativo contratual de transmissão			Ativos financeiros de geração			Total
	RBSE (CT nº 062/2001)	RBNI (CT nº 062/2001)	Demais contratos de transmissão	3.095.417	Modernização de usina (*)	UHE Prorrogadas				
<b>Saldo em 31.12.2018</b>	<b>18.324.586</b>						<b>1.280.320</b>			<b>22.700.323</b>
Circulante	3.460.565		275.741	37.477						3.773.783
Não Circulante	14.864.021		2.120.989	661.210			<b>995.718</b>	<b>284.602</b>		<b>18.926.540</b>
Transferência	181.256		(191.475)	(6.171)						(16.390)
<b>Circulante 2019</b>	<b>3.641.821</b>		<b>84.266</b>	<b>31.306</b>						<b>3.757.393</b>
Ingressos	–		290.823	–						49.354
Atualização Monetária	2.241.887		103.360	38.304						2.383.551
Ajuste Fair Value	222.484		–	–						222.484
Recebimento (RAP)	(3.279.655)		–	–						(3.279.655)
Amortização	–		(143.823)	(73.392)						(217.215)
Baixas	–		(237)	–						(237)
Transferência	(181.256)		191.475	6.171						16.390
<b>Não Circulante 2019</b>	<b>13.867.481</b>		<b>2.562.587</b>	<b>632.293</b>			<b>995.718</b>	<b>333.956</b>		<b>18.392.035</b>
<b>Saldo em 31.12.2019</b>	<b>17.509.302</b>		<b>3.310.452</b>				<b>1.329.674</b>			<b>22.149.428</b>

(\*) Em atendimento à Resolução Normativa 596/2013, Furnas protocolou junto à ANEEL, relatório contendo as informações necessárias para a valoração desses ativos e permanece no aguardo de manifestação dos órgãos reguladores para reconhecer os efeitos pertinentes aos respectivos investimentos realizados, uma vez que a Agência ainda não homologou tais valores.

#### NOTA 15 – OUTROS ATIVOS

Este grupo de contas compõe-se de diversos valores a receber, dispostos como segue:

Descriutivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Eletrobras - Créditos Res. 1.585/2013 ANEEL (nota 15.1.1)	–	246.143	–	246.143
<b>Outros:</b>	<b>306.886</b>	<b>147.865</b>	<b>307.256</b>	<b>148.162</b>
Créditos com fornecedores	199.088	29.445	199.088	29.445
(-) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa – créditos com fornecedores (nota 15.2)	(46.366)	(25.274)	(46.366)	(25.274)
Desativações e alienações em curso	58.966	18.870	58.966	18.870
Serviços prestados a terceiros	86.230	115.120	86.230	115.120
(-) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa – serviços prestados a terceiros (nota 15.2 e 15.5)	(85.921)	(109.294)	(85.921)	(109.294)
Alienações de bens e direitos	2.431	–	2.431	–
(-) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa – alienações de bens e direitos (nota 15.2)	(2.431)	–	(2.431)	–
Alienação em curso	10.938	16.276	10.938	16.276
Dispêndios a reembolsar	3.637	9.470	3.637	9.470
Dispêndio a reembolsar em curso	234	9.089	234	9.089
(-) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa – dispêndios a reembolsar (nota 15.2)	(887)	(1.490)	(887)	(1.490)
Empregados	37.331	24.262	37.331	24.262
Empréstimos concedidos (nota 15.3)	84	338	84	338
Despesas pagas				

## 16.1. Mutação do investimento no período indicado:

Descriutivo	Part. (%)	Saldo Controladora em 31.12.2018	Aportes	Capitalização de AFAC / AFAC	Baixa / Reversão	Equivalência Patrimonial	Ajustes de Exercícios Anteriores	Dividendos Propostos pelas Investidas	Saldo Controladora em 31.12.2019	Adições / Eliminações	Saldo Consolidado em 31.12.2019
<b>Participações societárias permanentes</b>											
<b>SPEs de Geração</b>											
Baguari Energia S.A.	30,612245	71.011	—	—	—	10.441	—	(11.967)	69.485	—	69.485
Chapaeoense Geração S.A.	40,00	395.841	—	—	—	122.483	—	(108.460)	409.864	—	409.864
Teles Pires Participações	24,72	363.104	27.981	—	—	(14.164)	—	—	376.921	—	376.921
Enerpeixe	40,00	260.599	—	—	(32.000)	48.103	—	(22.430)	254.272	—	254.272
Inambari Geração de Energia	19,60	93	—	—	—	—	—	—	93	—	93
Madeira Energia S.A.	43,0554	2.004.915	—	—	—	(409.816)	—	—	1.595.099	—	1.595.099
Retiro Baixo Energética S.A.	49,00	134.277	—	—	—	13.796	—	(3.277)	144.796	—	144.796
Serra do Fácão Energia S.A.	49,4737	12.990	—	—	—	8.902	—	—	21.892	—	21.892
CSE Centro de Soluções Estratégicas	49,90	2.572	—	—	—	927	—	—	3.499	—	3.499
Tijoá Participações e Investimentos	49,90	10.523	—	—	—	26.948	—	(24.280)	13.191	—	13.191
Energia Olímpica	49,90	1.244	—	—	—	—	—	—	1.244	—	1.244
Empresa de Energia São Manoel	33,333	644.735	19.333	—	—	(6.962)	—	—	657.106	—	657.106
Brasil Ventos Energia S.A. (a)	100,00	—	—	418.126	(33.225)	—	—	—	384.901	(370.839)	14.062
<b>SPEs de Transmissão</b>											
Caldas Novas	49,90	10.741	—	—	—	981	—	(233)	11.489	—	11.489
Goiás Transmissão S.A.	49,00	188.574	—	—	—	21.357	—	(5.072)	204.859	—	204.859
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50	688.992	—	—	—	66.538	—	—	755.530	—	755.530
MGE Transmissão S.A.	49,00	127.583	—	—	—	11.593	—	—	139.176	—	139.176
Transenergia Goiás S.A.	99,00	41.545	—	—	—	1.991	—	—	43.536	(43.536)	—
Transenergia Renovável S.A.	49,00	143.185	—	—	—	18.915	—	(15.713)	146.387	—	146.387
Transenergia São Paulo S.A.	49,00	48.583	—	—	—	8.149	—	(1.935)	54.797	—	54.797
Triângulo Mineiro	49,00	91.698	1.406	—	—	19.761	—	—	112.865	—	112.865
Paranába	24,50	184.358	—	—	—	12.596	—	(2.986)	193.968	—	193.968
Vale do São Bartolomeu	39,00	51.173	4.926	—	—	4.207	(1)	—	60.305	—	60.305
Mata de Santa Genebra	49,90	482.329	130.289	—	—	(41.815)	—	—	570.803	—	570.803
Belo Monte Transmissora	24,50	795.355	—	—	—	58.147	(2.434)	(1.307)	849.761	—	849.761
Lago Azul Transmissão	49,90	28.255	—	—	—	702	—	1.900	30.857	—	30.857
<b>Subtotal de investimentos em SPEs</b>		<b>6.784.275</b>	<b>183.935</b>	<b>418.126</b>	<b>(65.225)</b>	<b>(16.220)</b>	<b>(2.435)</b>	<b>(195.760)</b>	<b>7.106.696</b>	<b>(414.375)</b>	<b>6.692.321</b>
<b>Perdas estimadas s/ participações societárias Permanentes</b>											
Inambari Geração de Energia		(93)	—	—	—	—	—	—	(93)	—	(93)
Empresa de Energia São Manoel (b)		(293.670)	—	—	—	164.976	—	—	(128.694)	—	(128.694)
Madeira Energia S.A. (b)		(152.674)	—	—	—	76.506	—	—	(76.168)	—	(76.168)
Teles Pires Participações (b)		(6.666)	—	—	—	6.666	—	—	—	—	—
Belo Monte Transmissora (b)		(139.708)	—	—	—	99.552	—	—	(40.156)	—	(40.156)
Interligação Elétrica do Madeira S.A. (b)		(28.445)	—	—	—	28.445	—	—	—	—	—
Mata de Santa Genebra (b)		(120.645)	—	—	—	120.645	—	—	—	—	—
Lago Azul Transmissão (b)		(8.521)	—	—	—	—	—	—	(8.521)	—	(8.521)
<b>Subtotal de perdas estimadas s/ participações societárias</b>		<b>(750.422)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>496.790</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>(253.632)</b>	<b>—</b>	<b>(253.632)</b>
<b>Permanentes</b>											
<b>Outros investimentos</b>											
Investimentos pelo custo de aquisição		13.132	4.183	—	—	—	—	—	17.315	—	17.315
<b>Subtotal de outros investimentos</b>		<b>13.132</b>	<b>4.183</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>17.315</b>	<b>—</b>	<b>17.315</b>
<b>Total de investimentos</b>		<b>6.046.985</b>	<b>188.118</b>	<b>418.126</b>	<b>431.565</b>	<b>(16.220)</b>	<b>(2.435)</b>	<b>(195.760)</b>	<b>6.870.379</b>	<b>(414.375)</b>	<b>6.456.004</b>

(a) Valor referente a transferência da conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital no total de R\$ 418.126 (R\$ 250.897 em 31 de dezembro de 2018), ver nota 16.5. Este valor de AFAC está condicionado à aprovação do SEST para a integralização no capital da Brasil Ventos.

Foi efetuada também a transferência do saldo de Passivo a Descoberto no montante de R\$ 33.225 (R\$ 16.875 em 31 de dezembro de 2018) ver nota 16.1.1

(b) Na visão do acionista, em 31 de dezembro de 2019 a estimativa de perdas com investimentos em SPEs foi de R\$ 253.632 (R\$ 750.422 em 31 de dezembro/2018). Anualmente a administração de Furnas realiza uma análise sobre todos os investimentos e compara com a sua perspectiva de retorno. As diferenças são registradas no resultado como provisão ou reversão dos saldos existentes no ano anterior.

Descriutivo	Part. (%)	Saldo Controladora em 31.12.2017	Aportes	Capitalização de AFAC / AFAC	Baixa / Reversão	Equivalência Patrimonial	Ajustes de Adoção do IFRS 15 (f)	Dividendos Propostos pelas Investidas	Saldo Controladora em 31.12.2018	Adições / Eliminações	Saldo Consolidado em 31.12.2018
<b>Participações societárias permanentes</b>											
<b>SPEs de Geração</b>											
Baguari Energia S.A.	30,612245	65.289	—	—	—	12.167	—	(6.445)	71.011	—	71.011
Brasventos Eolo Geradora de Energia (e)	0	25.101	—	(23.987)	(893)	—	(221)	—	—	—	—
Brasventos Miassaba 3 Geradora (e)	0	37.728	—	(36.669)	(1.076)	—	17	—	—	—	—
Chapaeoense Geração S.A.	40,00	389.981	—	—	—	111.400	—	(105.540)	395.841	—	395.841
Teles Pires Participações (a)	24,72	382.268	38.913	—	(58.077)	—	—	—	363.104	—	363.104
Enerpeixe</											

## 16.2. Resumo das informações das investidas

De acordo com as orientações dispostas no CPC 45 – Divulgação de Participações em Outras Entidades, segue quadro resumo com as informações das principais investidas de Furnas e uma coluna com o total das demais investidas:

Informações Financeiras das SPEs	Principais Investidas					Teles Pires Participações	Belo Monte Transmissora	Total	Demais Investidas	Total
	Chapacoense	Enerpeixe	Madeira Energia	IE Madeira	Serra do Facão					
<b>Balancos Patrimoniais em 31.12.2019</b>										
Caixa e equivalente da caixa	240.645	287.831	77.538	276.806	4	43.031	36.481	<b>962.336</b>	386.943	<b>1.349.279</b>
Outros ativos circulantes	138.713	135.784	672.399	84.626	236.243	116.614	194.422	<b>1.578.801</b>	322.175	<b>1.900.976</b>
Ativo financeiro, intangível e imobilizado	2.650.780	1.417.723	19.915.145	5.831.562	1.645.917	4.670.068	7.005.959	<b>43.137.154</b>	(a) 11.682.263	<b>54.819.417</b>
Outros ativos não circulantes	93.675	189.993	1.764.490	89.644	145.010	417.571	130.391	<b>2.830.774</b>	771.808	<b>3.602.582</b>
<b>Total Ativo</b>	<b>3.123.813</b>	<b>2.031.331</b>	<b>22.429.572</b>	<b>6.282.638</b>	<b>2.027.174</b>	<b>5.247.284</b>	<b>7.367.253</b>	<b>48.509.065</b>	<b>13.163.189</b>	<b>61.672.254</b>
Empréstimos e financiamentos (curto prazo)	138.759	195.808	284.507	251.430	50.473	213.094	224.853	<b>1.358.924</b>	382.263	<b>1.741.187</b>
Outros passivos circulantes	313.044	418.639	892.490	221.127	175.026	110.464	83.287	<b>2.214.077</b>	377.748	<b>2.591.825</b>
Empréstimos e financiamentos (longo prazo)	913.308	467.505	15.675.160	1.623.559	251.507	2.861.799	3.080.320	<b>24.873.158</b>	4.428.888	<b>29.302.046</b>
Outros passivos não circulantes	734.044	313.698	1.872.655	1.102.724	1.505.919	519.779	490.516	<b>6.539.335</b>	1.679.082	<b>8.218.417</b>
Patrimônio Líquido	1.024.658	635.681	3.704.760	3.083.798	44.249	1.542.148	3.488.277	<b>13.523.571</b>	6.295.208	<b>19.818.779</b>
<b>Total Passivo</b>	<b>3.123.813</b>	<b>2.031.331</b>	<b>22.429.572</b>	<b>6.282.638</b>	<b>2.027.174</b>	<b>5.247.284</b>	<b>7.367.253</b>	<b>48.509.065</b>	<b>13.163.189</b>	<b>61.672.254</b>
<b>Demonstrações dos Resultados em 31.12.2019</b>										
(+) Receita Líquida	884.034	407.564	3.197.523	682.133	339.013	831.628	790.314	<b>7.132.209</b>	1.547.055	<b>8.679.264</b>
(-) Custo da Operação	(269.201)	(205.285)	(2.508.203)	(94.631)	(172.350)	(646.609)	(56.083)	<b>(3.952.362)</b>	(942.123)	<b>(4.894.485)</b>
<b>Lucro Bruto</b>	<b>614.833</b>	<b>202.279</b>	<b>689.320</b>	<b>587.502</b>	<b>166.663</b>	<b>185.019</b>	<b>734.231</b>	<b>3.179.847</b>	<b>604.932</b>	<b>3.784.779</b>
(-) Despesas operacionais	(8.384)	(10.372)	(98.771)	(56.013)	(4.349)	(24.333)	(58.680)	<b>(260.902)</b>	31.843	<b>(229.059)</b>
(+) Receita financeira	16.526	34.258	131.422	19.823	9.680	9.811	12.389	<b>233.909</b>	36.996	<b>270.905</b>
(-) Despesa financeira	(164.565)	(108.923)	(1.683.378)	(169.314)	(165.130)	(285.650)	(331.461)	<b>(2.908.421)</b>	(388.900)	<b>(3.297.321)</b>
<b>Lucro antes dos impostos</b>	<b>458.410</b>	<b>117.242</b>	<b>(961.407)</b>	<b>381.998</b>	<b>6.864</b>	<b>(115.153)</b>	<b>356.479</b>	<b>244.433</b>	<b>284.871</b>	<b>529.304</b>
(-) Impostos sobre o lucro	(152.201)	3.017	9.574	(110.410)	1.805	51.220	(119.145)	<b>(316.140)</b>	(51.368)	<b>(367.508)</b>
<b>Lucro Líquido (Prejuízo)</b>	<b>306.209</b>	<b>120.259</b>	<b>(951.833)</b>	<b>271.588</b>	<b>8.669</b>	<b>(63.933)</b>	<b>237.334</b>	<b>(71.707)</b>	<b>233.503</b>	<b>161.796</b>
<b>Outras informações:</b>										
<b>Depreciação e amortização</b>	<b>(86.931)</b>	<b>(52.728)</b>	<b>(868.899)</b>	<b>(6.951)</b>	<b>(100.478)</b>	<b>(179.889)</b>	<b>(370)</b>	<b>(1.296.246)</b>	<b>(151.263)</b>	<b>(1.447.509)</b>

(a) Saldo composto, principalmente, pelos valores registrados nas seguintes investidas: São Manoel (R\$ 3.366.191), Mata de Santa Genebra (R\$ 2.544.168) e Paranaíba (R\$ 1.871.284).

Em 31 de dezembro de 2019, as seguintes investidas de Furnas apresentaram em seus balanços o capital circulante líquido negativo:

Companhias com Capital Circulante Líquido Negativo		
	AC	PC
Chapacoense	379.358	451.803
Enerpeixe	423.615	614.447
Madeira	749.937	1.176.997
Teles Pires Participações	159.645	323.558

### 16.2.1. Investida MESA

Em 30 de junho de 2019, a Companhia apresentou excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$ 11.046.980, decorrente, substancialmente, da conta de Empréstimos e Financiamentos, sendo que 97% desse montante (R\$ 10.717.521) referem-se a valores que originalmente estavam classificados no não circulante, cujo vencimento ocorre após 30 de junho de 2020.

A reclassificação desse montante para o passivo circulante deveu-se exclusivamente ao atendimento do item 69, do CPC 26, em razão dos contratos de financiamento da Companhia conter cláusula estabelecendo a faculdade dos credores declararem o vencimento antecipado dos créditos em razão da ocorrência de pedido de recuperação judicial de qualquer um dos intervenientes nos contratos de financiamento, evento que ocorreu em 17/06/2019, com as empresas Odebrecht Participações e Investimentos S.A. (OPI) e Odebrecht Energia do Brasil S.A. (OEB) e Odebrecht S/A, que são intervenientes dos referidos contratos.

Em 30 de setembro de 2019, a Companhia obteve declarações por escrito dos credores afirmando que, em virtude da recuperação judicial acima mencionada, bem como dos fatos conhecidos até o momento, não exercerá a faculdade de declarar o vencimento antecipado para os próximos doze meses e, desta forma, os valores foram reclassificados novamente para o passivo não circulante. Em 31 de dezembro de 2019, o excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes passou a ser no montante de R\$ 427.060.

### 16.2.2. Serra do Facão

Segundo o previsto no Acordo de Acionistas da Sociedade, em seu item 8, Direito de Preferência na aquisição de ações, a SPE Serra do Facão Energia S.A. informou que recebeu em 05 de agosto de 2019 correspondência da Camargo Correa Investimento em Infraestrutura S.A. ("CCII"), informando interesse em alienar todas as ações de sua propriedade, que representam 6,7705% de ações ordinárias e 5,4649% do capital social total da Serra do Facão. Os acionistas Furnas e DME Energética Ltda (DME) manifestaram interesse em adquirir as ações, no qual Furnas adquirirá 4,5393% dessa parcela, passando de 49,47% de participação para 54% no capital social e a DME passará de 10,08% para aproximadamente 11%.

Em 21 de novembro de 2019, foi assinado o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças entre Camargo Correa Investimentos, Furnas e DME e a operação foi submetida à anuência prévia do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), do BNDES e da ANEEL. Esta última poderá ser dispensada se não confirmada a sua necessidade.

A assinatura do livro de registro de ações da SEFAC referente ao lançamento da transferência, em benefício de Furnas, de parte das ações ordinárias detidas pela CCII e o pagamento do montante indicativo de R\$ 29.842, o qual será corrigido pelo CDI, pro-rata temporis, no período compreendido entre a data da assinatura do Contrato de Compra e Venda e o dia útil imediatamente anterior à data da assinatura do livro de registro de ações, não foram realizadas.

Em 23 de dezembro de 2019, o CADE autorizou a operação estando aguardando a anuência do BNDES, que não possui data prevista para ocorrer.

### 16.2.3. Triângulo Mineiro e Vale do São Bartolomeu

Em 17 de dezembro de 2018, foi assinado um Acordo de Compra e Venda da participação de 51% do parceiro FIP Multiestatégia Milão no empreendimento, com a devida anuência da ANEEL, para a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – TAESA. A consumação da referida venda está sujeita a cumprimento de condições precedentes usuais para a operação. Não há impacto ou perda nesta operação. Até 31 de dezembro de 2019, as ações ainda não haviam sido transferidas.

### 16.2.4. Ajustes de políticas contábeis em coligadas

#### 16.2.4.1. Cálculo do UBP

Em 31 de dezembro de 2019, Furnas efetuou ajuste no valor do seu investimento na SPE Serra do Facão Energia S.A., no montante de R\$ 114.937 (R\$ 121.696 em 31 de dezembro de 2018), a fim de padronizar as políticas contábeis dessa entidade para a elaboração de suas demonstrações financeiras consolidadas e individuais, em razão da contabilização divergente quanto ao registro do Uso do Bem Público (UBP).

#### 16.2.4.2. Ajuste de adoção do IFRS 15

Em 31 de dezembro de 2018, Furnas efetuou ajustes nos valores dos seus investimentos nas SPEs Triângulo Mineiro S.A. e Vale do São Bartolomeu S.A., nos montantes de R\$ 91.698 e R\$ 51.174, respectivamente, a fim de padronizar as políticas contábeis dessas Companhias para a elaboração de suas demonstrações financeiras consolidadas e individuais, em razão da contabilização divergente em relação à apuração do Ativo Financeiro.

### 16.3. Outros investimentos

Trata-se de investimentos adquiridos pelo custo de aquisição e, quando aplicável, são avaliados a valor de mercado.

### 16.4. Remuneração das participações societárias permanentes

Descriutivo	Controladora		Consolidado	
31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	

<tbl\_r cells="3" ix="1" maxcspan="2" maxrspan

Consolidado				
Desritivo	31.12.2018	(Constituição)/Reversão	31.12.2019	
UTE Campos (Roberto Silveira)	(16.565)	–	(16.565)	
UTE Santa Cruz	(731.988)	113.419	(618.569)	
UHE Batalha	(488.112)	111.432	(376.680)	
UHE Simplicio	(87.833)	87.833	–	
SPE BrasilVentos	(660)	–	(660)	
<b>Total</b>	<b>(1.325.158)</b>	<b>312.684</b>	<b>(1.012.474)</b>	

**17.5. Movimentação do ativo imobilizado**

Controladora				
Desritivo	Saldo em 31.12.2018	Adições	Baixas	Transferência para serviço
				Saldo em 31.12.2019
<b>Serviço</b>				
<b>Custo</b>				
Direito de uso - IFRS16	–	133.659	–	133.659
Terrenos	611.515	–	(76)	611.439
Barragens, reservatórios e adutoras	4.514.631	–	–	4.529.628
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.334.165	–	–	1.338.035
Máquinas e equipamentos	3.420.107	196.076	(3.020)	47.561
Veículos	55.739	–	(3.007)	471
Móveis e utensílios	25.532	–	(93)	440
<b>Subtotal</b>	<b>9.961.689</b>	<b>329.735</b>	<b>(6.196)</b>	<b>67.339</b>
<b>Depreciação</b>				
Direito de uso - IFRS16	–	(2.811)	–	(2.811)
Barragens, reservatórios e adutoras	(1.442.468)	(91.099)	–	(1.533.567)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(766.901)	(39.126)	–	(806.027)
Máquinas e equipamentos	(1.411.847)	(105.991)	2.231	18
Veículos	(44.863)	(4.641)	3.007	138
Móveis e utensílios	(20.896)	(805)	79	(2)
<b>Subtotal</b>	<b>(3.686.975)</b>	<b>(244.473)</b>	<b>5.317</b>	<b>154</b>
<b>Total em Serviço</b>	<b>6.274.714</b>	<b>85.262</b>	<b>(879)</b>	<b>67.493</b>
<b>Em Curso</b>				
Terrenos	3.772	30	–	3.802
Barragens, reservatórios e adutoras	93.542	38.055	–	(14.997)
Edificações, obras civis e benfeitorias	25.085	13.309	–	(3.870)
Máquinas e equipamentos	175.519	236.123	–	(54.554)
Veículos	1.342	2.129	–	(2.120)
Móveis e utensílios	10	354	–	(354)
A ratear	2.388	259	–	6.960
Estudos e Projetos	4.398	696	–	5.094
Transformação, fabricação e reparo de materiais	937	11	–	948
Compras em andamento	3.006	–	–	3.006
Material em depósito	67.185	(3.505)	–	63.680
Adiantamento a fornecedores	305	–	–	305
<b>Total em Curso</b>	<b>377.489</b>	<b>287.461</b>	<b>–</b>	<b>(68.935)</b>
(-) Perdas estimadas para ajuste ao valor recuperável de ativo	(1.327.142)	–	312.684	–
(-) Obrigações vinculadas à concessão	(112.540)	(196.076)	–	(308.616)
<b>Imobilizado Líquido - Total</b>	<b>5.212.521</b>	<b>176.647</b>	<b>311.805</b>	<b>(1.442)</b>
<b>Consolidado</b>				
<b>Saldo em 31.12.2018</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferência para serviço</b>	<b>Saldo em 31.12.2019</b>

Desritivo	31.12.2018	Adições	Baixas	Transferência para serviço	Saldo em 31.12.2019
<b>Serviço</b>					
<b>Custo</b>					
Direito de uso - IFRS16	–	133.659	–	–	133.659
Terrenos	611.515	–	(76)	–	611.439
Barragens, reservatórios e adutoras	4.514.631	–	–	14.997	4.529.628
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.334.165	–	–	3.870	1.338.035
Máquinas e equipamentos	3.420.159	196.076	(3.020)	47.562	3.660.777
Veículos	55.739	–	(3.007)	471	53.203
Móveis e utensílios	26.093	–	(93)	457	26.457
<b>Subtotal</b>	<b>9.962.302</b>	<b>329.735</b>	<b>(6.196)</b>	<b>67.357</b>	<b>10.353.198</b>
<b>Depreciação</b>					
Direito de uso - IFRS16	–	(2.811)	–	–	(2.811)
Barragens, reservatórios e adutoras	(1.442.468)	(91.099)	–	–	(1.533.567)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(766.901)	(39.126)	–	–	(806.027)
Máquinas e equipamentos	(1.411.860)	(106.000)	2.231	18	(1.515.611)
Veículos	(44.863)	(4.641)	3.007	138	(46.359)
Móveis e utensílios	(21.053)	(832)	79	(2)	(21.808)
<b>Subtotal</b>	<b>(3.687.145)</b>	<b>(244.509)</b>	<b>5.317</b>	<b>154</b>	<b>(3.926.183)</b>
<b>Total em Serviço</b>	<b>6.275.157</b>	<b>85.226</b>	<b>(879)</b>	<b>67.511</b>	<b>6.427.015</b>
<b>Em Curso</b>					
Terrenos	4.406	30	–	–	4.436
Barragens, reservatórios e adutoras	93.542	38.055	–	(14.997)	116.600
Edificações, obras civis e benfeitorias	25.085	13.181	–	(3.870)	34.396
Máquinas e equipamentos	191.319	236.237	–	(54.570)	372.986
Veículos	1.342	2.129	–	(2.120)	1.351
Móveis e utensílios	10	356	–	(354)	12
A ratear	2.346	301	–	6.958	9.605
Estudos e Projetos	4.398	696	–	–	5.094
Transformação, fabricação e reparo de materiais	937	11	–	–	948
Compras em andamento	3.006	–	–	–	3.006
Material em depósito	67.185	382	–	–	67.567
Adiantamento a fornecedores	107.932	–	–	(107.627)	305
Licenças Ambientais	–	5.733	–	5.617	11.350
Serviços de Terceiros	5.617	428.230	–	102.010	535.857
Seguros	354	469	–	–	823
<b>Total em Curso</b>	<b>507.479</b>	<b>725.810</b>	<b>–</b>	<b>(68.953)</b>	<b>1.164.336</b>
(-) Perdas estimadas para ajuste ao valor recuperável de ativo	(1.327.802)	–	312.684	–	(1.015.118)
(-) Obrigações vinculadas à concessão	(112.540)	(196.076)	–	–	(308.616)
<b>Imobilizado Líquido - Total</b>	<b>5.342.294</b>	<b>614.960</b>	<b>311.805</b>	<b>(1.442)</b>	<b>6.267.617</b>

Desritivo	Saldo em 31.12.2018	Adições	Baixas	Transferência para serviço	Saldo em 31.12.2019
<b>Serviço</b>					
<b>Custo</b>					
Direito de uso - IFRS16	–	133.659	–	–	133.659
Terrenos	611.515	–	(76)	–	611.439
Barragens, reservatórios e adutoras	4.514.631	–	–	14.997	4.529.628
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.334.165	–	–	3.870	1.338.035
Máquinas e equipamentos	3.420.159	196.076	(3.020)	47.562	3.660.777
Veículos	55.739	–	(3.007)	471	53.203
Móveis e utensílios	26.093	–	(93)	457	26.457
<b>Subtotal</b>	<b>9.962.302</b>	<b>329.735</b>	<b>(6.196)</b>	<b>67.357</b>	<b>10.353.198</b>
<b>Depreciação</b>					
Direito de uso - IFRS16	–	(2.811)	–	–	(2.811)
Barragens, reservatórios e adutoras	(1.442.468)	(91.099)	–	–	(1.533.567)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(766.901)	(39.126)	–	–	(806.027)
Máquinas e equipamentos	(1.411.860)	(106.000)	2.231	18	(1.515.611)
Veículos	(44.863)</				

**NOTA 20 – FINANCIAMENTOS, EMPRÉSTIMOS E DEBÉNTURES**
**20.1. Composição do endividamento – controladora e consolidado**

Contraparte	Moeda/Indexador	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Controladora							
				31.12.2019				31.12.2018			
				Encargos	Circulante	Não Circulante	Total	Encargos	Circulante	Não Circulante	Total
<b>Moeda Estrangeira</b>											
Instituições financeiras											
BID	US\$	15.12.2031	Taxa flutuante base US\$ x Libor	469	30.428	334.706	365.603	570	29.251	351.011	380.832
Subtotal				469	30.428	334.706	365.603	570	29.251	351.011	380.832
<b>Subtotal Moeda Estrangeira</b>				<b>469</b>	<b>30.428</b>	<b>334.706</b>	<b>365.603</b>	<b>570</b>	<b>29.251</b>	<b>351.011</b>	<b>380.832</b>
<b>Moeda Nacional</b>											
Eletrobras											
Eletrobras	IPCA	2021 a 2030	6% a.a. + 1% tx. adm.	–	403.916	1.736.593	2.140.509	14.192	399.088	2.077.386	2.490.666
Eletrobras	Não indexado	2014 a 2020	5% a 7,5% a.a. + tx. adm. 1,5 a 2% a.a.	–	85	–	85	9	1.477	84	1.570
Eletrobras	Selic	30.07.2021	Selic	–	2.296	1.340	3.636	32	2.488	3.636	6.156
Eletrobras	CDI	30.10.2023	119,5% CDI	–	82.124	232.685	314.809	3.037	97.813	346.108	446.958
Subtotal				–	488.421	1.970.618	2.459.039	17.270	500.866	2.427.214	2.945.350
<b>Instituições Financeiras</b>											
BNDES	TJLP	15.07.2026	TJLP + 1,91% a.a.	1.363	68.762	383.921	454.046	1.541	68.551	451.298	521.390
BNDES	TJLP	15.07.2026	TJLP + 2,18% a.a.	79	3.834	21.406	25.319	88	3.822	25.164	29.074
BNDES	TJLP	15.12.2025	TJLP + 3% a.a.	351	17.054	85.271	102.676	400	17.002	102.012	119.414
BNDES	TJLP	15.06.2029	TJLP + 2,45 e 2,85% a.a.	574	18.375	156.186	175.135	613	18.182	172.731	191.526
Banco do Brasil (Aditivo)	CDI	01.10.2023	107,3% e 132% CDI	12.122	41.667	708.333	762.122	9.812	–	750.000	759.812
Banco do Brasil (Aditivo)	CDI	28.12.2020	110% CDI	25	104.156	–	104.181	67	104.156	104.156	208.379
Banco do Brasil	CDI	06.12.2023	115% CDI	7.488	50.000	150.000	207.488	10.219	50.000	200.000	260.219
Banco do Brasil	CDI	20.12.2020	CDI + 2,5% a.a.	12	42.500	–	42.512	29	42.500	42.500	85.029
CEF	CDI	27.07.2020	111% CDI	1.381	53.190	–	53.571	3.184	53.190	53.190	109.564
CEF	CDI	03.08.2020	111% CDI	2.455	100.000	–	102.455	5.705	100.000	100.000	205.705
CEF	CDI	15.10.2020	111% CDI	244	21.642	–	21.886	619	21.642	21.642	43.904
CEF	CDI	26.10.2020	111% CDI	274	28.494	–	28.768	705	28.494	28.494	57.693
CEF	CDI	16.05.2023	113,7% CDI	27.180	166.667	500.000	693.847	37.400	166.667	666.666	870.733
CEF	CDI	15.07.2019	140% CDI	–	–	–	–	1.243	400.000	–	401.243
CEF	CDI	15.12.2022	141% CDI	1.278	176.667	353.333	531.278	1.658	–	530.000	531.658
CEF – Finame	TJLP	17.01.2022	2,5% a.a. + TJLP	2	285	310	597	3	284	594	881
CEF – Finame	Não indexado	17.01.2022	8,7% a.a.	7	963	1.042	2.012	10	963	2.004	2.977
Finep Sub A	Não indexado	15.11.2023	3,5% a.a.	58	9.635	28.101	37.794	72	9.635	37.735	47.442
Finep Sub B	TJLP	15.11.2023	5% a.a. + TJLP	97	13.938	40.653	54.688	134	13.896	54.426	68.456
Finep 2019	TJLP	15.05.2029	5% a.a. + TJLP	3	–	1.138	1.141	–	–	–	–
BASA (Aditivo)	CDI	30.04.2019	102,89% CDI	–	–	–	–	635	50.000	–	50.635
ABC do Brasil (2º Aditivo)	CDI	16.12.2019	CDI + 1,6% a.a.	–	–	–	–	46	30.000	–	30.046
Santander	CDI	26.05.2021	CDI + 2,5% a.a.	40	53.550	22.800	76.390	84	48.060	76.350	124.494
BBM	CDI	26.05.2021	CDI + 2,5% a.a.	27	35.700	15.200	50.927	56	32.040	50.900	82.996
Subtotal				55.060	1.007.079	2.467.694	3.529.833	74.323	1.259.084	3.469.863	4.803.270
Outros											
State Grid	Não indexado	28.07.2029	10% a.a.	–	45.590	379.982	425.572	–	–	386.371	386.371
Cessão de Crédito – Santander (a)	IPCA	20.12.2019	(a)	–	–	–	–	–	189.649	–	189.649
FIDC Imperium (b)	CDI	28.12.2024	(b)	111	–	600.000	600.111	–	–	–	–
<b>Subtotal</b>				<b>111</b>	<b>45.590</b>	<b>979.982</b>	<b>1.025.683</b>	<b>–</b>	<b>189.649</b>	<b>386.371</b>	<b>576.020</b>
<b>Subtotal Moeda Nacional</b>				<b>55.171</b>	<b>1.541.090</b>	<b>5.418.294</b>	<b>7.014.555</b>	<b>91.593</b>	<b>1.949.599</b>	<b>6.283.448</b>	<b>8.324.640</b>
<b>Total</b>				<b>55.640</b>	<b>1.571.518</b>	<b>5.753.000</b>	<b>7.380.158</b>	<b>92.163</b>	<b>1.978.850</b>	<b>6.634.459</b>	<b>8.705.472</b>

Contraparte	Moeda/Indexador	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Consolidado							
				31.12.2019				31.12.2018			
				Encargos	Circulante	Não Circulante	Total	Encargos	Circulante	Não Circulante	Total
<b>Moeda Estrangeira</b>											
Instituições financeiras											
BID	US\$	15.12.2031	Taxa flutuante base US\$ x Libor	469	30.428	334.706	365.603	570	29.251	351.011	380.832
Subtotal				469	30.428	334.706	365.603	570	29.251	351.011	380.832
<b>Subtotal Moeda Estrangeira</b>				<b>469</b> </td							

## 20.3. Mutação dos financiamentos e empréstimos

Descriutivo	Controladora				
	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>2.651.971</b>	<b>7.187.039</b>	<b>53.755</b>	<b>324.638</b>	<b>10.217.403</b>
Ingressos	—	8.498	—	—	8.498
Encargos	658.020	—	13.131	—	671.151
Variação monetária e cambial	—	100.383	—	61.454	161.837
Transferências para o circulante	1.048.062	(1.048.062)	35.081	(35.081)	—
Capitalização de juros	—	35.590	—	—	35.590
Amortizações	(2.316.861)	—	(72.146)	—	(2.389.007)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>2.041.192</b>	<b>6.283.448</b>	<b>29.821</b>	<b>351.011</b>	<b>8.705.472</b>
Ingressos	47.645	608.683	—	—	656.328
Encargos	546.704	—	12.945	—	559.649
Variação monetária e cambial	—	92.104	—	15.131	107.235
Transferências para o circulante	1.605.141	(1.605.141)	31.436	(31.436)	—
Capitalização de juros	—	39.200	—	—	39.200
Amortizações - principal	(1.977.898)	—	(30.259)	—	(2.008.157)
Amortizações - encargos	(630.771)	—	(13.046)	—	(643.817)
Amortizações - dação em pagamento	(35.752)	—	—	—	(35.752)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.596.261</b>	<b>5.418.294</b>	<b>30.897</b>	<b>334.706</b>	<b>7.380.158</b>

Descriutivo	Consolidado				
	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>2.651.971</b>	<b>7.187.039</b>	<b>53.755</b>	<b>324.638</b>	<b>10.217.403</b>
Ingressos	—	8.498	—	—	8.498
Encargos	658.020	—	13.131	—	671.151
Variação monetária e cambial	—	100.383	—	61.454	161.837
Transferências para o circulante	1.048.062	(1.048.062)	35.081	(35.081)	—
Capitalização de juros	—	35.590	—	—	35.590
Amortizações	(2.316.861)	—	(72.146)	—	(2.389.007)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>2.041.192</b>	<b>6.283.448</b>	<b>29.821</b>	<b>351.011</b>	<b>8.705.472</b>
Ingressos	47.645	945.305	—	—	992.950
Encargos	548.977	—	12.945	—	561.922
Variação monetária e cambial	—	92.104	—	15.131	107.235
Transferências para o circulante	1.605.141	(1.605.141)	31.436	(31.436)	—
Capitalização de juros	—	39.200	—	—	39.200
Amortizações - principal	(1.977.898)	—	(30.259)	—	(2.008.157)
Amortizações - encargos	(630.771)	—	(13.046)	—	(643.817)
Amortizações - dação em pagamento	(35.752)	—	—	—	(35.752)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.598.534</b>	<b>5.754.916</b>	<b>30.897</b>	<b>334.706</b>	<b>7.719.053</b>

As principais variações ocorridas no exercício de 2019, na mutação dos financiamentos e empréstimos, estão compostas como segue:

- a) Ingressos (moeda nacional): acréscimos nos valores de R\$ 600.000, referentes à estruturação do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Imperium CCEAR junto ao Banco BTG Pactual (nota 20.7 – Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC) e de R\$ 336.622 referentes à liberação de empréstimo realizado pela controlada Brasil Vento Energia S.A. com o Banco do Nordeste do Brasil, com vencimento em 15/11/2038, além do acréscimo ao saldo devedor da Cessão de Crédito com o Banco Santander no valor de R\$ 6.246 referente ao reajuste IPCA, aplicado no mês de maio (nota 20.6 – Cessão de Crédito);
- b) Amortizações (moeda nacional): do valor total amortizado de R\$ 2.644.421: 1) R\$ 630.771 referem-se à pagamento de encargos; 2) R\$ 1.977.898 à amortização de principal da dívida com BNDES, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, FINEP, BID e Eletrobras; e 3) R\$ 35.752 à amortização de débitos decorrentes de empréstimos junto à Eletrobras (nota 20.4 – Dação em pagamento).

## 20.4. Dação em pagamento

Furnas celebrou, em 13 de dezembro de 2017, Instrumento Particular de Dação em Pagamento com a Eletrobras a fim de solver ou amortizar os débitos decorrentes de contratos de empréstimos celebrados entre as mesmas, mediante transferência das ações ordinárias e preferenciais de emissão das sociedades de propósito específico (SPE).

Em 21 de agosto de 2018, foi assinado o Termo de Transferência de Ações e Quitação/Amortização na qual foram transferidas, em caráter irrevogável e irretratável, as ações de 08 (oito) SPE's no valor total de R\$ 181.924, o que permitiu a quitação dos seguintes contratos de empréstimos:

- a) Contrato ECF 3299 – quitação integral no valor de R\$ 97.475 em 22 de agosto de 2018.
- b) Contrato ECR 285 – quitação parcial no valor de R\$ 84.449 nas seguintes datas: 22 de agosto de 2018 (R\$ 15.000), 27 de agosto de 2018 (R\$ 51.937) e 31 de agosto de 2018 (R\$ 17.512).

Em 31 de maio de 2019, a Eletrobras alienou as ações das seguintes SPE's: Companhia Transirapé de Transmissão, no valor de R\$ 36.010, Companhia Transleste de Transmissão, no valor de R\$ 27.033 e Companhia Transudeste de Transmissão, no valor de R\$ 17.833.

Em 23 de agosto de 2019, a Eletrobras alienou as ações das seguintes SPE's: Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A., no valor de R\$ 34.447, Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A., no valor de R\$ 27.349 e Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A., no valor de R\$ 23.685.

Os valores de venda apresentaram valorização de R\$ 39.474 (R\$ 36.482 de valuation e R\$ 2.992 de atualização monetária) com relação aos praticados em 2018 e, de acordo com Instrumento Particular de Dação em Pagamento celebrado em 13/12/2017, foram repassados a Furnas que utilizou o referido montante para quitação parcial do contrato de empréstimo ECR 285. Em novembro, essa valorização sofreu ajuste de R\$ 3.722, passando ao valor de R\$ 35.752 (R\$ 32.760 de valuation e R\$ 2.992 de atualização monetária).

## 20.5. Mútuo entre Furnas e State Grid Brazil Holding

Furnas celebrou, em 16 de dezembro de 2014, instrumento particular de mútuo com a empresa SGBH, cujo objeto é a concessão de recursos a Furnas na importância total de até R\$ 294.700, liberado em parcelas, mediante solicitações, ao longo da implantação da Linha de Transmissão, que está sob a responsabilidade da Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A., cujos sócios são: SGBH (51%), Furnas (24,5%) e Eletronorte (24,5%). No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, ocorreu a última liberação desses recursos em um total de 14 (quatorze) desembolsos iniciados em 2015. A partir de 28 de janeiro de 2020 começam as amortizações em 20 (vinte) parcelas semestrais, com liquidação total prevista para julho/2029 e índice de atualização de 10% ao ano. O saldo em 31 de dezembro de 2019 monta R\$ 425.572.

## 20.6. Cessão de créditos

Furnas firmou contrato de cessão de créditos com o Banco Santander (Brasil) S/A em 14 de janeiro de 2015, no montante de R\$ 750.000 de valor de face total futuro, cujo objeto corresponde à antecipação de recursos provenientes de vendas e direitos relativos ao 13º Leilão de Energia Existente (A-0) de abril de 2014, conforme possibilidade prevista no item 15.5 dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEARs, assinados com as seguintes empresas distribuidoras:

- Cia. Paulista de Força e Luz – CCEAR nº 14.196/14, celebrado em 22/05/2014, no valor de R\$ 139.959;
- Cia. Piratininga de Força e Luz – CCEAR nº 14.197/14, celebrado em 22/05/2014, no valor de R\$ 87.324;
- Elektro Eletricidade e Serviços S/A – CCEAR nº 14.200/14, celebrado em 22/05/2014, no valor de R\$ 404.610; e
- Ampla Energia e Serviços S/A – CCEAR nº 14.173/14, celebrado em 22/05/2014, no valor de R\$ 118.107.

Esta cessão não estabelece direito de regresso por parte do cessionário.

O valor creditado na conta corrente de Furnas foi de R\$ 145.345, líquido (equivalente ao Custo de Hedge), que foi pago integralmente e registrado como despesa antecipada, no ativo não circulante, e diferido mensalmente ao resultado durante a vigência do contrato, que é de 60 meses (nota 15.4 – Despesas pagas antecipadamente).

Os créditos cedidos incluem também o reajuste do IPCA aplicado aos CCEARs no mês de maio de cada ano.

Este contrato de cessão de crédito encerrou em 20 de dezembro de 2019.

## 20.7. Fundo de investimentos em direitos creditórios (FIDC)

Em 1º de fevereiro de 2019, Furnas firmou contrato de cessão de direitos creditórios com o Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Imperium CCEAR, administrado pelo banco BTG Pactual S.A DTVM, no montante de R\$ 600.000. O objeto do contrato corresponde à antecipação de recursos provenientes de vendas e direitos relativos ao 1º Leilão ANEEL de 16 de dezembro de 2005 de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEARs, celebrados com diversas empresas distribuidoras devedoras. A finalidade do referido Fundo foi a quitação integral dos valores devidos à Caixa Econômica Federal (CEF) através do Contrato nº 0469.870-42.

## 20.8. Debêntures

### 20.8.1. Composição das Debêntures

Data de Emissão	Principais Características	Série	Taxa de Juros	Vencimento	31.12.2019	31.12.2018
11/2019	Primeira emissão de debêntures simples em 2 (duas) séries, da espécie quirografária, não conversíveis em ações.	Série 1	do CDI	15/11/2024	450.543	—

Furnas emitiu a 1ª oferta de debêntures, em duas séries, de debêntures simples da espécie quirografária, não conversíveis em ações. Essas debêntures foram emitidas em 20 de dezembro de 2019.

### 20.8.2. Movimentação das Debêntures

Descriutivo	Controladora		Consolidado	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<b>Saldo em 31.12.2018</b>	—	—	—	—

## 21.6. Programa especial de recuperação tributária (PERT) – MP 783/2017

Em 31 de maio de 2017, foi publicada a MP Nº 783/2017 - MP 783 que instituiu o Programa Especial de Regularização Tributária – PERT. Furnas, em 31 de agosto de 2017, optou pela adesão ao referido programa, no tocante ao processo administrativo nº 16682.720.874/2013-18 (PIS/PASEP e COFINS) no valor de R\$ 88.039, já considerados os descontos previstos.

O montante da dívida do PERT, em 31 de dezembro de 2019, está assim discriminado:

Descriutivo	Valor
<b>Saldo em 31.12.2018 (133 Parcelas)</b>	<b>61.409</b>
Pagamentos efetuados em 2019	(6.054)
Atualização Monetária em 2019	3.112
<b>Saldo em 31.12.2019 (121 Parcelas)</b>	<b>58.467</b>
Saldo no Passivo Circulante em 31.12.2019 (12 parcelas)	5.798
Saldo no Passivo Não Circulante em 31.12.2019 (109 parcelas)	52.669

## 21.7. Fim do regime tributário de transição (RTT)

Atendendo aos dispositivos da Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014 e da Instrução Normativa RFB nº 1.515 de 24 de novembro de 2014, revogada pela Instrução Normativa RFB nº 1.700 de 14 de março de 2017, a Empresa registrou em passivo, imposto diferido resultante da aplicação das alíquotas de 9% para a CS e de 25% para o IR, sobre as diferenças apuradas nos resultados tributáveis dos anos de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014, durante a vigência do RTT, como evidenciado a seguir:

Descriutivo	Valor
Montante referente à 1ª adoção (aplicação da Lei nº 12.973/14) - 2010 a 2014	
<b>Saldo em 01.01.2015</b>	<b>627.405</b>
Realização (Adição às apurações de IRPJ e CSLL) no ano de 2015	(59.324)
<b>Saldo em 31.12.2015</b>	<b>568.081</b>
Realização (Adição às apurações de IRPJ e CSLL) no ano de 2016	(21.124)
Realização (Adição às apurações de IRPJ e CSLL) no ano de 2017	(21.124)
Realização (Adição às apurações de IRPJ e CSLL) no ano de 2018	(21.124)
Realização (Adição às apurações de IRPJ e CSLL) no ano de 2019	(21.124)
<b>Saldo Remanescente</b>	<b>483.585</b>
Imposto Diferido	
	<b>164.419</b>

## NOTA 22 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

Descriutivo	Controladora		Consolidado		
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	
Folha de pagamento	42.039	60.398	42.257	60.660	
Provisão de férias	36.716	41.297	37.115	41.703	
Provisão de gratificação de férias	27.550	30.982	27.550	30.982	
Provisão de 13º salário	5.110	3.898	5.110	3.898	
Provisão de FRG sobre férias	5.410	5.776	5.410	5.776	
Provisão de FRG sobre 13º salário	1.590	1.232	1.590	1.232	
INSS sobre provisão de férias	18.757	21.097	18.878	21.212	
INSS sobre 13º salário	1.492	1.138	1.492	1.138	
FGTS sobre provisão de férias	5.140	5.781	5.175	5.813	
FGTS sobre 13º salário	409	312	409	312	
Adicional Senai sobre provisão de férias	129	145	129	145	
Adicional Senai sobre provisão de 13º salário	10	8	10	8	
Honorários/encargos dos administradores	1.714	1.375	1.714	1.375	
Sebrae <sup>(1)</sup> sobre provisão de 13º salário	31	23	31	23	
Sebrae <sup>(1)</sup> sobre provisão de férias	387	435	387	435	
Participações nos lucros (PLR)	81.595	83.714	81.595	83.714	
<b>Total circulante</b>	<b>228.079</b>	<b>257.611</b>	<b>228.852</b>	<b>258.426</b>	

<sup>(1)</sup> Sebrae = Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

## NOTA 23 – ENCARGOS SETORIAIS

Descriutivo	Controladora		Consolidado		
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNNDCT)	–	2.875	–	2.875	
Ministério de Minas e Energia	3.118	3.224	3.118	3.224	
P&D – Recurso em poder da empresa	6.236	3.574	6.380	3.664	
Quota para Reserva Global de Reversão (RGR)	48.671	24.689	48.966	25.078	
Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	29.027	20.509	29.027	20.509	
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)	2.699	2.479	2.751	2.513	
<b>Total circulante</b>	<b>89.751</b>	<b>57.350</b>	<b>90.242</b>	<b>57.863</b>	
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – projetos próprios	294.180	304.247	294.180	304.247	
<b>Total não circulante</b>	<b>294.180</b>	<b>304.247</b>	<b>294.180</b>	<b>304.247</b>	

## NOTA 24 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Furnas possui contratos com a Fundação Real Grandeza (FRG) – fundo de pensão – para a concessão de benefícios pós-emprego aos seus funcionários bem como contribui como patrocinadora deste fundo. Abaixo, a posição (resumida) do passivo de Furnas com a FRG:

Descriutivo	Controladora e Consolidado			
	31.12.2019		31.12.2018	
	Não Circulante	Circulante	Total	
Contribuições amortizantes Plano BD	11.447	26.743	38.190	10.534
Outros benefícios (Ajuste atuarial, seguro de vida e saúde)	–	1.741.904	1.741.904	163.215
<b>Total</b>	<b>11.447</b>	<b>1.768.647</b>	<b>1.780.094</b>	<b>143.879</b>

A obrigação atuarial apresentada foi impactada pela queda na taxa de desconto de 1,4% entre os exercícios de 2018 (4,64%) e 2019 (3,24%), devido as hipóteses atuariais e econômicas utilizadas (nota 24.4.3).

### 24.1. Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões

A Empresa é Patrocinadora Instituidora da Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social (FRG), pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes. Em decorrência da cisão das atividades nucleares, ocorrida em 1997, a Eletronuclear tornou-se, também, patrocinadora do Plano de Benefício Definido (Plano BD). Em 9 de abril de 2003, a Secretaria de Previdência Complementar (SPC), através do Ofício nº 379/SPC/GAB/CGTA, aprovou o Convênio de Adesão e Compromisso de Autopatrocínio da Real Grandeza ao Plano de Contribuição Definida (Plano CD), o que possibilitou a adesão, a partir de 1º de maio de 2003, de empregados do quadro próprio da Entidade ao referido Plano CD.

Atualmente, a Real Grandeza administra dois planos de benefícios: um na modalidade de Benefício Definido (Plano BD) e outro na modalidade de Contribuição Definida (Plano CD).

Em ambos os planos em vigor, o regime atuarial de financiamento é o de capitalização.

No Plano BD, os benefícios são concedidos com base no salário de atividade, descontado o valor garantido pelo regime geral da previdência social. O programa garante a concessão de um patamar mínimo de renda, além do resgate ou portabilidade de contribuições para desligados e a possibilidade de continuarem vinculados mesmo após o rompimento do vínculo empregatício, mediante contribuição plena. Além disso, há a concessão de um pecúlio por morte em regime de pagamento único.

O Plano CD, por sua vez, oferece basicamente os mesmos benefícios, entretanto sem paralelo direto com os salários da atividade. Constitui um plano de acumulação de poupanças durante a fase da vida ativa na Empresa com reversão em renda de aposentadoria.

Os ativos dos Planos CD e BD são mantidos separadamente daqueles da Empresa e são contabilizados e controlados pela FRG. Pelo Ofício nº 1266/2015/CGAT/DITEC/PREVIC, de 11 de maio de 2015, a PREVIC aprovou o novo Regulamento do Plano BD, no qual as taxas de contribuição foram excluídas do texto regulamentar, permitindo que o custeio possa ser adequado anualmente, caso seja necessário.

Sendo assim, a partir de julho/2015, a contribuição normal da Empresa equivalente a dos participantes ativos ficou com a seguinte composição: 1,5% sobre a parcela dos salários até ½ teto de contribuição da Previdência Social; 3% sobre a parcela dos salários de ½ teto até 1 teto de contribuição da Previdência Social e 9% sobre a parcela dos salários acima de 1 teto de contribuição da Previdência Social.

De acordo com o Regulamento do Plano CD, a Empresa efetuará Contribuição Regular em nome de cada participante ativo equivalente a (i) menos (ii) menos (iii), onde:

- (i) Contribuição Básica efetuada pelo participante no mês, correspondente a 2% do salário de contribuição, mais um percentual a sua escolha entre 4,5% e 10% da parcela do seu salário excedente a 7 UR (UR = R\$ 449,17);
- (ii) Contribuição Específica de valor, calculada em bases atuariais, para cobertura dos benefícios, de risco e de eventual parcela dos benefícios mínimos dos Participantes;
- (iii) Contribuição Complementar, igual a um percentual, calculada em bases atuariais, destinada ao financiamento das despesas administrativas.

A soma das contribuições Básica, Específica e Complementar está limitada à soma dos percentuais de 9,4% e da diferença mensal, positiva ou negativa, entre 9,4% e o efetivo percentual das Contribuições Básica, Específica e Complementar.

Os registros contábeis e as notas explicativas, decorrentes dos cálculos atuariais, foram consignados com base no laudo atuarial emitido por atuário independente, contratado pela Eletrobras, Assistentes Assessoria, Consultoria e Participações Ltda.

Em 31 de dezembro de 2019, as contribuições da Empresa à Fundação Real Grandeza, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano CD atingiram R\$ 40.276 (31.12.2018 - R\$ 38.166).

O perfil populacional dos participantes do Plano BD está abaixo demonstrado:

Dados populacionais	31.12.2019	31.12.2018

<tbl\_r cells="3" ix="1" maxcspan="1" maxrspan="1" usedcols="

A movimentação do valor presente das obrigações e do valor presente do ativo dos planos de benefícios no exercício corrente e em 31 de dezembro de 2018 está apresentada a seguir:

Descriativo	31.12.2019			
	Planos BD+CD	Saúde	Seguro	Total
Alterações nas obrigações				
Valor das obrigações atuariais no início do ano	12.775.369	167.460	5.555	12.948.384
Custos dos serviços corrente líquido	19.939	299	–	20.238
Contribuição dos participantes ativos	6.318	–	–	6.318
Custos dos juros	1.082.969	4.338	–	1.087.307
Benefícios pagos	(976.245)	(85.994)	–	(1.062.239)
Custo de saúde – Preq / P.A.E	–	3.448	–	3.448
Contribuições patronais	–	–	(5.555)	(5.555)
(Ganhos) perdas atuariais	–	–	–	–
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	–	–	–	–
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	3.189.604	29.048	–	3.218.652
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	45.878	25.280	–	71.158
<b>Subtotal</b>	<b>3.235.482</b>	<b>54.328</b>	<b>–</b>	<b>3.289.810</b>
<b>Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano</b>	<b>16.143.832</b>	<b>143.879</b>	<b>–</b>	<b>16.278.711</b>
Alterações nos ativos financeiros				
Valor justo dos ativos no início do ano	13.255.781	–	–	13.255.781
Receita de juros	1.127.621	–	–	1.127.621
Contribuições patronais	102.513	85.994	–	188.507
Contribuições de participantes do plano	6.318	–	–	6.318
Benefícios pagos/adiantados	(976.245)	(85.994)	–	(1.062.239)
Ganhos (perdas) decorrentes da remensuração:				
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receitas de juros)	1.047.092	–	–	1.047.092
<b>Subtotal</b>	<b>1.047.092</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>1.047.092</b>
<b>Valor justo dos ativos no fim do exercício</b>	<b>14.563.080</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>14.563.080</b>

Descriativo	31.12.2018			
	Planos BD+CD	Saúde	Seguro	Total
Alterações nas obrigações				
Valor das obrigações atuariais no início do ano	11.366.522	223.290	8.760	11.598.572
Custos dos serviços corrente líquido	17.212	2.151	654	20.017
Contribuição dos participantes ativos	7.443	–	–	7.443
Custos dos juros	1.044.245	10.169	716	1.055.130
Benefícios pagos	(994.478)	(98.888)	–	(1.093.366)
Custo de saúde – Preq / P.A.E	–	(29.232)	–	(29.232)
(Ganhos) perdas atuariais				
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	602.581	–	–	602.581
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	1.049.435	45.303	(79)	1.094.659
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(317.591)	14.667	(4.496)	(307.420)
<b>Subtotal</b>	<b>1.334.425</b>	<b>59.970</b>	<b>(4.575)</b>	<b>1.389.820</b>
<b>Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano</b>	<b>12.775.369</b>	<b>167.460</b>	<b>5.555</b>	<b>12.948.384</b>
Alterações nos ativos financeiros				
Valor justo dos ativos no início do ano	12.324.449	–	–	12.324.449
Receita de juros	1.140.477	–	–	1.140.477
Contribuições patronais	54.552	98.888	–	153.440
Contribuições de participantes do plano	7.443	–	–	7.443
Benefícios pagos/adiantados	(994.478)	(98.888)	–	(1.093.366)
Ganhos (perdas) decorrentes da remensuração:				
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receitas de juros)	723.338	–	–	723.338
<b>Subtotal</b>	<b>723.338</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>723.338</b>
<b>Valor justo dos ativos no fim do exercício</b>	<b>13.255.781</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>13.255.781</b>

As principais categorias de ativos do plano no final do exercício de relatório e que impactam o retorno dos ativos do plano são apresentadas a seguir:

Descriutivo	31.12.2018	
	31.12.2019	31.12.2018
Valores disponíveis imediatos	1.220	421
Realizável previdenciário	160.645	161.041
Renda fixa	10.893.650	10.870.047
Renda variável	3.060.867	1.578.715
Investimentos imobiliários	518.352	456.317
Empréstimos e financiamentos	208.461	255.742
Tesouraria	17.404	(6)
Outros	–	(6.025)
(-) Exigíveis previdenciários	(198.824)	(60.143)
(-) Exigíveis de investimentos	(98.695)	(328)
<b>Total dos ativos garantidos</b>	<b>14.563.080</b>	<b>13.255.781</b>

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos, enquanto os valores justos dos investimentos imobiliários não são baseados em preços de mercado cotados em mercados ativos.

#### 24.4.5. Resumo dos impactos reconhecidos em outros resultados abrangentes

Descriutivo	31.12.2019			
	Planos BD+CD	Saúde	Seguro	Total
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido reconhecidos em ORA no exercício				
Contribuições patronais	40.954	–	(5.555)	35.399
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas	3.235.482	81.375	–	3.316.857
Retorno sobre ativos do plano	(1.092.617)	–	–	(1.092.617)
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido	(504.989)	–	–	(504.989)
Ativos / Passivos diferidos – Laudo atuarial	(582.657)	–	–	(582.657)
<b>Componentes de custo de benefício definido reconhecidos em ORA</b>	<b>1.096.173</b>	<b>81.375</b>	<b>(5.555)</b>	<b>1.171.993</b>
Descriutivo	31.12.2018			
	Planos BD+CD	Saúde	Seguro	Total
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido reconhecidos em ORA no exercício				
Contribuições patronais	51.925	–	–	51.925
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas	1.334.425	30.113	(4.575)	1.359.963
Retorno sobre ativos do plano	(723.339)	–	–	(723.339)
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido	(573.746)	–	–	(573.746)
<b>Componentes de custo de benefício definido reconhecidos em ORA</b>	<b>89.265</b>	<b>30.113</b>	<b>(4.575)</b>	<b>114.803</b>

#### 24.4.6. Contribuições patronais esperadas para o próximo exercício

Furnas espera contribuir com R\$ 58.178 com os planos de benefícios definidos durante o próximo exercício.

A duração média ponderada da obrigação de benefício definido é de 10,98 anos.

#### 24.4.7. Análise dos vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido pós-emprego

Programa Previdenciário	31.12.2019
Menos de 1 ano	986.497
Entre 1-2 anos	1.896.491
Entre 2-5 anos	4.280.176
Mais de 5 anos	4.079.265
<b>Total</b>	<b>11.242.429</b>

#### 24.5. Efeitos da variação de um ponto percentual nas premissas atuariais significativas

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são: taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

- Se a taxa de desconto fosse 1% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 1.759.538 (aumento de R\$ 1.941.240).
- Se os custos médicos fossem 1% mais altos (baixos), a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 6.326 (aumento de R\$ 6.979).

#### 24.6. Análise de sensibilidade das principais hipóteses

||
||
||

**NOTA 27 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL (AFAC)**

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de AFAC registrado no passivo não circulante é de:

Descriutivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Centrais Elétricas Eletrobras S.A. – Eletrobras	61.705	58.242	61.705	58.242
<b>Valores referentes aos acionistas minoritários nas controladas de Furnas:</b>				
SPE – Transenergia Golás S.A.	–	–	436	436
SPE – Brasil Ventos Energia S.A.	–	–	5.543	3.104
<b>Total</b>	<b>61.705</b>	<b>58.242</b>	<b>67.684</b>	<b>61.782</b>

**NOTA 28 – PROVISÃO PARA CONTRATO ONEROSEN**

Descriutivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Contrato nº 004/2004 - UHE Funil	222.881	248.520	222.881	248.520
Contrato nº 004/2004 - UTE Santa Cruz	–	159.832	–	159.832
<b>Total</b>	<b>222.881</b>	<b>408.352</b>	<b>222.881</b>	<b>408.352</b>
<b>Não circulante</b>	<b>222.881</b>	<b>408.352</b>	<b>222.881</b>	<b>408.352</b>

A Empresa realiza anualmente testes de onerosidade nos contratos de geração e transmissão de energia elétrica, em atendimento ao CPC 25.

Foram testadas as onerosidades das seguintes Unidades Geradoras de Caixa (UGC): UHE de Porto Colômbia, UHE de Marimbondo, UHE de Corumbá, UHE de Furnas, UHE de Funil, UHE de Luiz Carlos Barreto de Carvalho (Estreito), usinas cujo o contrato foi renovado pela MP 579/12 ou que operam na modalidade de cotas.

A UTE Santa Cruz apresentou uma perda estimada em 2018 num valor superior ao valor do ativo imobilizado. Desta forma, o excedente R\$ 159.832 foi contabilizado como Contrato Oneroso. Em 2019 este valor foi revertido.

Em 31 de dezembro de 2019, no resultado da Controladora houve uma reversão de provisão no montante de R\$ 185.471, pelo reconhecimento da realização da onerosidade do exercício.

**28.1. Movimentação da provisão**

Descriutivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>408.352</b>	<b>408.352</b>		
Movimento no ano de 2019:				
(-) Reversão de provisão (UHE Funil)	(25.639)	(25.639)		
(-) Reversão de provisão (UTE Santa Cruz)	(159.832)	(159.832)		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>222.881</b>	<b>222.881</b>		

**NOTA 29 – OUTROS VALORES A PAGAR**

Este grupo de contas compõe-se de diversos valores a pagar dispostos como segue:

Descriutivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Adiantamentos – diversos	1.295	1.155	1.295	1.155
Arrendamento mercantil	3.255	–	3.255	–
Cauções em garantia	348	348	348	348
Seguradoras	8.849	–	8.849	–
Credores diversos	6.705	4.936	13.083	18.641
Provisão para acordo judicial entre Furnas e empregados limitados pelo plano BD - FRG	268	838	268	838
Provisão para o Plano de Demissão Consensual - PDC	379	5.618	379	5.618
Ressarcimento – CCEAR <sup>(1)</sup>	2.620	2.632	2.620	2.632
Contribuições FRG	20.258	19.432	20.258	19.432
<b>Total Circulante</b>	<b>43.977</b>	<b>34.959</b>	<b>50.355</b>	<b>48.664</b>
Credores diversos	3.599	3.599	3.599	27.180
Arrendamento mercantil	127.887	–	127.887	–
Provisão para acordo judicial entre Furnas e empregados limitados pelo plano BD - FRG	6.371	9.065	6.371	9.065
Provisão para o Plano de Demissão Concursal – PDC	6.699	–	6.699	–
Outras Provisões SPEs <sup>(3)</sup>	–	16.875	34.001	–
Provisão GAG Melhoria <sup>(2)</sup>	115.527	52.832	115.527	52.832
FGTS conta empresa	1	1	1	1
<b>Total Não Circulante</b>	<b>260.084</b>	<b>82.372</b>	<b>294.085</b>	<b>89.078</b>

<sup>(1)</sup> CCEAR – Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado

<sup>(2)</sup> GAG – Gestão dos Ativos de Geração nota 29.4

<sup>(3)</sup> Vide notas 16.2 e 29.3

**29.1 Acordo judicial entre Furnas e a Associação dos Empregados de Furnas (ASEF)**

Em 31 de dezembro de 2019, Furnas possui saldo a pagar no montante de R\$ 6.639 (Circulante R\$ 268 e Não circulante R\$ 6.371), sendo que o histórico desse registro encontra-se descrito na nota 29 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

**29.2. Plano de demissão consensual – PDC**

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo a pagar referente ao PDC monta em R\$ 7.078.

**29.3. Outras provisões**

Não houve provisão em Furnas em 31 de dezembro de 2019. Em 31.12.2018 houve uma provisão de R\$ 16.875, referente ao passivo a descoberto da SPE Brasil Ventos Energia S.A. O saldo de R\$ 34.001 em 31.12.2019 no consolidado é apresentado pela SPE Brasil Ventos.

**29.4. Gestão dos Ativos de Geração - GAG Melhoria**

Em 18 de junho 2018, por meio da Nota Técnica ANEEL nº 92/2018, foram estipulados os valores das receitas referentes aos ativos de geração renovados nos termos da Lei nº 12.783/2013, que fazem jus as Empresas, para a manutenção da disponibilidade aos níveis de eficiência das suas usinas hidroelétricas.

A partir de julho de 2018 as usinas que se encontram sob o regime de cotas (UHE Furnas, UHE Luiz Carlos Barreto, UHE Funil, UHE Porto Colômbia, UHE Marimbondo e UHE Corumbá I) tiveram sua Receita Anual de Geração - RAG acrescida da Gestão dos Ativos de Geração – GAG, especificamente relacionada às melhorias (GAG-Melhoria) destinadas ao uso na manutenção da eficiência do sistema elétrico.

A Empresa registrou um passivo, a título de provisão para a realização das futuras melhorias nos empreendimentos no montante de R\$ 115.527 (R\$ 52.832 em 31.12.2018).

**NOTA 30 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio da Empresa, no valor de R\$ 21.557.647 (R\$ 20.720.814 - 31.12.2018 reapresentado), está assim composto:

**30.1. Capital Social**

O capital da Empresa, no total de R\$ 6.531.154 (R\$ 6.531.154 - 31.12.2018), está distribuído entre ações ordinárias e preferenciais como segue:

Descriutivo	Quantidade de mil ações em 31.12.2019 e 31.12.2018			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Percentual
Centrais Elétricas Eletrobras S.A. – Eletrobras	52.647.326	14.659.407	67.306.733	99,56%
Outros	91.700	205.278	296.978	0,44%
<b>Total</b>	<b>52.739.026</b>	<b>14.864.685</b>	<b>67.603.711</b>	<b>100,00%</b>

**30.2. Reservas de Capital**

Descriutivo	Controladora e Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018
Doenças e subvenções - FINOR, FINAM e outros	3.405.297	3.405.297
Remuneração das imobilizações em curso – capital próprio	1.647.748	1.647.748
<b>Total</b>	<b>5.053.045</b>	<b>5.053.045</b>

**30.3 Destinação do Lucro do Exercício**

Descriutivo	Controladora e Consolidado	

### 32.3. Principais custos e despesas operacionais

Em 31 de dezembro de 2019, o total dos custos (nota 32) e das despesas operacionais (nota 33) totalizavam R\$ 5.790.102 na controladora e no consolidado R\$ 5.822.784 (R\$ 5.462.089 e R\$ 5.442.783, respectivamente em 31 de dezembro de 2018). Neste montante, estão incluídos os valores que a Empresa incorreu com treinamentos e benefícios diversos para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de seus colaboradores, dentre outros, dos quais listamos os principais:

Descriutivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Remuneração	(663.745)	(651.121)	(673.237)	(661.289)
Encargos sociais	(248.300)	(258.146)	(248.300)	(258.146)
Auxílio alimentação	(47.662)	(55.588)	(47.662)	(55.588)
Convênio assistencial e outros benefícios	(96.017)	(94.785)	(96.017)	(94.785)
Previdência privada	(47.401)	(45.034)	(47.401)	(45.034)
Saúde	(159.312)	(164.150)	(159.312)	(164.150)
Segurança e saúde no trabalho	(8.162)	(8.088)	(8.162)	(8.088)
Educação	(2.674)	(3.322)	(2.674)	(3.322)
Cultura	(1.487)	(1.484)	(1.487)	(1.484)
Capacitação e desenvolvimento profissional	(12.961)	(16.805)	(12.961)	(16.805)
Creches ou auxílio creche	(15.153)	(15.358)	(15.153)	(15.358)
Provisão gratificação	(46.145)	(50.869)	(46.145)	(50.869)
Indenizações trabalhistas (constitucional)	(93.473)	(97.304)	(93.473)	(97.304)
Mão-de-obra contratada	(259.620)	(281.962)	(259.620)	(281.962)
Manutenção e conservação	(62.688)	(69.289)	(62.688)	(69.289)
Hospedagem e alimentação no país	(18.751)	(14.029)	(18.751)	(14.029)
Passagem no país	(8.432)	(3.545)	(8.432)	(3.545)
Consultorias	(20.385)	(13.030)	(20.385)	(13.030)
Luz e força	(16.076)	(16.425)	(16.076)	(16.425)
Serviço de segurança e vigilância	(34.508)	(36.275)	(34.508)	(36.275)
Serviço de informática	(20.487)	(26.806)	(20.487)	(26.806)
Serviços de coordenação e controle ONS	(16.699)	(14.477)	(16.699)	(14.477)
Seguros	(72.218)	(75.091)	(72.218)	(75.091)
Indenizações, perdas e danos	(199.054)	(57.066)	(199.054)	(57.066)
Indemnização acordo terceirizados (vide nota 33.1)	(321.225)	—	(321.225)	—
Demais despesas	(76.215)	(74.311)	(83.001)	(79.853)
<b>Total</b>	<b>(2.568.850)</b>	<b>(2.144.360)</b>	<b>(2.585.128)</b>	<b>(2.160.070)</b>

### NOTA 33 – RECEITA (DESPESAS) OPERACIONAIS

Descriutivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Perdas estimadas para riscos com ações fiscais, trabalhistas e cíveis	(359.122)	(309.114)	(359.122)	(309.114)
Perdas estimadas para Créditos de Liquidação Dúvida (PECLD)	(29.947)	(92.162)	(29.947)	(92.162)
Perdas estimadas na alienação e desativação de bens e direitos	(19.024)	(328)	(19.024)	(328)
Doações e contribuições não vinculadas	(15.965)	(14.432)	(15.965)	(14.432)
Arrendamento e Alugueis	(50.344)	(71.006)	(50.344)	(71.006)
Seguros	(77.583)	(91.902)	(77.583)	(91.902)
Demais receitas / (despesas)	(36.716)	(5.574)	(38.566)	(7.232)
Reembolso Médico - Hospitalar e Odontológico	(17.979)	(20.935)	(17.979)	(20.935)
Despesas com Eventos, Patrocínio, Projetos Institucionais Sócio-culturais	(4.823)	(12.262)	(4.823)	(12.262)
Despesas com estagiários, bolsistas – concurso e bolsa de estudo e auxílio-doença suplementação	(1.168)	(1.822)	(1.168)	(1.822)
Indenizações, perdas e danos	(13.485)	(13.673)	(13.485)	(13.673)
Gastos Ambientais	(199.054)	(57.066)	(199.054)	(57.066)
Custas Judiciais (inclui judiciais trabalhistas)	(17)	(1)	(17)	(1)
Indemnização acordo com terceirizados <sup>(1)</sup>	(321.225)	—	(321.225)	—
Provisão de benefício pós-emprego do seguro saúde do plano de incentivo ao desligamento de pessoal	—	(21.150)	—	(21.150)
Ganhos atuariais	144.807	143.062	144.807	143.062
Ganho (Perda) com SPEs de Furnas pela dação em pagamento de empréstimos para a Eletrobras <sup>(2)</sup>	32.760	(3.344)	32.760	(3.344)
Ganho com mudança na participação em SPEs <sup>(6)</sup>	—	10.782	—	10.782
Reversão de perdas em investimentos – SPEs <sup>(3)</sup>	496.790	276.143	496.790	276.143
Reversão da provisão para perda na visão do acionista – SPE Transenergia Goiás	—	—	—	102.122
Provisão GAG Melhoria	(62.695)	(52.832)	(62.695)	(52.832)
Reversão estimada de redução ao valor recuperável de ativo (impairment) <sup>(4)</sup>	312.684	50.411	312.684	68.919
(Provisão) Reversão estimada do Contrato Oneroso <sup>(5)</sup>	185.472	(249.234)	185.472	(203.678)
Provisão Acordo de Leniência <sup>(7)</sup>	(90.122)	—	(90.122)	—
<b>Total</b>	<b>(131.019)</b>	<b>(538.071)</b>	<b>(132.869)</b>	<b>(373.543)</b>
<b>Total Receitas</b>	<b>1.172.513</b>	<b>469.616</b>	<b>1.172.513</b>	<b>601.029</b>
<b>Total (Despesas)</b>	<b>(1.303.532)</b>	<b>(1.007.687)</b>	<b>(1.305.382)</b>	<b>(974.572)</b>

<sup>(1)</sup> Vide nota 33.1

<sup>(2)</sup> Vide nota 20.4

<sup>(3)</sup> Vide nota 16

<sup>(4)</sup> Vide nota 28

<sup>(5)</sup> Vide nota 33.2

<sup>(6)</sup> Vide notas de Dez.18 16.2.1 Mesa, ganho de R\$ 33.971 e 16.2.5 Brasil Ventos S.A., perda (R\$ 23.189).

<sup>(7)</sup> Vide nota 15.6

### 33.1. Indenização acordo com terceirizados

Furnas efetuou em novembro de 2019 depósito judicial trabalhista a favor da Associação dos Contratados, Ex-Contratados e Prestadores de Serviço em Furnas (ACEP), no montante de R\$ 321 milhões, conforme acordo celebrado no âmbito do Superior Tribunal Federal (STF) entre Furnas e a ACEP.

Este acordo foi celebrado em função do desligamento dos funcionários terceirizados. Furnas, Ministério Público do Trabalho (MPT) e Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) haviam assinado, em 2009, no âmbito do Mandado de Segurança 27.066, em curso no Supremo Tribunal Federal (STF), acordo prevendo o desligamento escalonado de 1.041 funcionários. Ao longo dos últimos anos, FURNAS implementou uma série de medidas para mitigar a redução do quadro de técnicos de operação e manutenção, como automação e teleassistência das unidades de geração e transmissão de energia.

O desligamento escalonado desses trabalhadores terceirizados já estava programado para ocorrer até o final de 2018, porém, em 2016, o acordo foi suspenso pelo Exmo. Ministro Luiz Fux, a pedido das partes. A União e o Tribunal de Contas da União (TCU) concordaram com o teor dos acordos celebrados e destacaram que eles se alinharam à jurisprudência do TCU voltada para a solução da terceirização indevida no âmbito da administração pública. O acordo não se tratou de um plano de demissão voluntária. Furnas implementou o acordo, sem prejuízo à operação e gestão dos negócios da Empresa.

### 33.2. Impairment e Contrato Oneroso Consolidado

Furnas consolidou em 31.12.2019 as SPEs Transenergia Goiás, participação de 99% e Brasil Ventos Energia S.A. com uma participação de 100%. Segue abaixo a composição dos saldos que foram consolidados:

Descriutivo	Reversão (Perdas) estimadas Impairment		Reversão (Perdas) estimadas Contrato Oneroso	
	2019	2018	2019	2018
Furnas Centrais Elétricas S.A.	312.684	50.411	185.472	(249.234)
Transenergia Goiás	—	—	—	—
Brasil Ventos Energia S.A.	—	18.508	—	45.556
<b>Total consolidado</b>	<b>312.684</b>	<b>68.919</b>	<b>185.472</b>	<b>(203.678)</b>

### NOTA 34 – RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Descriutivo	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2019
Receitas Financeiras				
Renda de aplicações financeiras	43.845	44.630	48.068	46.099
Juros s/ créditos de energia financiados e empréstimos concedidos	5.050	4.887	5.050	4.887
VM s/ créditos de energia financiados e empréstimos concedidos	14.088	26.299	14.088	26.299
Variação monetária e acréscimo moratório - energia vendida	15.498	31.529	15.498	31.529
Outras variações cambiais e monetárias ativas	43.131	56.302	43.131	56.302
Acordo de Leniência	—	90.122	—	90.122
Ajuste Fair Value – RBSE <sup>(1)</sup>	2.908.116	658.116	2.908.116	

Empresas	Compra de energia	Venda de Energia	Encargos sobre o uso da rede elétrica	Remuneração do ativo financeiro	Receita de prestação de serviços	Receita financeira	Despesa financeira	Outras Despesas / Receitas
Eletrobras	-	-	-	540	-	2.992	(311.996)	33.510
Cgtee	-	-	-	1.169	-	-	-	3
Chesf	-	-	(74.871)	105.834	-	301	-	7
Eletrosul	-	-	(32.782)	2.318	-	-	-	1.134
Eletronorte	-	-	(53.602)	92.859	83	-	-	(584)
Ceal (**)	-	8.944	-	2.867	-	-	-	-
Eletronuclear	-	-	-	21.636	-	24.294	-	413
Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-
Eletropar	-	-	-	-	-	776	-	-
Amazonas – D (**)	-	2.430	-	5.150	-	-	-	230
Amazonas – GT	-	-	(762)	3.811	-	-	-	(273)
Eólica Chui IX S.A.	-	-	-	100	-	-	-	-
Eólica Hermenegildo I S.A.	-	-	-	319	-	-	-	-
Eólica Hermenegildo II S.A.	-	-	-	319	-	-	-	-
Eólica Hermenegildo III S.A.	-	-	-	269	-	-	-	-
Santa Vitória do Palmar	-	-	-	1.090	-	-	-	-
Transleste (*)	-	-	(481)	-	-	-	-	-
Transudeste (*)	-	-	(240)	-	79	-	-	85
Transirapé (*)	-	-	(298)	-	-	-	-	-
Centroeste (*)	-	-	(517)	-	398	-	-	111
Brasventos Eolo (*)	-	-	-	891	-	-	-	-
Brasventos Miassaba(*)	-	-	-	1.043	-	-	-	-
Rei dos Ventos 3 (*)	-	-	-	916	-	-	-	-
Luziânia–Niçelândia Transmissora (*)	-	-	(129)	-	389	-	-	92
<b>TOTAL 31.12.2019</b>	<b>- 11.374</b>	<b>(163.682)</b>	<b>241.131</b>	<b>949</b>	<b>28.363</b>	<b>(311.996)</b>	<b>34.728</b>	
<b>TOTAL 31.12.2018</b>	<b>- 83.670</b>	<b>(162.402)</b>	<b>309.402</b>	<b>16.262</b>	<b>23.756</b>	<b>(354.360)</b>	<b>(8.752)</b>	

Em atendimento à Resolução ANEEL nº 22, de 04 de fevereiro de 1999, e nos termos da deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, a Empresa está apresentando os saldos e transações com partes relacionadas.

(\*) SPEs transferidas para a Eletrobras em operação de dívida para pagamento de dívida com a Holding. As SPEs Transleste, Transudeste e Transirapé tiveram saldo apurado até Maio/19, data da transferência para a TAESA. A Brasvento Eolo, Miassaba e Rei dos Ventos o saldo foi apurado até Agosto/19, data da transferência para Ventus Holding de Energia Eólica.

(\*\*) Ceal – controle acionário transferido para a Equatorial em 18.03.19 – Saldo referente a Março/19.

(\*\*\*) Amazonas – D, o controle acionário foi transferido para a Oliveira Energia em 10.04.19 - Saldo referente a Março/19.

### 37.2. Fundação Real Grandeza (FRG) e investidas de Furnas

Empresas	Contas a receber	Clientes	(-) Outras Provisões	Dividendos a receber	Fornecedores	Obrigações estimadas	Contas a pagar
<b>Empresas de Geração</b>							
Enerpeixe	-	556	-	12.236	(3.387)	-	-
Baguari	-	47	-	-	-	-	-
Retiro Baixo	-	-	-	6.357	-	-	-
Serra do Fácão Energia	45	-	-	-	-	-	-
Chapacoense	740	-	-	29.090	-	-	-
Foz do Chapecó	5	874	-	-	-	-	-
Madeira Energia	-	-	-	-	-	-	-
Santo Antônio Energia	571	17.826	-	-	-	-	-
Cia Hidrelétrica Teles Pires	-	4.610	-	-	(9.560)	-	-
CSE Centro de Soluções Estratégicas S.A.	-	-	-	-	-	-	(53)
Empresa de Energia São Manuel S.A.	140	1.199	-	-	(3.346)	-	-
Energia Olímpica S.A.	-	-	-	428	-	-	-
Brasil Ventos Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-
Tijoá Participações e Investimentos S.A.	-	873	-	-	-	-	-
<b>Subtotal de Geração</b>	<b>1.501</b>	<b>25.985</b>	<b>-</b>	<b>48.111</b>	<b>(16.293)</b>	<b>-</b>	<b>(53)</b>
<b>Empresas de Transmissão</b>							
Transenergia Renovável	-	-	-	4.492	(42)	-	-
IE Madeira	-	-	-	-	(1.243)	-	(432)
Transenergia São Paulo	-	-	-	17.271	(24)	-	-
Transenergia Goiás	-	101	-	-	(29)	-	-
MGE Transmissão	-	18	-	5.616	(75)	-	-
Goiás Transmissão	-	-	-	11.668	(131)	-	-
Caldas Novas Transmissão	-	17	-	1.231	(2)	-	-
Triângulo Mineiro Transmissora S.A.	11	-	-	-	(93)	-	-
Vale do São Bartolomeu Trans. de Energia	-	1.262	-	-	(63)	-	-
Mata de Santa Genebra	1	-	-	-	(24)	-	-
Lago Azul Transmissora	13	7	-	110	(10)	-	-
Paranába Transmissora de Energia S.A.	-	-	-	5.985	(341)	-	-
Belo Monte Transmissora	553	-	-	13.810	(1.341)	-	-
<b>Subtotal de Transmissão</b>	<b>578</b>	<b>1.405</b>	<b>-</b>	<b>60.183</b>	<b>(3.418)</b>	<b>-</b>	<b>(432)</b>
<b>Total SPEs</b>	<b>2.079</b>	<b>27.390</b>	<b>-</b>	<b>108.294</b>	<b>(19.711)</b>	<b>-</b>	<b>(485)</b>
Empresas	Contas a receber	Clientes	(-) Outras Provisões	Dividendos a receber	Fornecedores	Obrigações estimadas	Contas a pagar
FRG	7.581	-	-	-	(231)	(7.000)	(1.733.090)
Administradores	6	-	-	-	-	-	-
<b>Total 31.12.2019</b>	<b>9.666</b>	<b>27.390</b>	<b>-</b>	<b>108.294</b>	<b>(19.942)</b>	<b>(7.000)</b>	<b>(1.733.575)</b>
<b>Total 31.12.2018</b>	<b>7.782</b>	<b>27.986</b>	<b>(16.875)</b>	<b>128.077</b>	<b>(21.813)</b>	<b>(7.008)</b>	<b>(171.804)</b>

Empresas	Compra de Energia	Venda de Energia	Encargos sobre o uso da rede elétrica	Remuneração do ativo financeiro	Receita de prestação de serviços	Receita financeira	Despesa financeira	Outras Despesas / Receitas
<b>Empresas de Geração</b>								
Enerpeixe	(38.838)	-	-	5.069	-	-	-	-
Baguari	-	-	-	435	-	-	-	-
Serra Fácão Energia	-	-	-	-	113	-	-	(20)
Foz do Chapecó	-	-	-	10.554	184	-	-	76.506
Madeira Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(223)
Santo Antônio Energia	-	81.576	-	141.495	-	3	-	6.666
Teles Pires Participações	-	-	-	-	-	-	-	-
Cia Hidrelétrica Teles Pires	(118.840)	-	-	42.021	-	-	-	-
CSE Centro de Soluções Estratégicas S.A.	-	-	-	-	569	-	-	-
Tijoá Participações e Investimentos S.A.	-	-	-	10.003	677	6.305	-	-
Empresa de Energia São Manoel S.A.	(36.361)	-	-	10.875	-	-	-	164.976
Energia Olímpica S.A.	-	-	-	-	-	-	-	93
<b>Subtotal de Geração</b>	<b>(194.039)</b>	<b>81.576</b>	<b>-</b>	<b>220.452</b>	<b>1.543</b>	<b>6.308</b>	<b>-</b>	<b>247.998</b>
<b>Empresas de Transmissão</b>								
Transenergia Renovável	-	-	(527)	-	-	-	-	-
IE Madeira	-	-	(15.498)	-	232	-	-	28.445
Transenergia São Paulo	-	-	(282)	-	-	-	-	-
Transenergia Goiás	-	-	(348)	-	2.042	-	-	1.810
MGE Transmissão	-	-	(1.018)	-	-	-	-	208
Goiás Transmissão	-	-	(1.705)	-	-	-	-	-
Caldas Novas Transmissão	-	-	(26)	-	493	-	-</td	

**38.1.2. Compromissos – posições compradas**

Ano	Gerador de Energia	Total Compras
2021	Volume MWh (*)	4.586.267
	Preço MWh (R\$/MWh) (*)	184,05
	Total (R\$ Mil)	844.080
2022	Volume MWh (*)	4.586.267
	Preço MWh (R\$/MWh) (*)	182,06
	Total (R\$ Mil)	834.995
2023	Volume MWh (*)	3.825.899
	Preço MWh (R\$/MWh) (*)	186,12
	Total (R\$ Mil)	712.080
2024	Volume MWh (*)	3.836.297
	Preço MWh (R\$/MWh) (*)	183,83
	Total (R\$ Mil)	705.240
2025	Volume MWh (*)	3.825.899
	Preço MWh (R\$/MWh) (*)	182,80
	Total (R\$ Mil)	699.361
Após 2025	Volume MWh (*)	17.092.530
	Preço MWh (R\$/MWh) (*)	146,25
	Total (R\$ Mil)	2.499.753
Data do término do contrato		Dez/38

(\*) Informações não auditadas.

**38.2. Compromissos socioambientais**

Furnas, alinhada às diretrizes que norteiam as ações das Empresas do Grupo Eletrobras quanto à promoção do desenvolvimento sustentável – que busca equilibrar oportunidades de negócios com responsabilidade social, econômico-financeiro e ambiental –, salienta este compromisso investindo em projetos sociais e atividades culturais, pautados pelo respeito ao meio ambiente e às comunidades no entorno de suas instalações, visando resguardar o futuro das novas gerações. Para tanto, apoia-se sempre numa abordagem preventiva aos desafios ambientais e no incentivo ao uso de tecnologias que não agrideam o meio ambiente.

Desritivo	31.12.2019 (*)	31.12.2018 (*)
<b>A – Investimentos relacionados com a produção/operação da Empresa</b>		
1) Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	43.153	41.505
<b>Subtotal</b>	<b>43.153</b>	<b>41.505</b>
<b>B – Investimentos em programas e/ou projetos externos</b>		
2) Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	74.640	38.652
3) Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	882	425
4) Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	4.046	17.876
<b>Subtotal</b>	<b>79.568</b>	<b>56.953</b>
<b>C – Total dos investimentos em meio ambiente (A+B)</b>	<b>122.721</b>	<b>98.458</b>

Os referidos gastos encontram-se registrados em despesas operacionais.

(\*) Informações não auditadas.

**38.2.1. Termos de ajustamento de condutas (TAC)**

Firmados entre Furnas e o Poder Público em diversas esferas para cumprimentos de obrigações futuras já contempladas no custo dos seguintes investimentos:

**a) TAC - UHE Simplício**

Firmado em 20 de fevereiro de 2013 entre Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Município de Sapucaia-RJ e a Empresa, referente a questões ambientais identificadas nos Municípios atingidos pela UHE Simplício, no Rio Paraíba do Sul, em que Furnas se obriga a implantar e manter, até à assunção pelos Municípios atingidos, Estações de Tratamento de Esgoto e Redes Coletoras, bem como manter o controle de vazão e de qualidade da água. Conforme está descrito no TAC, tais ações deveriam estar concluídas até 2015 e os atrasos de mais de 15 dias em relação ao cronograma, sem os devidos esclarecimentos, ensejariam a aplicação de multas diárias no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Do total de 25 itens do TAC, 18 já foram concluídos e 7 continuam sendo acompanhados, conforme Promissão de Arquivamento expedida pelo MPF em 20 de maio de 2016 e Certidão expedida pelo MPF em 29 de novembro de 2018. Também está previsto no TAC o cumprimento das demais condicionantes da Licença de Instalação nº 456/2007 e da Licença de Operação nº 1074/2012, expedidas pelo IBAMA, conforme determinações e prazos constantes nas respectivas licenças. Este Termo de Ajustamento de Conduta extingue a Ação Civil Pública nº 2010.51.13.000406-9 junto à 1ª Vara Federal de Três Rios.

**NOTA 39 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS**
**39.1. Instrumentos financeiros**

A Empresa opera com diversos instrumentos financeiros, dentre os quais se destacam: títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, ativo financeiro indenizável (concessão), contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos, os quais se encontram registrados em contas patrimoniais, segundo a norma contábil vigente para cada caso.

**Desritivo**

Ativos financeiros	31.12.2019	31.12.2018	Controladora	31.12.2019	31.12.2018
<b>Empréstimos e recebíveis</b>			<b>Classificação</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>
Clientes (Nota 8)	Custo amortizado	1.133.403	Custo amortizado	1.133.403	1.133.403
Ativo RBSE – concessões do serviço público (Nota 14)	Valor justo	17.509.302	Valor justo	17.509.302	17.509.302
Ativo contratual transmissão (Nota 14)	Custo amortizado	3.230.187	Custo amortizado	3.230.187	3.230.187
Ativos financeiros de geração (Nota 14)	Custo amortizado	1.329.674	Custo amortizado	1.329.674	1.329.674
Empréstimos concedidos (Nota 15.3)	Custo amortizado	84	Custo amortizado	84	84
<b>Mensurados a valor justo por meio do resultado</b>	<b>Valor justo</b>	<b>684.930</b>	<b>Valor justo</b>	<b>684.930</b>	<b>684.930</b>
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)		<b>23.887.580</b>		<b>23.887.580</b>	
<b>Total Ativos financeiros</b>					
<b>Passivos financeiros</b>					
<b>Mensurados ao custo amortizado</b>			<b>Classificação</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	Custo amortizado	7.380.157	Custo amortizado	7.380.157	7.380.157
Fornecedores e outras obrigações (Nota 19)	Custo amortizado	535.789	Custo amortizado	535.789	535.789
<b>Total Passivos financeiros</b>		<b>7.915.946</b>		<b>7.915.946</b>	

**Desritivo**

Ativos financeiros	31.12.2019	31.12.2018	Controladora	31.12.2019	31.12.2018
<b>Empréstimos e recebíveis</b>			<b>Classificação</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>
Clientes (Nota 8)	Custo amortizado	1.145.914	Custo amortizado	1.145.914	1.145.914
Ativo RBSE – concessões do serviço público (Nota 14)	Valor justo	17.509.302	Valor justo	17.509.302	17.509.302
Ativo contratual transmissão (Nota 14)	Custo amortizado	3.310.452	Custo amortizado	3.310.452	3.310.452
Ativos financeiros de geração (Nota 14)	Custo amortizado	1.329.674	Custo amortizado	1.329.674	1.329.674
Empréstimos concedidos (Nota 15.3)	Custo amortizado	84	Custo amortizado	84	84
<b>Mensurados a valor justo por meio do resultado</b>	<b>Valor justo</b>	<b>684.930</b>	<b>Valor justo</b>	<b>684.930</b>	<b>684.930</b>
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)		<b>23.980.356</b>		<b>23.980.356</b>	
<b>Total Ativos financeiros</b>					
<b>Passivos financeiros</b>					
<b>Mensurados ao custo amortizado</b>			<b>Classificação</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	Custo amortizado	7.719.052	Custo amortizado	7.719.052	7.719.052
Fornecedores e outras obrigações (Nota 19)	Custo amortizado	554.906	Custo amortizado	554.906	554.906
<b>Total Passivos financeiros</b>		<b>8.273.958</b>		<b>8.273.958</b>	

**Desritivo**

Ativos financeiros	31.12.2019	31.12.2018	Controladora	31.12.2019	31.12.2018
<b>Empréstimos e recebíveis</b>			<b>Classificação</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>
Clientes (Nota 8)	Custo amortizado	1.145.914	Custo amortizado	1.145.914	1.145.914
Ativo RBSE – concessões do serviço público (Nota 14)	Valor justo	17.509.302	Valor justo	17.509.302	17.509.302
Ativo contratual transmissão (Nota 14)	Custo amortizado	3.310.452	Custo amortizado	3.310.452	3.310.452
Ativos financeiros de geração (Nota 14)	Custo amortizado	1.329.674	Custo amortizado	1.329.674	1.329.674
Empréstimos concedidos (Nota 15.3)	Custo amortizado	84	Custo amortizado	84	84
<b>Mensurados a valor justo por meio do resultado</b>	<b>Valor justo</b>	<b>684.930</b>	<b>Valor justo</b>	<b>684.930</b>	<b>684.930</b>
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)		<b>23.980.356</b>		<b>23.980.356</b>	
<b>Total Ativos financeiros</b>					
<b>Passivos financeiros</b>					
<b>Mensurados ao custo amortizado</b>			<b>Classificação</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	Custo amortizado	7.719.052	Custo amortizado	7.719.052	7.719.052
Fornecedores e outras obrigações (Nota 19)	Custo amortizado	554.906	Custo amortizado	554.906	554.906
<b>Total Passivos financeiros</b>		<b>8.273.958</b>		<b>8.273.958</b>	

O valor de mercado dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2019 se aproxima do valor registrado nas Demonstrações Financeiras. A Empresa não realizou no período operações com derivativos.

**39.2. Gestão de capital**

Os objetivos da Empresa ao administrar sua estrutura de capital, são de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e qualidade nas obrigações previstas no contrato de concessão, e de perseguir uma estrutura de capital ideal para a redução dos seus custos.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumarizados:

Desritivo	Control

**Contratos Obtidos - Variação Negativa - 2020**

Moeda (Risco)	Saldo	Saldo	Provável	Indexador		Saldo R\$	
	US\$	R\$		2019	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)
Dolar (R\$/US\$)	90.588	362.353	4,000	3,000	2,000	271.765	181.176
<b>TOTAL</b>	<b>90.588</b>	<b>362.353</b>				<b>271.765</b>	<b>181.176</b>

**Contratos Obtidos - Variação Positiva - 2020**

Moeda (Risco)	Saldo	Saldo	Provável	Indexador		Saldo R\$	
	US\$	R\$		2019	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)
Dolar (R\$/US\$)	90.588	362.353	4,000	5,000	6,000	452.941	543.529
<b>TOTAL</b>	<b>90.588</b>	<b>362.353</b>				<b>452.941</b>	<b>543.529</b>

**39.4.3. Passivo – Taxa de Juros**

Foram realizadas análises de sensibilidade dos passivos indexados à taxa de juros pós-fixada em quatro diferentes cenários: dois com elevação das taxas do saldo devedor e dois com diminuição dessas taxas. As análises limitaram-se aos contratos concedidos que apresentem exposição à taxa de juros.

**Contratos Obtidos - Variação Negativa - 2020**

Moeda (Risco)	Saldo	Saldo	Provável	Indexador		Saldo R\$	
	US\$	R\$		2019	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)
TJLP	172.716	690.865	5,57%	5,57%	5,57%	690.527	690.184
IPCA	449.675	1.798.700	3,68%	2,76%	1,84%	1.783.174	1.767.646
Selic/CDI	767.072	3.068.287	4,50%	3,38%	2,25%	3.059.708	3.051.084
<b>TOTAL</b>	<b>1.389.463</b>	<b>5.557.852</b>				<b>5.533.408</b>	<b>5.508.914</b>

**Contratos Obtidos - Variação Positiva - 2020**

Moeda (Risco)	Saldo	Saldo	Provável	Indexador		Saldo R\$	
	US\$	R\$		2019	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)
TJLP	172.716	690.865	5,57%	5,57%	5,57%	691.201	712.405
IPCA	449.675	1.798.700	3,68%	4,60%	5,52%	1.814.223	1.829.737
Selic/CDI	767.072	3.068.287	4,50%	5,63%	6,75%	3.076.822	3.085.315
<b>TOTAL</b>	<b>1.389.463</b>	<b>5.557.852</b>				<b>5.582.246</b>	<b>5.627.457</b>

**40.2. Garantias das investidas de Furnas (SPEs)**

Todas as garantias são na modalidade de fiança corporativa, ora apresentadas diretamente pela Eletrobras, ora por Furnas, com a anuência da Eletrobras.

**39.5.4. Índices para Análise de Sensibilidade**

Moeda Nacional	Cenário para 31.12.2020	Data-base 31.12.2019	
		Cenário Positivo	Cenário Negativo
Selic (a.a.)	4,50%	3,38%	2,25%
CDI (a.a.)	4,39%	3,29%	2,19%
TJLP (a.a.)	4,68%	3,51%	2,34%

Moeda Estrangeira	Cenário para 31.12.2020	Data-base 31.12.2019	
		Cenário Positivo	Cenário Negativo
EURO - R\$/€	4,7200	3,5400	2,3600
YEN - R\$/¥	0,0370	0,0278	0,0185
Dólar - R\$/US\$	4,0000	3,0000	2,0000
Líbor - USD	1,5663	1,1747	0,7831

Moeda Nacional	Cenário para 31.12.2020	Data-base 31.12.2019	
		Cenário Positivo	Cenário Negativo
IPCA (a.a.)	3,68%	2,76%	1,84%
IGPM (a.a.)	4,68%	3,51%	2,34%

**NOTA 40 – GARANTIAS****40.1. Garantias Corporativas**

EMPRESA	TIPO	Descrição							
		Garantia							
FURNAS	Covenant	Os contratos de empréstimo/financiamento celebrados por FURNAS preveem garantias de diversas modalidades, condicionadas a negociações levadas a efeito junto às Instituições Financeiras e, concomitantemente, a Holding ELETROBRAS. Dentre as modalidades, avulta-se: acesso a conta corrente por meio de procuração, nota promissória, seguro garantia ou fiança bancária, aval corporativo da ELETROBRAS, garantia do Tesouro Nacional e cessão fiduciária de direitos creditórios dos contratos de geração e/ou transmissão de energia.							
		Alguns contratos preveem a LAJIDA suficiente para honrar com as obrigações assumidas nos respectivos instrumentos e outros a manutenção do indicador Patrimônio Líquido / Ativo Total maior ou igual a 0,3, ora no balanço de FURNAS, ora da ELETROBRAS, quando esta se apresenta como interveniente garantidora da operação de crédito. (Nota 20.9)							

**40.2. Garantias das investidas de Furnas (SPEs)**

Todas as garantias são na modalidade de fiança corporativa, ora apresentadas diretamente pela Eletrobras, ora por Furnas, com a anuência da Eletrobras.

**Projeção de Saldo Devedor - Fim do Exercício (R\$ mil)**

Empreendimento	Banco Financiador	Modalidade (corporativo/SPE)	Participação da Controlada (%)	Valor do Financiamento - Quota Parte da Controlada (R\$ mil)	Saldo Devedor em 31/12/2019 (R\$ mil)	2020			2021			2022			Saldo a Desembolsar (R
----------------	-------------------	------------------------------	--------------------------------	--	---------------------------------------	------	--	--	------	--	--	------	--	--	------------------------

CAIO POMPEU DE SOUZA BRASIL NETO  
Diretor

DJAIR ROBERTO FERNANDES  
Diretor

JOSÉ ALVES DE MELLO FRANCO  
Diretor

CLAUDIO GUILHERME BRANCO DA MOTTA  
Diretor

PEDRO EDUARDO FERNANDES BRITO  
Diretor

JAIRO MACHADO DE OLIVEIRA  
Superintendência de Contabilidade - CRC - RJ 074.838/O-7 - Contador

ANSELMO GARCIA SOBROSA  
Gerência de Contabilidade Geral - CRC - RJ 078.544/O-6 - Contador

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

Furnas Centrais Elétricas S.A.

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais de Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas" ou "Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas de Furnas Centrais Elétricas S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de Furnas Centrais Elétricas S.A. e de Furnas Centrais Elétricas S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

#### Situação operacional das empresas controladas em conjunto

Conforme mencionado na Nota 16.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as investidas controladas em conjunto Madeira Energia S.A., Chapecoense Geração S.A., Enerpeixe S.A. e Teles Pires Participações S.A. apresentam excesso de passivos sobre ativos circulantes relevante em 31 de dezembro de 2019. As circunstâncias das controladas em conjunto demonstram a necessidade de manutenção do suporte financeiro por parte de terceiros, da Empresa e/ou demais acionistas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

#### Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA auditoria

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

#### Avaliação do valor recuperável dos investimentos patrimoniais em subsidiárias (Nota 16) e do ativo imobilizado (Nota 17)

A Empresa possui saldos relevantes de ativo imobilizado composto, principalmente, pelos custos de construção de usinas de geração hidroelétricas e termoelétrica, para os quais uma provisão para redução ao valor recuperável pode ser necessária sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável.

A avaliação de recuperabilidade é realizada com base em projeções de fluxos de caixa futuros esperados de cada unidade geradora de caixa - UGC à qual os saldos se relacionam. As projeções de fluxo de caixa foram preparadas com base no plano de negócios aprovado pela administração e consideram premissas relacionadas ao resultado das atividades de cada UGC, bem como outras premissas que subsidiam essas projeções.

Adicionalmente a Empresa e suas controladas possuem saldos relevantes em investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial, para os quais também é feita uma avaliação de valor recuperável com base nas projeções de fluxo de caixa futuros esperados para os respectivos investimentos.

A utilização de diferentes premissas poderia modificar significativamente os valores recuperáveis apurados pela Empresa e por suas controladas nos saldos de ativo imobilizado e investimentos em subsidiárias. Além dos fatores citados acima, e considerando as deficiências de controles identificadas, foi necessário executar testes adicionais a fim de avaliar a integridade e a precisão das informações geradas internamente. Por essa razão, consideramos essa área como foco em nossa auditoria.

#### Análise de constituição de tributos diferidos ativos (Nota 21)

A Empresa possui base de imposto de renda e contribuição social, substancialmente relacionados com diferenças temporárias, os quais foram reconhecidos considerando o histórico de lucro tributável e as suas expectativas de realização determinadas com base nas projeções de resultados tributáveis futuros.

Face o alto grau de julgamento relacionado com a constituição desse ativo, a relevância dos valores envolvidos e uso de premissas significativas, consideramos essa área como foco em nossa auditoria.

#### Mensuração do ativo de contrato das linhas de transmissão e do ativo referente aos bens da rede básica do sistema existente ("RBSE") - Nota 14

O ativo de contrato das linhas de transmissão e RBSE refere-se ao direito da Empresa à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão. A mensuração desses ativos requer o exercício de julgamento significativo por parte da Administração sobre o momento em que Empresa obtém o controle do ativo.

Adicionalmente, por se tratar de ativos de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos futuros, também requer o uso de julgamento significativo por parte da Administração.

Também, o valor dos ativos foi mensurado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros, bem como outras premissas que subsidiam essas projeções. A utilização de diferentes premissas poderia modificar significativamente o valor dos ativos mensurados pela administração da Empresa.

Devido à relevância dos valores, ao grau de julgamento aplicado na determinação das premissas e ao impacto que suas eventuais alterações poderiam ter nas demonstrações financeiras, consideramos a mensuração dos ativos de contrato das concessões e RBSE como um assunto significativo para fins da nossa auditoria.

LUIZ CARLOS CIOCCHI  
Diretor-Presidente

CLAUDIO GUILHERME BRANCO DA MOTTA  
Diretor

PEDRO EDUARDO FERNANDES BRITO  
Diretor

CONTINGÊNCIAS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS (Nota 26)

A Empresa é parte passiva em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal, trabalhista e cível originados no curso normal dos negócios.

A determinação do valor das provisões e das demais divulgações requeridas, bem como a classificação das probabilidades de perda, exigem julgamento significativo da Empresa, sendo reavaliado periodicamente conforme o andamento dos processos, nas diversas instâncias judiciais, e da jurisprudência aplicável.

Devido à complexidade e incertezas relacionadas aos aspectos legais e constitucionais envolvidos em temas fiscais, cíveis e trabalhistas e a seus possíveis impactos nas demonstrações individuais e consolidadas, bem como os testes adicionais necessários em decorrência das deficiências de controles internos identificadas, consideramos essa como uma área de foco na nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluiram, entre outros, o entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionados a identificação, avaliação, mensuração e divulgação das provisões.

Obtivemos confirmação de assessores jurídicos, internos e externos, que patrocinam as causas da Empresa, para obtenção dos dados relacionados a avaliação do prognóstico, completude das informações e adequação do valor da provisão constituída ou do valor divulgado.

Analizamos, ainda, a governança em torno desse processo e a confirmação das qualificações e experiência dos assessores jurídicos internos e externos envolvidos nessa ação.

Para determinadas causas de natureza tributária, com o apoio dos nossos especialistas tributários, obtivemos as opiniões legais dos consultores jurídicos internos e externos, com o objetivo de avaliar a razoabilidade dos prognósticos determinados pelos advogados patronais das respectivas causas, bem como a argumentação e a existência de jurisprudências.

Por fim, efetuamos leitura das divulgações apresentadas em nota explicativa.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração para a determinação das provisões são razoáveis e consistentes com as divulgações efetuadas e os dados e informações obtidos.

### Outros assuntos

#### Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Empresa e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Empresa. Para a formação da nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

#### Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota 3.6, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 29 de março de 2019, sem ressalvas.

Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras de 2019, examinamos também os ajustes descritos na Nota 3.6 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2018, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Empresa referentes ao exercício de 2018 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras de 2018 tomadas em conjunto.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data do nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2020

**pwc** PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

Guilherme Naves Valle  
Contador CRC 1MG070614/O-5

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal de Furnas Centrais Elétricas S.A., em cumprimento ao disposto no art. 8º, incisos V e X do Regimento do Conselho Fiscal da Empresa, combinado com o art. 163, incisos II e VII da Lei nº 6.40



MINISTÉRIO DE  
MINAS E ENERGIA



[www.furnas.com.br](http://www.furnas.com.br)